

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA  
CUSTÓDIO JOSÉ GOMES RIBEIRO

COIMBRA-2009

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA  
CUSTÓDIO JOSÉ GOMES RIBEIRO

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Gestão da Formação e Administração Educacional, apresentada à faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e realizada sob a orientação do Doutor Joaquim Luís Medeiros Alcoforado

COIMBRA-2009

Aos meus pais, João e Ermelinda Ribeiro

À minha mulher, Manuela

Ao nosso filho, Leonardo

## **Agradecimentos**

Agradeço ao meu orientador, Doutor Joaquim Luís Medeiros Alcoforado pelo seu apoio, dedicação, compreensão e capacidade para orientar de forma construtiva, respeitando as minhas ideias e liberdade na realização do meu trabalho.

A todos aqueles que participaram nesta investigação, através das respostas às entrevistas e do preenchimento das grelhas de contacto, o meu sincero agradecimento pelo enorme contributo que deram para a investigação.

Agradeço aos meus pais João e Ermelinda Ribeiro, pelos conselhos, apoio e estímulo que sempre me dispensaram.

Agradeço aos meus sogros, cunhada e amigos pelas palavras de ânimo que me dedicaram.

À minha esposa Manuela que foi o meu suporte e me deu tranquilidade e força em todos os momentos.

Ao meu filho Leonardo que nasceu no decorrer deste trabalho e que com o seu sorriso diário me deu o alento extra para a realização desta dissertação.

## **Resumo**

O presente trabalho pretende compreender a relação entre a família e a escola, tendo como princípio o processo comunicacional entre as famílias e os professores nas organizações escolares do primeiro ciclo do ensino básico. A comunicação é preponderante e vista como uma premissa fundamental para uma boa relação dentro de uma organização. Este estudo procura descrever a sua influência na cultura e no clima da escola e na articulação entre a escola e as famílias. Esta perspectiva comunicacional, de acordo com dados do estudo e corroborada por diversos autores, indica que a comunicação entre escola e famílias funciona como um agente de melhoria e de desenvolvimento da escola.

**Abstract**

This work seeks to understand the relationship between family and school having as a principle the communicational process among families and teachers in school organizations of the first cycle of basic education. Communication is predominant and seen as a fundamental premise for a good relationship within an organization. This study seeks to describe its influence on culture and school climate and articulation between school and families. This communicational perspective, in accordance with data from the study and supported by several authors, indicates that communication between school and families serves as an agent of improvement and development of school.

## Résumé

Le présent travail prétend comprendre la relation entre la famille et l'école, en ayant comme début le processus communicationnel entre les familles et les enseignants dans les organisations scolaires du premier cycle de l'enseignement. Une communication est prépondérante et vue comme une prémisses fondamentale pour une bonne relation à l'intérieur d'une organisation. Cette étude cherche à décrire un et son influence dans la culture, aucun climat de l'école et dans le lien entre un et école comme familles. Cette perspective communicationnelle, d'accord avec des données fiables et corroborée par de divers auteurs, indique qu'un et communication entre école et familles fonctionne comme un agent d'amélioration et de développement de l'école.

## Índice Geral

Introdução-----	10
Capítulo I – A comunicação entre a escola e a família: problemas e desafios---	15
Introdução-----	16
1.1.- Mudança-----	16
1.2.- Processo de Comunicação-----	18
1.3.- A Comunicação entre as instituições - escola e família-----	26
1.4.- A ajuda em casa-----	27
1.5.- Entraves à relação escola/família-----	29
1.6.- Os pais – professores e a relação com a família-----	31
1.7.- A formação de professores e de pais-----	32
Síntese-----	34
Capítulo II - Normativos legais de suporte à participação dos pais-----	36
Introdução-----	37
2.1.- A reforma escolar-----	37
2.2.- As décadas de 60 e 70 e os movimentos reformistas-----	40
2.3.- A reforma centralista de Veiga Simão-----	41
2.4.- A gestão democrática - pós 25 de Abril-----	42
2.5.- A Participação dos Pais-----	43
2.6.- A Lei de Bases do Sistema Educativo e a reforma da educação--	47
2.7.- A Comissão de Reforma do Sistema Educativo e a sua participação na reforma escolar-----	48
2.8.- A participação das Associações de Pais na política educativa-----	49
2.9.- A Confederação Nacional das Associações de Pais - uma parceria na educação-----	52
2.10.- As Associações de Pais – Direitos e Deveres-----	54
2.11.- O modelo de direcção e gestão da escola de acordo com o Decreto- Lei nº172/91-----	54
2.12.- A preparação do regime de autonomia das escolas-----	56
2.13.- O modelo de direcção e gestão de acordo com o Decreto-Lei nº115/98-----	57
2.14.- A mudança na organização-----	58
2.15.- As alterações ao modelo de gestão-----	59



2.16.- A participação da comunidade-----	60
2.17.- A flexibilização das aprendizagens-----	61
2.18.- A Reforma de acordo com o modelo actual de Gestão-----	61
Síntese-----	66
II PARTE- Estudo-----	68
Introdução-----	69
1.- Objectivos – Problemas/ Questões de investigação-----	69
2.- Opções de Metodologia-----	70
3- Amostra-----	73
3.1- Selecção do concelho e das freguesias-----	74
3.2- Caracterização-----	74
3.2.1- Caracterização de Oliveira do Hospital – As origens-----	74
3.2.2- Caracterização de Lagos da Beira-----	76
3.2.3- Caracterização de Galizes-----	78
3.2.4- Caracterização de Gavinhos-----	80
3.3- Selecção dos Participantes-----	81
3.4.- Caracterização dos Participantes-----	82
3.4.1.- Professores-----	82
3.4.2.- Encarregados de Educação-----	83
3.5- Procedimentos-----	84
4- Resultados-----	85
4.1- Associação de Pais-----	85
4.2.- Pais-----	86
4.3- Professores-----	89
4.3.1.- Análise das Grelhas de Contactos-----	93
5.- Discussão-----	95
5.1.- Meios de comunicação-----	96
5.2.- Intenções de comunicação-----	98
5.3.- Principais dificuldades na comunicação-----	99
5.4.- Discussão de resultados e conclusão-----	99
Conclusão geral e implicações educativas-----	101
Bibliografia-----	105
Anexos-----	110

## **Índice de Esquemas**

Esquema 1- Fases do estudo-----	73
Esquema 2 – Síntese das entrevistas aos encarregados de educação-----	89
Esquema 3- Síntese das entrevistas aos professores-----	93

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 – Idades dos professores-----	82
Gráfico 2 – Formação-----	82
Gráfico 3 – Tempo de Serviço-----	83
Gráfico 4 – Idades dos encarregados de educação-----	83
Gráfico 5 – Formação Académica-----	84
Gráfico 6 – Profissões dos encarregados de educação-----	84
Gráfico 7 – Meios de contacto preferenciais utilizados pelos encarregados de educação-----	94
Gráfico 8 – Meios de contacto preferenciais utilizados pelos professores-----	95

## **Índice de tabelas**

Tabela 1- Métodos de contacto referido pelos pais-----	86
Tabela 2- Métodos de contacto referido pelos professores-----	89



A família é sem dúvida a instituição onde a vida começa, e se algumas vezes esta não reúne as condições necessárias para o desenvolvimento de uma criança, também se pode facilmente constatar que as instituições escolares não apresentam uma resposta que deixe tranquilos, todos os que procuram o melhor para as crianças.

É no meio familiar que a criança dá os primeiros passos e é neste que faz as suas primeiras aprendizagens. Assim, para transmitir conhecimentos a uma criança os pedagogos devem estar cientes das suas vivências e compreenderem o meio e a família onde estas estão inseridas. É, sem sombra de dúvidas, necessário uma relação próxima entre a escola e a família, uma vez que estas se influenciam reciprocamente.

A escola é uma organização que se pretende virada para o exterior e, como tal, encerra em si diversos interesses. Assim pensamos apreciar a maneira como se processa a comunicação entre a organização escolar e a família, com o propósito de estabelecer estratégias correctas e específicas para os participantes neste sistema. A família fará sempre parte da vida escolar e a escola será parte integrante da família, pelo que o processo de cooperação com o intuito de alcançar o sucesso humano e académico deverá ser o ponto aglutinador das duas instituições.

A temática da comunicação organizacional e interorganizacional deve ser analisada na unidade escolar. O estudo da comunicação entre a escola e a família pode clarificar os meios de vivência democrática em ambiente escolar e deste modo ser merecedor de uma investigação no âmbito da Administração Educacional.

A comunicação tem de ser encarada como um suporte para a organização escolar e deve ser utilizada como mais um meio para atingir a eficácia da mesma.

No ponto de vista pessoal e profissional, parece-nos que a relação escola/família apresenta-se pouco definida. Desse modo, a prática pedagógica adquirida ao longo dos anos de serviço leva-nos a observar que a comunicação com a família, quer no aspecto de acompanhar as crianças em casa ou no aproximar a escola aos pais no sentido de requerer a sua participação no processo de ensino-aprendizagem é considerada fulcral.

Estamos em crer que para uma aprendizagem ser eficaz e promotora do bem-estar pessoal e intelectual de uma criança é necessária uma boa relação entre o ambiente escolar e familiar e encarar a comunicação como uma ferramenta estratégica para um desenvolvimento sustentado entre as organizações. Contudo, nem sempre é fácil transpor para a prática a finalidade a que cada um dos intervenientes se propõe. Assim, escola e família devem conjugar esforços no sentido de, ente as instituições, ser criado um processo comunicacional inteligível para ambas.

A educação em Portugal caracterizou-se, no período pré 25 de Abril, por uma excessiva rigidez e centralização mas, com mais de 30 anos de regime democrático e com as mudanças realizadas nas organizações ao longo dos anos, o Estado começa a querer descentralizar o ensino. A democratização da sociedade e as preocupações dos pais passaram a ser relevantes no estudo das relações entre a escola e a família.

A partir do fim do Antigo Regime, a descentralização começou a dever-se a todos os que participavam na vida escolar e onde são notórias as reuniões gerais de professores e alunos em que as escolas funcionavam num regime de autogestão. Fimido esse período passou-se para um período em que além de uma normalização passou novamente a uma recentralização do ensino passando as escolas a estarem dependentes directamente do ministério que as tutela. A Lei de Bases concebia a escola como uma comunidade educativa, obrigando o próprio sistema educativo a assegurar a ligação com a comunidade através da participação de professores, alunos e famílias (Formosinho, 1989).

A relação positiva entre a escola e a família é de grande importância no desenvolvimento das crianças, a dificuldade reside no facto de como essa relação deve coexistir. A utilização de outras instituições que as famílias conheçam melhor, a utilização de espaços igualmente utilizados por pais e encarregados de educação, a realização de actividades em conjunto e parcerias com outras pessoas da comunidade podem ser estratégias facilitadoras da relação pais/escola.

Com a elaboração deste trabalho, aspiramos conseguir um conhecimento mais vasto deste tema, principalmente, no que concerne à participação dos pais na escola, no dia-a-dia, através do seu envolvimento no processo de ensino-aprendizagem que permita a interligação entre a escola e a família, e que essa se pautar pela confiança e não pela desconfiança e, ou, disputa.

É nosso desejo, conhecer a parte humana que está sujeita a relações que por vezes parecem tão desordenadas impedindo a colaboração e participação em assuntos de comum interesse. A problemática da nossa investigação pretende contribuir para um maior esclarecimento do tema, focando aspectos como a participação, a comunicação e a interacção.

Como objectivo geral do trabalho propomo-nos realizar uma abordagem teórica ao tema e um estudo empírico dentro do mesmo, a partir das questões: “ Que papel tem a comunicação institucional na relação entre a escola do 1º ciclo e a família?”, “Haverá

uma comunicação efectiva entre a escola e a família?”, “Como se processa essa comunicação?”

No sentido de corporalizarmos a investigação dividimos o estudo em duas partes: a primeira relaciona-se com o enquadramento teórico-conceitual composto por dois capítulos; a segunda parte é constituída por um capítulo onde fazemos o desenvolvimento metodológico. Por fim, temos as conclusões gerais, as referências bibliográficas e os anexos.

No primeiro capítulo incidimos sobre o conceito de comunicação e seus modelos técnicos, tentando conhecer as diferentes formas e tipos de comunicação; a relação dos pais com a escola a nível estrutural, bem como a função de cada elemento do processo educativo; identificaremos alguns dos entraves a uma boa relação entre a escola e a família, reconheceremos a potencialidade da ajuda dos pais - professores, como veiculadores de uma aproximação entre as duas instituições.

No segundo capítulo são apresentados os normativos legais de suporte à participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar, uma vez que, com a sua aproximação à escola, têm a possibilidade de ser uma mais-valia para o processo educativo. Assiste-se, ao longo dos anos, à passagem para uma gestão democrática e ao mesmo tempo para uma descentralização da administração, criando-se para tal, vários normativos. A legislação, neste caso a legislação escolar, é um aspecto relevante no estabelecimento de normas que permite uma regulação equilibrada entre a escola e a família em que todos possam ter direitos e deveres. O sistema educativo sofreu várias reformas, sendo algumas mais importantes como a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, a criação das associações e confederações de pais e a implementação do modelo de administração com o decreto-lei nº 115-A/98 e mais recentemente com o decreto-lei nº 75/2008 que se encontra agora em vigor.

Na segunda parte é feita a contextualização da problemática de estudo, justificando-se a relevância do mesmo, é abordada a metodologia adoptada no trabalho no que respeita à caracterização da população do estudo, à justificação da amostra seleccionada e às técnicas e instrumentos de recolha e análise de dados e são apresentados e interpretados os dados, através da análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

Desta forma, damos por concluído o estudo, do qual será apresentada uma conclusão geral e implicações educativas, que não será mais do que uma revisão de todo o processo investigacional, o que mais importante se fez e o que aprendemos com este

estudo. A partir da reflexão sobre os dados obtidos, serão apresentadas algumas sugestões que têm como finalidade minimizar alguns aspectos menos positivos, apontados pelos docentes e encarregados de educação entrevistados. Estas sugestões contribuirão para a melhoria do funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico.

## **CAPÍTULO I**

### **A Comunicação entre a escola e a família: problemas e desafios**



## **Introdução**

Neste capítulo procuraremos abordar aspectos que consideramos relevantes na relação entre a Escola e a Família, especificamente os meios de comunicação entre ambas as instituições; a relação dos pais com a escola a nível estrutural, bem como o papel que cada um tem no sistema educativo; a ajuda prestada em casa e os entraves a uma boa relação entre a escola e a família; os pais – professores e a relação com a família; a formação de professores e de pais...

### **1.1.- A Mudança**

A chegada de uma criança à escola é certamente um momento de grande emoção e um viver de vários sentimentos. Se, para as crianças, começa uma etapa de uma nova vida, para os pais também começa uma etapa de incertezas. Este facto constituirá uma preocupação que se arrastará ao longo de vários anos. A preocupação não passará, ou não será a preocupação principal, pela escola como espaço físico, mas sim pelos professores que lá trabalham, educadores e pilares da formação das crianças.

A partir do dia em que a criança entra para a escola tem de se preparar para o que se lhe vai seguir, representando, então, a abertura do seio familiar a um sistema externo. A subida deste patamar é um grande desafio à criança, à família e à capacidade de resposta relativa ao cumprimento dessa função externa em que a família e as suas vivências são passadas para o exterior. Deste modo, a entrada na escola primária é um marco importantíssimo não só na vida das crianças, mas igualmente na, das suas famílias.

A entrada para a escola e o carácter obrigatório da mesma como impositivo da sociedade confirma o seu símbolo de complemento educativo que não é desempenhado pela família. A escola é vista como a instituição que continua o trabalho educativo que começou no seio familiar e a entrada na escola provoca a termos familiares a separação, mas permite o início de uma nova relação com um sistema diferente. Tem uma estrutura integrada e estável e relativamente autónoma.

Assim, para Tavoillot (1977, p.84)

*“...a criança vive em dois mundos: o da família, mundo da protecção, da indulgência relativa, da solicitude,*

*sobrevivência do passado da primeira infância, e o da escola, mundo da regra comum, da adaptação aos outros, do esforço criador, preparação para o futuro”*

Para atenuar esse clima de desconfiança, ou de menos à vontade por parte dos pais é ponto assente, por parte de estudiosos da sociedade em geral e do aspecto educativo, em particular, que a escola, por intermediário dos professores, deveria estar em estreita ligação com os pais e restante comunidade educativa. Se esta ligação com os pais e outras entidades se efectua, desde que não estejam interesses menos claros de índole pessoal em questão, com algumas entidades à procura de valorização às custas da escola e que por vezes se movem por interesses económicos ou políticos, pensamos estar no bom caminho para um futuro com mais e melhor educação.

Mas o que é que se pode fazer para pais e professores trabalharem em estreita colaboração? É certo que a escola e a educação é um tema abordado em todo o lado, desde a comunicação social, com as greves e manifestações de professores e alunos, com entrevistas a ministros, artigos de opinião de todos os quadrantes políticos, da direita conservadora à esquerda mais radical, com programas com horas de duração a discutirem modelos de avaliação de professores, absentismo dos alunos e comportamento nas escolas. Os pais, preocupados com o que ouvem na televisão ou na rua, em que os professores manifestam desagrado pela carga burocrática com que são sobrecarregados faltando-lhes tempo e motivação para o que realmente os preocupa, ensinar, e estes por seu lado, preocupados com objectivos, formação, reuniões intermináveis, legislação, em catadupa, que revê, revoga ou cria novas normas e, por fim, mas não menos importante, os alunos que se vêem no meio deste emaranhado de situações e de emoções em que acabam por ser os mais prejudicados.

Para tentar colmatar este clima de incertezas, os encarregados de educação e os professores têm por obrigação unir esforços, lutar e proporcionar aos protagonistas da educação, crianças e jovens, um clima de estabilidade, de harmonia, de união entre todos os participantes no processo de ensino-aprendizagem, empenhando-se a fundo no que se considera vital para a formação das crianças, uma boa relação escola/família baseada na confiança e no esforço mútuo, em que a comunicação entre estas entidades seja efectiva e proporcionadora do bem-estar a todos os agentes.

## 1.2.- Processo de Comunicação

O ser humano é por natureza um ser de relação e comunicação com os outros. O Homem ao tomar consciência de si e dos que o rodeiam teve a necessidade de se comunicar, de criar afectos e de interagir, passando, igualmente, a tomar consciência de que era dependente dos que o rodeavam, bem como do próprio meio.

Foi a partir da necessidade de comunicar que se criaram as regras, culturas e valores que norteiam a sociedade actual, sendo que esta necessidade de comunicar nem sempre é perfeita, ocorrendo, por vezes, entraves à comunicação no seio de uma determinada organização.

Os animais, tal como o Homem possuem a habilidade de comunicar, mas só o Homem é que usa o ensino deliberado e tem uma comunicação intencional de ideias que se torna, na faculdade de comunicar com os demais, na maior vantagem que possui (Horton, 1981). Contudo, para ocorrer um processo comunicacional além de quem emite a mensagem, o emissor e do que recebe a mensagem, o receptor, tem que haver um canal que é o veículo da mensagem e um código, que tem de ser comum a ambos ou então a mensagem não será compreendida.

A comunicação para (Marc & Picard, s/d, p.16) não é um processo linear, mas sim, ” *interactivo e relacional onde os interactuantes, a situação, os comportamentos interagem estreitamente entre si, formando um sistema circular de acções e reacções, de estímulos e de respostas*”. Comunicar é um processo complexo uma vez que cada indivíduo comunica com o próprio corpo, com reacções, que podem condicionar a mensagem que chega ao receptor.

O processo educacional de uma criança passa sem sombra de dúvidas por duas entidades: a família e a escola. Contudo, por vezes a escola e a família nem sempre caminham em parceria, ao contrário do que seria de esperar. Para Tavoillot (1972, p.7),

*“Durante muito tempo, estas duas entidades quase se ignoraram ou, pelo menos, mantiveram apenas relações espaçadas e irregulares: a escola limitando-se, a maioria das vezes, a informar os pais dos resultados obtidos e do “comportamento”; os pais limitando-se a justificar as faltas, a assinar as cadernetas e ainda a louvar ou castigar, quando a escola a isso os incitava, louvando-os e castigando-os ela mesma,*

*por seu lado. As responsabilidades de cada uma dessas entidades apresentavam-se bem definidas, nessa altura: à escola competia a instrução; aos pais, criar e educar.”*

Actualmente, pais e professores têm múltiplas oportunidades de se encontrarem e debaterem assuntos entre si e é a partir dessas conversas que surge a convicção por parte de ambos os grupos, estamos em crer, de que a qualidade do trabalho e a aprendizagem das crianças não resulta exclusivamente do trabalho das mesmas e do professor na escola, mas certamente de o conjugar destes com a vontade e a determinação dos encarregados de educação em participarem de uma forma cada vez mais activa no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, não haverá ainda pais que, a partir da entrada dos filhos na escola, deixam para os professores tudo o que esteja relacionado com o trabalho escolar? E os professores que, ao longo dos anos, se foram acostumando à não participação dos encarregados de educação nos assuntos da escola vedam, ainda que por vezes inconscientemente, a possibilidade de uma participação mais real dos pais?

Para o autor supracitado “*Quer recusem quer aceitem a responsabilidade, todos os pais que têm um filho a estudar estão implicados numa relação educativa de que os problemas escolares fazem parte integrante. Queiram ou não queiram, tenham ou não consciência disso, interferem no trabalho escolar do filho...*” Tavoillot (1972, p.8).

Nesta sequência, podemos afirmar, que para o autor os encarregados de educação são uma parte fundamental, para o sucesso escolar das crianças. Então, o educando é o ponto de encontro da relação entre a escola e a família e constitui o porquê dessa mesma relação, que consideramos importante porque incide, nas seguintes dimensões perfectíveis do ser humano sintetizadas por Diez (1989, p.89):

*“É essencialmente na educação de cada uma destas capacidades operativas que a natureza psicossomática do homem possui – crescimento biológico, movimento corporal, inteligência, afectividade, expressão, liberdade, sociabilidade e transcendência – que se deve ter em conta a coordenação das acções específicas da família e da escola, já que, sem uma perfeita união das acções específicas da família e da escola, já que, sem uma perfeita união das suas acções, não se dará uma*

*equilibrada maturação do educando. A relação vital entre os pais e a entidade escolar é, pois, antes de mais, uma acção educativa que incide sobre cada uma das faculdades humanas de um educando, que se realiza a partir da própria identidade”.*

Contudo, para a relação entre a escola e a família ser efectiva tem de haver um empenhamento por parte de toda a comunidade educativa em que “*Pais e professores não têm de discutir se devem ou não colaborar; são obrigados a isso; todos estão ligados a uma tarefa comum: «criar» as mesmas crianças que, essas não se dividem. Como as boas atrelagens têm de puxar no mesmo sentido*” (Honoré 1980, p.19) e estabelecer pressupostos de modo apoiar as acções realizadas por cada um dos intervenientes.

Como se sabe a escola e a família são dois sistemas em interacção sendo inevitável a comunicação entre ambos. No entanto, a escola e a família adoptaram, ao longo dos tempos, uma postura de oposição, de indiferença e por vezes de recriminação. Para Davies (1993) o afastamento dá-se devido à valorização negativa que o professor tinha tendência a fazer do sistema familiar em função do seu próprio conjunto de valores. Recordando as reflexões de Bourdieu, os pais que culturalmente mais se identificam com os valores escolares são os que mais se envolvem na escola. Assim, uma das primeiras etapas consistia em estabelecer quais os critérios de representatividade e em que organismos devem estar cada um dos participantes do processo.

A etapa seguinte passará pelo estabelecimento de regras de conduta a respeitar e que passam pela ligação entre todos os membros, não sendo permitido a realização de funções de uma maneira independente, formando desta maneira uma comunidade. A união tem de existir, mas respeitando a identidade de cada indivíduo. Todas as funções e todas as pessoas devem ser ouvidas e tidas em linha de conta de modo a sentirem-se integradas num projecto de parceria entre a escola e a comunidade.

No estabelecimento de relações estruturais entre a escola e a família há a necessidade de definir as funções e responsabilidades dos intervenientes com todas as responsabilidades e direitos respeitantes a cada um. Tendo em conta que os elementos que pertencem a esta comunidade são vários como: os educandos, professores e pais, o director, o pessoal não docente e todas as pessoas que têm uma relação mais próxima da escola e que normalmente são associados a ela. Uma parceria entre todos estes actores

tem de ser delineada, quer a nível de estrutura quer a nível pessoal, de modo a estabelecer-se uma acção coordenada entre todos, que implica a participação de acordo com o que foi assumido por cada um, baseada na sinceridade e no bem comum.

A legislação em curso e o estatutário próprio são as bases formais em que se estabelece a organização das relações comunitárias a nível escolar. Com estas e considerando a opção ideológica do instituto escolar a comunidade educativa tem que se entrosar para poder realizar o seu projecto com objectivos, conteúdos e metodologia a aplicar entre outros.

Para Diez (1989, p.94) *“Os educandos são, simultaneamente os sujeitos e os principais agentes da sua própria educação. Sobre eles incide directamente toda a acção da comunidade educativa, cuja existência é por eles justificada.”* Os educandos desempenham, deste modo, um papel activo participando em tudo o que se relaciona com a formação. Têm de igual modo a responsabilidade de assumirem a sua educação, terem vontade de aprender e um compromisso efectivo com a comunidade.

De acordo com o mesmo autor, Diez (1989) os pais são os naturais e os principais educadores dos filhos, contudo, neste processo, são, também eles, sujeitos ao processo de educação, uma vez que, como pais, assumem o compromisso de aperfeiçoar constantemente a sua paternidade.

Os pais na comunidade têm acesso à informação acerca do processo educativo dos filhos e ao seu futuro profissional determinado pelo educando. Participam na decisão dos objectivos, na designação de linhas metodológicas nas actividades extra-escolares, na avaliação da obra educativa e na própria Associação de Pais. Têm de possuir alguma formação pedagógica e cultural para perceberem a linguagem dos filhos.

O professor é, acima de tudo, um educador, um educador para a comunidade, sujeito da sua própria formação que tem de se manter constantemente actualizado. Segundo o pensamento mais actualizado, deve empenhar-se na educação, como função de estímulo e ajuda aos educandos, deve ter uma participação comprometida e integrada em toda a comunidade educativa e na avaliação dessa participação, deve igualmente procurar formação que auxilie a sua personalidade de educador.

Os professores além de terem um perfil motivador, criativo, e humilde, devem ser integradores, promotores de cooperação, abertos a novos valores e geradores de educação.

É aquele que orienta, coordena, anima e aprova toda a acção educativa da comunidade.

Deverá ter uma personalidade equilibrada, capacidade de adaptação a pessoas e desafios, domínio das situações e capacidade de diálogo. O director deverá promover um clima de interacção para que todas as pessoas se sintam bem, com vontade de realizar e partilhar experiências com a respectiva comunidade educativa.

Entre as várias competências que lhe estão confiadas estão algumas de extrema relevância para o bem-estar da comunidade indicadas por Diez (1989) tais como: estabelecer a política pedagógica da escola, estimular o trabalho na escola, criar oportunidades de diálogo entre todos os membros da comunidade educativa, determinar a gestão económica da escola, estabelecer contactos periódicos com os professores, pais e alunos e representar oficialmente a escola.

Pais e professores têm necessidade de comunicar e para tal possuem vários mecanismos que, na maior parte das vezes, para quem não está minimamente atento, nem se apercebe desses mesmos meios. Os mais utilizados são sem dúvida a caderneta escolar, o telefone ou a conversa particular ou as reuniões formais entre os professores e os encarregados de educação. Contudo, para Honoré (1980) existem outros meios como: as notas e a classificação e os exercícios para casa. Caracterizaremos, brevemente, todas estas possibilidades de comunicação. A nota é, hoje em dia, crucial para um aluno e para a sua continuidade ou não, em determinado curso ou mesmo na escola, veja-se o caso das notas para poder entrar no curso de Medicina, notas essas que, além de serem altíssimas, uma décima é suficiente para poder ou não entrar para aquela vaga por que tanto se ansiou. Contudo, a nota não é algo linear, é resultado de factores complexos em que o valor do aluno tem um papel muito pequeno, senão vejamos: umas décimas para comportamento; outras para assiduidade/pontualidade (e se os pais adormecem e chega atrasado?); umas décimas para o material e trabalhos de casa (e se troca ou esquece o caderno?); mais a nota dos testes (estava tão nervoso que se espalhou...). Mesmo assim os pais estão sempre a perguntar, mostrando ansiedade por saberem as notas, as quais são apenas uma pobre e deficiente maneira de contacto entre professor e aluno uma vez que é uma informação sem retorno. Após a emissão das mesmas, não há reciprocidade por parte dos pais e, além disso, peca por tardia, porque sendo mensal ou trimestral, por vezes já é tarde para reagir.

Para fazer face a isto há quem proponha mais boletins, com mais frequência, passando, deste modo, os professores, em vez de prepararem e darem convenientemente as suas aulas, a preencherem boletins e a multiplicarem-se em contactos com os encarregados de educação. Por fim, a nota não é um meio muito forte de comunicação,

uma vez que para encarregados de educação menos atentos, apenas quando o ano termina e o educando foi retido é que se apercebem do real valor das notas recebidas anteriormente.

Por seu lado, os exercícios para casa têm a intenção de, por parte de alguns pedagogos, mostrar aos pais os progressos da criança, ao segui-la nos seus trabalhos de casa, mas não conhecem o que realmente faz na escola e, convenhamos, a maior parte dos pais ficam vaidosos a ver o seu ou a sua filha com apenas seis ou sete anos a fazer uma cópia, ou uma operação matemática, não se apercebendo que esteve dentro de uma sala cinco ou seis horas até chegar a casa. É sinal de que é estudioso, dizem alguns, estereotipando-se o retrato social do “bom aluno”. Contudo, um corte nos trabalhos de casa poderia ser entendido como um sinal de afastamento da escola em relação aos pais. Seria, por ventura, mais proveitoso uma reunião de discussão com os pais, se possível com a presença de psicólogos, de modo a poder-se encontrar um ponto de entendimento e fossem criados métodos de estudo que motivassem e exercitassem efectivamente a mente das crianças.

No caso da caderneta escolar ela constitui-se como um meio de comunicação entre pais e professores e onde fica tudo registado por escrito, porém, a maior parte das vezes, quer pela parte dos professores, quer dos encarregados de educação apenas assinam as mensagens a tomar conhecimento, mas não há resposta às mesmas. Muitas das vezes não são consultadas ou se são é porque o educando disse que havia um “recado” ou do pai ou do professor.

O telefone é um meio de comunicação usual, hoje em dia, entre pais e professores. É um meio de contacto célere e se é dirigido a alguém e se esse alguém atende, não há o risco da mensagem não ser transmitida. No entanto, carece de dois pontos fundamentais: não há registo escrito, logo é difícil provar se algo foi ou não dito e por outro lado se alguém sabe que vai ser contactado e não está minimamente interessado em sê-lo basta não atender. Deste modo, é usado para assuntos mais triviais, ou por vezes sérios, no caso de algum acidente na escola ou algo do género, mas assuntos que não careçam de uma confirmação de recepção dos mesmos.

Um dos meios de comunicação de larga utilização entre pais e professores será a conversa, que poderá ser particular ou, então, em reunião geral de pais. A conversa particular é considerada uma das melhores maneiras para as pessoas se conhecerem e é desejada por pais e professores como se de uma obrigação se tratasse. Contudo, essa mesma conversa nem sempre tem possibilidade de decorrer. Alguns professores



dificultam muitas vezes os encontros e alguns encarregados de educação fazem múltiplas visitas que, a bem ver, nada contribuem para uma melhoria na relação escola/família. Apesar de ser aparentemente simples, a visita ao professor não é um meio tão simples e natural. Honoré (1980, pp. 34-35) levanta as seguintes e pertinentes questões:

*“Como encontrar o professor pelo tempo e frequência suficientes sem ser inoportuno? A quem falar e quando? Que dizer?”*

Na escola primária o problema de *“a quem falar”* não é muito grave, uma vez que o professor está todos os dias no mesmo lugar e à mesma hora, mas, nas condições actuais, se for um dos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular, que trabalham em três ou quatro escolas por vezes, apenas doze ou quinze horas por semana e ainda têm um segundo emprego? Certamente, há mais dificuldades em estabelecer o contacto apesar de, normalmente, o professor da turma poder servir de intermediário.

O passo seguinte será *“quando encontrá-lo”*. Para Honoré (1980, pp.36-37):

*“Os horários dos professores são muito diferentes dos horários dos outros trabalhadores e ...como todas as mulheres que trabalham, as professoras têm dois ofícios, impondo-lhes o ofício de mãe de família obrigações pelo menos tão imperativas como o outro. Contrariamente a certas opiniões, nem todas são «solteironas» ”*

Como se compreenderá nem sempre é fácil o encontro entre professores e encarregados de educação, mas o dilema maior está na altura ideal para o fazer. Se é cedo demais o professor ainda mal conhece o aluno para poder formar uma opinião abalizada da criança, se for tarde demais, já o ano poderá estar irremediavelmente perdido e a retenção ser praticamente certa. O professor deverá estar sensibilizado para utilizar estratégias que promovam a comunicação, sondando os pais, com o intuito de conhecer a hora e o dia que eventualmente mais lhes convém.

Por outro lado, os temas das reuniões passam quase sempre por situações que não correm tão bem quanto deveriam, ou a nível de comportamento ou a nível de aproveitamento. Nestes casos, por vezes os encarregados queriam dizer algo mais, mas

não se sentindo à vontade, calam-se e os professores ou exageram ou então tentam atenuar os factos ficando-se em ambos os casos pelas meias palavras. Além disso, após as conversas, fica-se com a sensação de que pais e professores não disseram tudo, fechando-se para si próprios quando algo corre menos bem. Trará algo de importante, estas conversas? Temos razões para duvidar. Falta substância, falta querer alterar alguma coisa de modo a que aqueles que não são os ditos “bons alunos” possam ter alguma esperança dentro do próprio sistema educativo.

As reuniões gerais de pais são outro meio em que pais e professores podem dialogar sobre a educação dos seus educandos, porém nem todos participam, ou porque ficam ao fundo a ouvir muito calados ou à conversa com o vizinho, ou porque simplesmente não aparecem. Por seu lado, os professores, habituados a discursar para as crianças, transformam a reunião, de acordo com o autor supracitado na *“aula do professor sobre «o que devem fazer os pais para o êxito dos filhos». O auditório escuta com gravidade o perito, mas não rectifica com isso o seu comportamento quotidiano.”* (Honoré 1980, p.51).

Neste caso, os pais apenas vivenciam aquilo porque passaram durante a escolaridade!

Para poder haver uma participação e colaboração deveria tomar-se a consciência de que nem pais nem professores são entidades fechadas sobre si, ao contrário devem ser solidários e escolherem um caminho com condições para uma boa adaptação escolar das crianças. Convém não limitar os encontros aos locais e às horas estabelecidas e rever as divisões entre a função docente e a função paterna.

Para Perrenoud (2001, p.31-32) a criança pertence, através da família, a uma classe social, a uma colectividade e a diversos grupos partilhando o tempo com a família e outros grupos onde está inserido. Utiliza o “go-between” para dizer que através das crianças, a família e a escola, mesmo que por vezes, contra a própria vontade estabelecem um processo comunicacional. A criança conduz os contactos entre pais e professores e é a própria que por livre arbítrio transmite ou não a mensagem, *“...ela compõe a sua dupla pertença, procurando salvaguardar os seus espaços de autonomia, conciliar as suas fidelidades e obediências, os seus papéis e compromissos respectivos”*.

Deste modo, a criança pode esquecer determinada mensagem, pois sabe que quando pais e professores se encontram falam dele e pode não estar interessado que tudo fique claro. Em diversas situações pode transmitir informações contraditórias para

que assim, pais e professores não se confrontem e não o desmascarem em determinada situação.

Um outro caso, em que pode haver interferência das crianças na transmissão das mensagens é quando a mensagem é oral, pois pode chegar alterada ou não ser entregue atempadamente. Ao contrário, a comunicação escrita é normalmente entregue porque é fácil saber se foi ou não entregue e se teve ou não atraso porque é assinada e tem a data em que foi redigida. Habitualmente, pela própria experiência que se não é entregue no dia em que foi escrita deve-se a puro esquecimento.

Em resumo, é da competência dos intervenientes descobrirem uma maneira de comunicar melhor, para que o processo educativo do aluno tenha sucesso.

### **1.3.- A Comunicação entre as instituições - escola e família**

É a partir da comunicação entre a casa e a escola que os pais podem compreender qual o melhor apoio que podem prestar aos filhos para tal, os professores devem indicar o tipo de ajuda a prestar pelos pais nas tarefas que as crianças levam para realizar em casa e tirarem todas as dúvidas que possam surgir as pais.

Relvas (1996, p.137) defende que a comunicação “...*deve cumprir a função de estabelecer uma «ligação positiva» entre os indivíduos*”. Assim, contribui para “*a melhoria do clima escolar*”. De acordo com Tavoillot (1997) a denominada ajuda nos trabalhos da escola por parte dos pais, a intervenção pedagógica, mesmo que não seja diária é feita por praticamente todas as famílias, com maior ou menor frequência. A iniciativa pode partir dos alunos ou dos próprios pais, ao aperceberem-se das dificuldades demonstradas pelos filhos ou pelas classificações apresentadas na caderneta.

Aos pais poderiam ser dados conselhos em diversos sentidos de modo a promover nas crianças um infindável número de situações que lhes permitam tornarem-se melhores como alunos e como seres humanos. Algumas dessas situações são bastante simples de conseguir e, no entanto, tenderiam a fazer toda a diferença como: criar um bom ambiente familiar e um bom ambiente de estudo, se possível com um espaço próprio onde a criança estuda; certificar o estudo diário; proporcionar uma boa alimentação, vestuário adequado e fazer uma boa higiene, inclusive a do sono; disponibilizar tempo para ver televisão nomeadamente programas educativos próprios para a idade e conversar sobre os mesmos; estabelecer regras de comportamento;

proporcionar espaços de brincadeiras e participarem nas mesmas; levar as crianças a visitarem bibliotecas, cinema, espectáculos de dança e música, bibliotecas onde podem ler para elas ou vice-versa, entre outras. É fundamental o aconselhamento e o acompanhamento da vida escolar com o professor da turma. Assim, a escola deveria facilitar um conjunto de informações, em especial dos menos sensibilizados para as vantagens destas acções para as crianças melhor se adaptarem à vida escolar.

Porém, se alguns encarregados de educação mostram uma preocupação crescente pela vida escolar dos filhos, outros consideram que a escola está pouco voltada para o exterior e que a linguagem utilizada nem sempre é a de mais fácil compreensão dificultando a atenção que a família poderá dar às crianças. Por vezes, pais e alunos não conseguem perceber o que o professor pretende. Para Tavoillot (1977, pp.18-19) um professor que:

*“...de início, está absolutamente decidido a dizer aos pais – o mais claramente e até brutalmente – toda a verdade sobre as possibilidades e os resultados do filho ou da filha, ao fim de alguns instantes de conversa faz, pelo contrário, tudo para atenuar essa verdade, a fim de evitar à criança um castigo infinitamente severo de mais ou aos pais os horrores de uma angústia exagerada.”*

Deste modo, torna-se muito difícil para os pais terem uma ideia correcta e consentânea com as reais capacidades dos filhos.

Uma boa comunicação é fulcral para o envolvimento dos pais na escola, com efeitos positivos, desde que, tenham a colaboração por parte do professor.

#### **1.4.- A ajuda em casa**

De acordo, com o autor mencionado anteriormente pode haver diversas razões para os pais ajudarem os filhos nos trabalhos da escola. A ajuda deve prestar-se quando a criança tem trabalho em demasia, em que o número de tarefas a realizar é elevado e em que o ritmo de trabalho e o tempo disponível para a realização das mesmas são desproporcionados; quando o trabalho acarreta demasiadas dificuldades e ultrapassa o processo organizacional das crianças; quando o trabalho pedido não corresponde às

expectativas e gostos da criança ou que, para ela, não lhe transmite nenhum reforço positivo. (Tavoillot, 1977)

A ajuda pode ser directa ou indirecta. No primeiro caso, o mesmo autor, identifica vários tipos de ajuda:

- Ajuda – substituição, em que os pais pura e simplesmente realizam as actividades pelas crianças, numa atitude considerada proteccionista, receando que a criança seja mal julgada e classificada como não capaz para a realização de determinada tarefa;

- Ajuda – assistência, que consiste naquele pormenor dado pelo adulto à criança que a permite desbloquear de modo a realizar o trabalho proposto sem problemas, mas por vezes, os pais caem na tentação de realizarem, a seguir eles próprios a tarefa;

- Ajuda pré-correcção, neste caso o trabalho foi realmente feito pela criança, contudo antes de ser apresentado ao professor é examinado e sujeito a uma primeira análise por parte dos pais onde indicam que há um ou outro erro em determinada parte do trabalho, esta atitude continua a ser proteccionista em relação à criança, no entanto pode promovê-las a exercitar a atenção e habituar as mesmas a ler e a corrigir, a recomencar de uma forma crítica o trabalho realizado;

- Ajuda – controlo, baseada no caderno diário em que se questiona a criança se fez os trabalhos, como os realizou, trata-se de ensiná-la a ser organizada e a repetir os trabalhos pessoais pela semana, esta atitude visa diminuir a experiência por vezes fracturante de entrada numa instituição exigente e intrigante e sobretudo desdramatizar essa situação;

- Ajuda – repetição da explicação, consiste em procurar fazer compreender em casa uma explicação que não foi assimilada na sala de aula, o encarregado de educação recomeça a explicação que não foi compreendida na escola, nomeadamente com a proposta de exercícios complementares. A ajuda pode ser benéfica ou desastrosa quando a explicação dada é diferente e obriga a raciocínios diferentes e não pretendidos para a altura pelo professor.

No que concerne à ajuda indirecta, esta passa pelas:

- Condições materiais, relacionadas com ajudar a compreender e conservar os interesses das crianças ou por que não provocá-los, incentivando a ler um livro, visitar uma exposição de um autor que conheça, levá-los a feiras do livro ou à estreia do seu filme favorito, mostrando que se está atento aos gostos e solicitudes das crianças;

- Condições afectivas, são sem dúvida a melhor ajuda que se pode dar a um filho, a ajuda “*mais eficaz, mais vital, mais profunda, que os pais podem dar ao trabalho do filho é de ordem afectiva.*” Tavoillot (1977, p.124)

Esta ajuda pode ser definida em dois pontos: segurança afectiva, em que a criança se sente amada independentemente dos seus resultados; e a estimulação defendida, por exemplo, por Freinet, que procurava, incessantemente, o domínio de uma determinada actividade, em que uma criança pudesse alcançar o êxito e a partir deste primeiro sucesso atingir muitos outros. Estimular não é só exigir, recompensar ou castigar, é rodear a criança de todo o calor de amizade que se consegue.

### **1.5.- Entraves à relação escola/família**

No que se refere à transmissão de informação podemos distinguir dois tipos a informação, uma mais ligada à própria instrução da criança e outra que se prende com questões educativas. Para Munn (1985), alguns pais têm confiança nas capacidades dos professores e não têm grandes preocupações quanto a questões de currículo ou organizacionais da escola preocupando-se menos sobre a estrutura do currículo e mais sobre o modo como os seus descendentes estão a dar-se com ele. Mas, no que respeita à informação Marques (1998) refere que nem todas as famílias conhecem a melhor maneira de se envolverem com a escola, assim como nem todas as escolas o permitem, sendo que, além disso, alguns professores não estão a par de estratégias promotoras de uma maior participação da família na escola. A mensagem não é transmitida de forma correcta. Um exemplo de transmissão de mensagem é o já referido recado escrito na caderneta, o qual, se o encarregado de educação não souber ler ou tiver dificuldade em descodificar a mensagem, torna-se um entrave à comunicação.

Os pais, usualmente, preferem informação relacionada com a actividade escolar, nomeadamente no que concerne ao aproveitamento, aos trabalhos de casa e ao comportamento. Deste modo, têm preferência pelo contacto directo com o professor, o que traz algumas vantagens, podendo os professores: precisar ideias que surgem abstractas em suporte de papel; relativizar os princípios escritos, em função de situações concretas vividas pela criança, bem como adicionar pormenores; situar a informação transmitida no contexto organizacional, mais geral, da escola e do próprio sistema de ensino, cujas características de carácter estrutural são ignoradas por grande parte dos

pais (Lima, 2002). Este processo comunicacional é usado de forma mais recorrente no primeiro ciclo em virtude de ser um ensino em monodocência.

A temática da dificuldade da relação escola/família passa, nos dias de hoje, pela questão social. A par das alterações que ocorrem na sociedade, a família tem vindo ano após ano a mudar o seu papel. A família tradicional, que se agregava pelo trabalho e pelas pressões sociais, alterou-se para uma família mais aberta e flexível, unida por interesses comuns e respeitadora das realizações pessoais de cada um do seu agregado.

Mudou também por força de uma nova função económica, com a entrada da mulher no mundo laboral e com a conseqüente alteração nas funções da família anteriormente defendidas. As crianças fazem parte dessa alteração com a entrada em instituições não familiares como creches, jardins-de-infância, centros ocupacionais que substituem a família e permitem a socialização, o ensino, a educação e os cuidados básicos. Com isto não significa que os pais estão a fugir às responsabilidades, mas são os tempos que correm com uma tremenda pressão social, económica e social.

Para Relvas (1996, p.119):

*“A Escola, entra assim na vida das famílias cada vez mais cedo, mas, contrariamente ao que pode parecer à primeira vista, a entrada dos filhos na escola não «alivia» os pais das tarefas parentais, nem permite qualquer espécie de demissão, escola e família têm funções complementares...”*

Para Marques (1991) um dos entraves à participação das famílias deve-se à passividade dos professores e pais, em que a legislação vigente pouco ou nada aceita a participação das famílias. Além disso, a pouca formação de pais e professores no que respeita a aspectos colaboracionais obstaculiza essa mesma relação. Outro autor, Lima (1998) defende que a escola tem como função servir de complemento à educação prestada pela família no seu seio. Deste modo, pais e professores devem estar unidos reconhecer e partilhar objectivos tendo em conta o bem comum das crianças. Ainda segundo o autor anterior a colaboração traz benefícios para os alunos e o apoio por parte dos pais, tem um impacto significativo nas aprendizagens, aumentando a motivação por parte dos alunos, uma melhor compreensão dos pais relativamente ao trabalho desenvolvido pelos docentes, com um reforço do prestígio da escola e daqueles que lá

trabalham em que pais e professores procuram ser melhores educadores Marques (2001).

Relativamente às dificuldades de comunicação entre pais e professores Relvas (1996) e Teixeira (1995) mencionam que os educadores e pais do ensino pré-escolar comunicam com facilidade mantendo uma boa relação entre todos ao contrário dos outros grupos de ensino. Assim, depreende-se que quanto mais se avança nos estudos menos valor é dado à relação entre a escola e a família. Com o presente estudo, a nível do primeiro ciclo, pretendemos saber se isso também se confirma.

As crianças podem, igualmente, constituir um entrave à comunicação pois, por vezes, como mensageiros e transmissores de mensagens como vimos anteriormente, não procedem a uma transmissão correcta da mesma, por opção ou inconscientemente.

Os pontos focados anteriormente referem as dificuldades e os entraves a uma relação entre a escola e a família. A seguir, pretendemos focar aspectos que permitam ultrapassar os obstáculos entre estas duas entidades.

### **1.6.- Os pais – professores e a relação com a família**

Um dos assuntos abordados na relação escola família é o papel que os professores, que também são pais poderão ter no estreitar de ligações entre a própria escola, instituição para a qual trabalham, e a família, instituição a que pertencem por inerência. Nem sempre é fácil, para os profissionais da educação, assumirem este duplo papel em que, por um lado, são colegas de profissão do professor do filho ou da filha, com tudo o que acarreta pelo espírito e camaradagem profissional e, por outro, são pais e de algum modo podem não aceitar de ânimo leve um ou outro comportamento em relação ao colega da mesma profissão. Contudo, pensamos que este facto não deve ser sinónimo de criação de dificuldades entre duas instituições, escola e família, que devem andar de mãos dadas em prol da educação das nossas crianças.

Acreditamos que os pais – professores poderão ser o elo, a ponte que liga e que leva ao entendimento e ao estreitar de relações revelando-se um grupo que é capaz de constituir uma parceria eficaz para a reconfiguração da relação escola/família. Para Silva, P.(2006) se por um lado, muitos professores afirmam que os pais – professores são os que apresentam atitudes mais críticas não só no que respeita à escola, mas também, em relação às políticas educativas, também existem opiniões contrárias que afirmam a existência de uma ligação solidária destes pais à sua classe profissional.



O autor supracitado, de acordo com os seus estudos, proclama que *“a condição híbrida dos pais – professores não os torna à priori nem em “mais pais”(“contra” os professores), nem em “mais professores”(“contra” os pais), mas que a sua condição possibilita uma melhor defesa dos interesses dos pais dos meio socialmente desfavorecidos”* Silva, P. (2006, p. 268) e defende ainda que entre pais – professores e professores do mesmo nível de ensino é comum existir uma certa cumplicidade, ao passo que se for com colegas de outro nível já actuam mais autonomamente.

Os pais que são igualmente professores, como estão inseridos no meio escolar e que pertencem a um grupo social capaz de se envolver nos problemas que ocorrem na escola e procurarem a sua solução têm a possibilidade de se aperceberem do que está bem ou mal feito. Estes professores têm a possibilidade de servirem de intérpretes na procura do entendimento entre as duas estruturas, a escola e a família, uma vez que pais que também são professores integram organizações, associações de pais com vista a defenderem os direitos dos próprios filhos. Estes pais têm vindo a liderar associações de pais inclusive a própria Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) que retrataremos aqui mais à frente neste trabalho.

### **1.7.- A formação de professores e de pais**

A classe docente é uma classe profissional que tal como muitas outras foi evoluindo com o decorrer dos anos no que respeita à sua formação. O antigo Magistério Primário foi sendo enriquecido ou substituído, passando a haver complementos de formação para os antigos professores do Magistério e para os Bacharéis de modo a obterem a Licenciatura. Nos cursos anteriores à entrada do Tratado de Bolonha, com a conclusão da Licenciatura podia-se atingir o grau de mestre e posteriormente de doutor após concurso à Universidade, mediante nota mínima e vaga de ingresso, prosseguindo deste modo, os estudos. Com o Tratado de Bolonha pode-se, já na formação inicial e com a frequência de mais um ano lectivo, tirar o Mestrado.

Além da formação inicial, ainda há a formação contínua e algo de muito importante, a experiência adquirida com os anos de serviço.

Pensamos que a formação inicial poderia ir um pouco mais longe no que respeita ao desenvolvimento das capacidades humanas e sociais possibilitadoras de uma interacção mais efectiva no trabalho entre colegas, mas especialmente no trabalho com os encarregados de educação e com a restante comunidade educativa. A formação na

área da sociologia ligada à educação, visando uma consciencialização dos diferentes cenários que qualquer docente poderá ter na sua vida activa merece ser tida em conta. O professor actual tem que ser alguém cuja competência se situe apenas na transmissão de conhecimentos. *“O professor tem de compreender o seu papel social no sistema educativo e o deste na sociedade”* Silva (1993, p.93).

A formação inicial permite ao professor fazer a aprendizagem do que é pertencer a uma organização e inteirar-se do seu modo de funcionamento melhorando os conhecimentos adquiridos. Demailly (1995, p.142) define esta formação como uma *“interiorização de saberes...adquiridos por contacto, por imitação, na companhia de um colega ou um mestre...”*.

O professor e a organização sofrem um processo adaptacional, influenciados por um conjunto de factores políticos, sociais e económicos onde a escola está inserida. A família através dos educandos aparece ligada ao processo.

No que concerne à relação escola/família, a formação contínua, por parte dos professores, enriquecedora da formação inicial e com o intuito de suprimir algumas falhas, pode reconstituir a falta de formação existente na formação inicial relativamente a este tema sem pondo em causa a componente prática, que tanto contribui para desenvolver um espírito de diálogo entre a escola e a família.

Tendo em conta Silva (1993, p.89) *“As (acções) de formação contínua e em serviço...são as de contribuir para a mudança de atitudes dos professores”*. Assim, julgamos ser de extrema importância para o sistema educativo o desenvolver de acções de formação que abordem temas que permitam uma melhor percepção da sociedade e da melhor forma de lidar e de estreitar laços com os encarregados de educação.

Neste processo não podemos descurar o papel dos pais e aqui cabe às escolas criarem os mecanismos necessários que permitam uma cooperação entre pais e professores. De acordo com Dreikurs (2001, p.17) *“os pais são como os filhos...precisam de ser educados”*.

Acontece que *“o contexto de vida familiar das crianças oriundas dos meios desfavorecidos tem fortes probabilidades de ser marcado por sentimentos de impotência e angústia face à escola, dado que as suas famílias não se sentem capazes de intervir eficazmente no jogo escolar”* Sarmiento (2002, p.71). Assim, a formação para pais parece essencial.

Como descreve Silva (2002, p.125) *“a formação de pais para a relação escola/família é, em primeiro lugar, a sua formação enquanto cidadãos...com vontade de se “imiscuírem” nos assuntos públicos, entre eles, o da escolarização dos filhos”*.

Consideramos que alguns dos objectivos que devem nortear a formação de pais são, entre outros: estimular a participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem; informar e orientar sobre o desenvolvimento intelectual e social das crianças, prevenir problemas familiares e tentar reabilitar famílias com problemas e fomentar a aprendizagem.

Para Garcia Arroio (2003, p.195)

*“os programas de formação para pais não são uma educação escolar para a família...constitui uma acção educativa de sensibilização, aprendizagem...trata-se de um processo de desenvolvimento intelectual dos pais que favorece a educação dos filhos.*

A partir da leitura realizada foi referido que, a partir da década de 60, surgiram programas, denominados programas de Educação Parental, que pretendiam fomentar a participação na vida escolar, promovendo uma relação entre a escola e a família e uma mudança de mentalidade dos professores com a maior aceitação da participação da família, com as famílias a terem mais confiança nas suas capacidades como agentes educativos (Silva J. & Martins E., 2002).

Com estes programas em que a família se sentia envolvida na vida das escolas e no conseqüente aumento da qualidade das mesmas, foram as próprias escolas que criaram estes programas e aplicaram-nos à comunidade onde estavam inseridas.

Parece-nos óbvio a necessidade de privilegiar a presença e conseqüente participação dos pais na escola, em que, os Programas de Formação Parental revestem-se de uma importância fundamental tendo em conta uma participação mais efectiva das famílias.

## **Síntese**

Ao abordarmos aspectos que considerámos relevantes na relação entre a Escola e a Família, nomeadamente no que se refere aos meios de comunicação entre ambas as

instituições, podemos referir que quer a escola quer a família adoptaram, ao longo dos tempos, uma postura de oposição, de indiferença e por vezes de recriminação que nos dias de hoje tem vindo a ser ultrapassada.

Os pais e professores começam, de forma gradual, a estabelecer uma parceria e a compreender o papel que compete a cada um a nível estrutural e o papel que cada um tem no sistema educativo. A ajuda prestada em casa, de acordo com o professor, a planificação e a própria organização curricular, tornou-se numa ferramenta importante para o sucesso na aprendizagem dos alunos.

Apesar de alguns obstáculos que vão aparecendo a uma boa relação entre a escola e a família, os pais, os professores e a formação que lhes deve ser disponibilizada permite uma melhoria na participação de todos tendo como objectivo o bem das crianças.

Por outro lado, as políticas da educação devem ter em atenção o respeito das diferenças que existem na sociedade. Deste modo, a escola deve estar aberta à comunidade e esta preparada para participar. Torna-se necessária uma melhoria no que respeita aos conhecimentos, expectativas e objectivos a que cada um se propõe de modo a poderem ser traçadas metas conjuntas.

## **CAPÍTULO II**

### **Normativos legais de suporte à participação dos pais**

## **Introdução**

A educação, em Portugal, e estamos em crer que na maioria dos países do mundo, em especial nos ocidentais, é uma das apostas de todos aqueles que governam e é igualmente um factor de esperança para todos os que almejam algo mais na sua formação como indivíduos responsáveis e competentes. Ao longo dos anos a educação em Portugal sofreu alterações, para alguns significativas, para outros, pouco mais do que modificações pontuais, aqui e ali, com o decorrer dos anos.

O presente capítulo procura mostrar algumas das alterações que ocorreram na educação no período final da década de 60, coincidente com a fase final do *Antigo Regime*, até aos nossos dias. O estudo procura focar não a parte pedagógica, intimamente ligada aos professores, ao currículo, ao método de ensino, mas sim a um não menos importante factor no processo de ensino-aprendizagem, a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar, parte importantíssima do processo e por vezes descurada. Os pais e encarregados de educação, com a sua aproximação à escola, têm a possibilidade de ser uma mais-valia para o processo educativo no sentido de, com os professores e a restante comunidade educativa, compreenderem melhor as suas crianças, uma vez que são, ou deveriam ser, as pessoas que melhor as conhecem.

Neste capítulo refere-se a principal legislação publicada, tendo em conta os pais e encarregados de educação e a sua “luta” no intuito de serem parceiros efectivos, juntamente com a escola e a restante comunidade educativa, no processo educativo colaborando e tornando-se responsáveis na educação das crianças.

### **2.1- A reforma escolar**

No *Antigo Regime* o estado era um estado educador responsável pela educação nacional, detentor de toda a organização e controlo, através da uniformização do currículo e da organização dos professores, alunos e de todo o processo de ensino. A escola, neste período, apresentava-se fechada em relação ao exterior que a rodeava.

A partir da década de 70, com a Reforma de Veiga Simão, houve uma tentativa de retorno a uma centralização concentrada, agora colocada ao serviço do desenvolvimento económico, cultural e da democratização da sociedade. A partir de 1974, com a queda do Antigo Regime, e com a criação dos Conselhos Escolares, os pais e encarregados de educação passam a ter assento nos mesmos. A legislação desta época

pretendia a participação da família, considerando-a de extrema importância no processo educativo. Apesar da participação na educação e na escola ser um princípio democrático consagrado na lei, nem sempre é fácil o conjugar de esforços de toda a comunidade visando uma educação de qualidade em que todos sejam participantes activos.

Para responder à necessidade da participação mais efectiva dos pais na vida escolar foi criado um dos mais importantes parceiros na educação em Portugal, a Associação de Pais.

Desde 1968 que os pais têm assento em determinadas reuniões que decorriam na escola, nomeadamente nas reuniões do Conselho de Orientação Escolar, participação essa, com possibilidade de direito a voto. No entanto, o representante dos pais dos alunos tinha de ser eleito pela associação de pais. Como nesta altura existia um número reduzido de associações, eram poucas as escolas que tinham representantes dos pais nos órgãos das escolas. Para fazer face a essa lacuna surgiu a necessidade de ser reconhecida e dada a respectiva importância às associações de pais e ter em conta a sua participação na vida e na definição da política educativa, concedendo o direito a darem pareceres sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino e igualmente sobre as orientações gerais da política educativa do país.

Com a legalização das associações de pais é criado o SNAP- Secretariado Nacional das associações de Pais e mais tarde a CONFAP- Confederação Nacional das Associações de Pais. Os pais passam a ser parceiros legais de pleno direito na vida escolar, colaborando e sendo co-responsáveis, juntamente com os outros parceiros no processo educativo. Em suma, na educação das crianças. Deste modo pretendia-se uma escola mais aberta e contemplava-se a parceria entre a escola, a família e a comunidade.

Tendo em conta que a participação e importância dos pais e da restante comunidade na vida escolar tem vindo a aumentar ao longo dos anos, com o novo modelo de gestão escolar de 2008 implementou-se de forma ainda mais activa. É de salientar que dentro da organização escolar coexistem poderes diversificados, cada um com o seu papel no processo educativo. Assim, no novo modelo de gestão e administração escolar os documentos emanados pela direcção da escola (Projecto Educativo de Escola e Regulamento Interno de Escola), envolvem a participação de toda a comunidade educativa (professores, pais, alunos, autarquia, junta de freguesia e outras instituições públicas ou privadas), com o objectivo de modificar alguma situação menos desejável. Contudo, uma maior organização pressupõe uma tomada de decisão

mais complexa baseada no facto de que nem sempre se dá a mesma importância às razões invocadas por outros quando são tão diferentes das nossas.

Podemos, certamente, considerar os pais bons parceiros na tomada de decisões e no propósito de concretizar com sucesso o Plano Anual de Actividades, o Projecto Educativo, resumidamente os objectivos a que a escola se propõe. A procura de uma parceria em contexto escolar tem como objectivo primordial a cooperação e o respeito pela importância e o papel de cada um e não a substituição de um ou de outro agente com o intuito de satisfazer somente os objectivos de cada.

Uma boa relação escola/família é muito importante para o sucesso educativo dos alunos e para a própria organização escolar. Apenas uma estreita ligação entre a escola e a família poderá levar a uma efectiva participação dos pais que consideramos ser aspecto de extrema importância, coadjuvante do professor, do sistema escolar na persecução e consecução dos objectivos propostos e na ultrapassagem dos problemas do progresso académico e no desenvolvimento da escola.

O funcionamento da escola há alguns anos atrás era praticamente impeditivo da participação dos pais. A escola como prestadora de serviço do Estado, fechada ao exterior e que não valorizava a comunidade em que se inseria nem as vivências e as particularidades das crianças não apelava à participação. Com o decorrer dos anos e subsequente legislação houve uma evolução para uma concepção de escola em comunhão com a comunidade educativa, onde a participação já é apanágio da legislação portuguesa.

No novo modelo de gestão e administração das organizações escolares implementado em 2008, em que o Projecto Educativo define os objectivos e actividades a realizar na escola, de acordo com um cronograma próprio, com vista à integração de todos os intervenientes e procurando a resolução dos problemas, promove um grande número de oportunidades para a tomada de decisões.

É na organização escolar onde se assiste à tomada de decisões em grupo, com as suas vantagens e desvantagens. Contudo, a nível dos órgãos de gestão da escola, quando os encarregados de educação tomam parte nas tomadas de decisão, estas, estão de certo modo condicionadas pela forma como vêem a realidade, como interpretam as informações recolhidas e os objectivos que querem atingir. Uma decisão pode ser tanto ou mais complexa, quanto maior e mais complexa é uma organização. Com as diferentes visões da realidade e com as diversas soluções que pretendem para atingir o seu objectivo, os pais podem viver a ilusão de que a sua participação influencia a



decisão da escola, no entanto, a ideia optada será quase invariavelmente a que mais agradar à escola. Nenhum dos participantes no processo de ensino-aprendizagem consegue recolher e atribuir a todas as informações a mesma importância, podendo manipulá-las de acordo com os seus intentos procurando tomar uma decisão que vá de encontro ao nível da sua satisfação e não ao nível de uma decisão ideal.

Deste modo, parece de extrema importância a participação dos pais na tomada de decisões na escola tendo em conta o desenvolvimento escolar da escola e dos alunos e o carácter inovador, contrastante com a escola mais antiga que colocava à sua volta “muros praticamente intransponíveis.

## **2.2- As décadas de 60 e 70 e os movimentos reformistas**

Aquando da democratização da sociedade portuguesa, já a escola em Portugal o pretendia ser há vários anos. Na época do *Antigo Regime*, o Estado tinha como pretensão ser um Estado-Educador responsável pela educação nacional, onde a organização e controlo eram da responsabilidade da administração central, através da uniformização do currículo académico e dos modos de organização de professores, alunos e do próprio processo de ensino. A administração das escolas constitui um todo coerente e fortemente articulado e é através da normatização e do controlo burocrático e conformista que o “*Estado cumpre a sua missão centralizadora ao serviço do controlo social*” (Formosinho & Machado, 2000, p.32).

Com a publicação a 30 de Março de 1933 do Decreto-Lei nº22369 determina-se uma pesada e burocrática cadeia hierárquica para a reorganização das escolas primárias. Nesta altura são extintos os conselhos de professores, passando os directores de zonas escolares e os directores de escola ou regentes, nomeados pelo ministro da educação ou pelo director-geral a ter funções essencialmente de carácter administrativo, controlo, informação e cooperação não detendo qualquer capacidade de decisão nem permitindo quaisquer processos democráticos decisivos no interior da escola. Desta maneira, os professores não têm a oportunidade de participar na organização tanto pedagógica como administrativa da escola. Este processo manteve-se praticamente inalterável, com um pendor centralista, burocrático, autoritário até praticamente à Revolução de Abril.

### **2.3.- A reforma centralista de Veiga Simão**

A partir da década de 70 o debate centrou-se nas ideias de democracia e participação e a administração das escolas. Com a Reforma de Veiga Simão (Lei nº5/73 de 25 de Julho) denotou-se a tentativa de retorno a uma centralização concentrada, agora colocada ao serviço do desenvolvimento económico e cultural e da democratização da sociedade, sendo estas consideradas tarefas da responsabilidade do Estado. Esta Reforma visava a “democratização do ensino”, permitindo nas escolas a ocupação de espaços de participação por parte de professores e alunos, participação relacionada com a necessidade de “democratização da sociedade”, efeito não desejado pelo sistema político no seu todo.

A importância da Reforma está intimamente ligada com a importância do ensino em Portugal, uma vez que nessa época a taxa de analfabetismo do país era bastante elevada. Num regime que elegia como premissa a harmonização das classes, a confiança política na educação e o seu carácter ideológico, eram factores apaziguadores das dificuldades e tensões que se viviam. A educação, nesta altura, assume um papel fundamental para o desenvolvimento do país, uma vez que passava a ser dirigida a todos com a democratização do ensino.

A presente Reforma insere-se na fase terminal de um regime que se caracterizava pela repressão e autoritarismo, no qual não havia representação parlamentar democrática e onde ocorria uma forte censura. O carácter populista do alargamento do ensino e a sua importância na articulação de mudanças básicas tinha por objectivo alterar o modelo fascista criado por Salazar para um modelo menos fechado e menos corporativo.

A extrema importância da Reforma aqui abordada passa pelo papel central que a educação passou a ter em Portugal, como alavanca de uma mudança social e devido ao seu impacto na conjuntura política, a partir da altura em que o seu discurso e programa eram essenciais para uma efectiva mudança social.

O projecto de educação a longo prazo reclamava para a educação o papel de elemento essencial e activo para um país em desenvolvimento.

## **2.4.- A gestão democrática - pós 25 de Abril**

A administração das escolas nesta década é marcada pela democracia directa e por uma gestão democrática. Nos primeiros anos a seguir à Revolução de Abril houve um saneamento da maioria dos reitores e professores afectos ao antigo regime, sendo afastados passou o poder para as assembleias de estudantes e professores que se constituem como órgãos soberanos das escolas.

Benavente (1990), numa investigação sobre a democratização da escola primária, constata que com o fim do fascismo foram tomadas medidas concretas para a democratização deste nível de ensino, entre as quais a adopção de novos programas, a estruturação de 4 classes em duas fases de 2 anos cada, a revisão da avaliação valorizando-a como um processo contínuo em detrimento dos exames, a redução do número de alunos por classe, a redefinição do papel dos inspectores que passam a ter como função primordial orientar e dinamizar as escolas, a revalorização do estatuto profissional dos professores e adopção de um novo modelo de organização do ensino primário – o modelo de gestão democrático do ensino primário – criado pelo Despacho nº68/74 e aperfeiçoado pelo Despacho nº40/75. O Despacho nº68/74 que atribui a direcção das escolas com mais de 2 lugares docentes em Conselho Escolar, no qual têm assento todos os professores em exercício na escola, o pessoal auxiliar, os encarregados de educação, a autarquia e outras instituições locais. A nível escolar existem dois órgãos: o conselho escolar, constituído pela totalidade dos professores da escola e o director da escola, eleito pelos membros do referido conselho. O director de escola tem, exclusivamente, funções de gestão, competindo-lhe executar as decisões do conselho escolar, submeter a este as deliberações que excedam a sua competência e decidir sobre as matérias para que o Conselho o tenha mandatado. Compete, ainda, ao director: representar a escola, presidir ao conselho escolar e realizar a gestão corrente da escola (nº1.10 do Despacho nº40/75).

O conselho escolar, com poderes de gestão não despiciendos, é descrito como órgão de direcção da escola. As suas funções, definidas no ponto 1.9 do referido Despacho de 1975, foram sendo alargadas ou limitadas em legislação posterior.

Poderia pensar-se que as escolas adquiririam mais autonomia, no entanto, o processo burocrático mantém-se. As escolas têm necessidade de pedir pareceres e autorizações e prestar contas quanto ao seu modo de agir, mantendo-se o carácter burocratizado e centralista na organização da escola primária.

Na maioria dos casos, a escola primária caracteriza-se por uma grande dispersão geográfica e por uma reduzida dimensão. Como tal, a simplicidade da sua estrutura organizativa é justificativa para a pouca preocupação manifestada pelo Governo na alteração dessa estrutura.

A direcção das escolas e a parte mais significativa da sua gestão encontra-se, dependente, no plano pedagógico, de múltiplas orientações da administração central e, no plano administrativo, das delegações e direcções escolares.

Na escola, o conselho escolar detém os principais poderes deliberativos, ao nível municipal. Conforme o número de lugares docentes, estas estruturas variavam entre as comissões concelhias ou de zona (para 50 ou mais lugares), um delegado pedagógico e um delegado escolar (no caso de haver entre 10 e 49 lugares docentes) e um delegado ou secretário de zona (menos de 10 lugares docentes), eleitos por todos os professores do conselho ou zona. Com o Despacho n.º40/75 estas estruturas denominam-se comissões concelhias ou de zona, detendo competências na área administrativa, pedagógica e acção social escolar, e, em 1977, passam a delegações de zona escolar, restringindo-se a sua função a aspectos administrativos. O seu delegado, dispensado da docência, é cooptado pela Direcção-Geral do Pessoal e Administração para garantir que o processo de tomada de decisões no interior da escola fosse consentâneo com os interesses da administração central. Este acto é sinónimo da afirmação do poder central sobre as escolas.

No decorrer da década de 70 houve, por parte dos governantes, uma preocupação em abrir a escola ao exterior e torná-la mais participada por todos. A comunidade educativa é chamada a intervir na possibilidade de trazer uma mais-valia para o processo educativo.

## **2.5.- A Participação dos Pais**

Desta forma se “*a participação é uma das palavras-chave da política educativa depois do 25 de Abril*” (Lima 1992, p.176), também a participação da família é algo de muito importante e que se tem vindo a implementar no processo educativo dos últimos anos. No entanto, nem sempre é fácil unir esforços entre toda a comunidade educativa no intuito de oferecer às crianças uma educação de qualidade em que todos sejam intervenientes e participantes de forma plena, Apesar do facto de podermos afirmar que

*“a participação na educação e na escola passa constituir um princípio democrático consagrado politicamente ao mais alto nível normativo”* (Lima 1992, p.176).

O movimento associativo dos pais deu os seus primeiros passos antes do 25 de Abril, mas é com este acontecimento importante da história do país que aquele se vai verdadeiramente desenvolver. No que concerne à legislação publicada sobre a participação parental na vida escolar começa a construir-se um edifício legal *“até se chegar à representação dos encarregados de educação, com direito a voto, em vários órgãos das escolas”* (Silva, P., 1994:308) e dá-nos conta daquilo que as escolas pedem às famílias e aos seus representantes legais, nomeadamente aos Encarregados de Educação e às Associações de Pais.

De acordo com estudos feitos, no Colégio de Nossa Senhora do Rosário, no Porto, no ano de 1960, começou a haver uma série de encontros com os pais dos alunos. Os encontros tinham um carácter informal e prendiam-se com orientar os pais e integrá-los no colégio, criar as bases de uma futura Associação de Pais e iniciar uma escola de pais e pensar no modo de a estruturar. Em 1964, desenvolvia já acção bastante alargada a Associação de Pais e Professores das Alunas do Colégio de Nossa Senhora do Rosário. O movimento da Associação de Pais era dinamizado, em parte pela escola de pais, preocupada com a formação de pais, baseando-se no ensino particular de inspiração católica. Os responsáveis da Associação de Pais das alunas do Colégio entenderam dever educar os adultos, surgindo, assim, a Escola de Pais Nacional, que *“prestou o inestimável serviço de orientar os desorientados pais na procura de um caminho”* (Silva, P., 1994:321). De acordo com o mesmo autor a primeira Associação de Pais do ensino público foi o Liceu de Guimarães.

O Decreto-Lei 769-A/76 de 23 de Outubro é o primeiro a fazer referência à participação dos pais na escola. No preâmbulo do decreto referido anteriormente, o Ministro da Educação de então Mário Sottomayor Cardia mencionava que era tempo de *“separar a demagogia da democracia e lançar as bases de uma gestão que, (...) exige a atribuição de responsabilidades aos docentes, discentes e pessoal não docente”*. Este decreto regulamentou, a nível de funcionamento as escolas do ensino básico e secundário até à sua alteração pelo Decreto-Lei nº 115-A/98.

O decreto de 23 de Outubro mantém os órgãos criados no D.L. nº 735-A/74 ou seja, o Conselho Directivo, o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo, denotando uma preocupação com a vida escolar e a sua volta à normalidade no período pós 25 de Abril em que nas escolas se realizavam assembleias de alunos e professores,

baseadas numa democracia directa, decidindo em plenários convocados por qualquer razão. Os órgãos de gestão eram inclusive eleitos à revelia da lei, era a altura das Reuniões Gerais de Alunos e das Reuniões Gerais de Professores.

O Conselho Directivo era composto por 5 docentes (3 nas escolas com menos de 100º alunos), 2 alunos (em escolas do ensino secundário) e 1 elemento do pessoal não docente. Apesar da presença dos alunos e do pessoal não docente na constituição deste órgão, as funções executivas concentravam-se nos membros docentes. Deste modo, a presença no Conselho Directivo do representante do pessoal não docente e, em especial, dos alunos não é mais do que uma exigência de participação que se vivia na sociedade portuguesa de então.

O Conselho Administrativo, como órgão de carácter administrativo goza de autonomia administrativa, mas a participação do pessoal, quer docente, quer não docente não é tida em linha de conta. A maior alteração em relação à legislação existente passa pelo Conselho Pedagógico que para além do Presidente, era composto por um professor de cada grupo, subgrupo ou especialidade, eleito pelos seus pares, e por representantes dos alunos, um por cada ano de escolaridade, contando algumas escolas com 7 alunos do 5º ao 11º ano de escolaridade, com a mesma capacidade de decisão que qualquer outro membro docente.

O Conselho Pedagógico tinha competências deliberativas de carácter pedagógico. Contudo, essas competências aparecem de forma difusa, estabelecendo-se que a sua função era de orientação pedagógica do estabelecimento, prevendo a cooperação entre todos os membros da escola, de modo a garantir o adequado nível de ensino e conveniente formação dos alunos. O órgão era apoiado nos docentes organizados em conselho de grupo, subgrupo, disciplina ou especialidade e ainda em ano e turma.

A definição não muito específica das funções do Conselho Pedagógico levou ao desvio das suas verdadeiras funções, funcionando como um palco de natureza política em que as questões pedagógicas ocuparam um espaço muito reduzido.

É de salientar no entanto, que a criação deste órgão representou uma verdadeira novidade, tendo desta forma adquirido um papel importante na autonomia das escolas e em especial na aproximação do pessoal não docente à participação na vida escolar. Apesar de alguns autores verem este normativo como um movimento de recentralização do poder temos que entender a época em que foi criado. Este período, ainda próximo do 25 de Abril, pautava-se por uma vontade de participação dos indivíduos na vida escolar

aliada a uma falta de preparação de alguns após o saneamento de reitores e directores ligados ao Antigo Regime. O clima que se vivia no país ao fim de anos de ditadura também não ajudava ao bom funcionamento das escolas. Deste modo, pensamos que o Decreto-Lei nº 769-A/76 procurou trazer às escolas a normalidade e a credibilidade perdidas com a chegada do 25 de Abril. O decreto atrás referido procura demonstrar, ainda, a preocupação com os processos, ou seja, com a normalização da vida das escolas. Este é acima de tudo um decreto regulamentar. Especifica desde a forma de convocar eleições, aos prazos, à divisão interna dos órgãos, enfim, a questões que hoje não ultrapassam o que se cria nos regulamentos internos.

No que respeita à definição das competências dos órgãos, o decreto de 23 de Outubro de 1976 não é muito rico. Ocorre alguma indefinição dos poderes a concentrar na escola e havia necessidade de legislar no sentido de repor as condições mínimas de funcionamento das escolas. Uma vez que este decreto foi “beber”, para o Conselho Directivo, as funções previstas nos estatutos dos ensinos preparatório e secundário do Estado Novo e se tenham recuperado, para o Presidente do Conselho Directivo, as funções genéricas que competiam aos antigos reitores.

É de referir a ambiguidade que consiste na concentração das funções executivas nos membros docentes do Conselho Directivo, ao mesmo tempo que aí se incluem alunos e pessoal não docente. Na nossa opinião, a presença no conselho Directivo do representante do pessoal não docente e dos alunos não passa de uma cedência às enormes exigências de “participação” que se viviam na sociedade portuguesa de então.

A participação dos pais na vida escolar leva a partir deste momento um forte impulso. Com efeito, a participação dos pais na escola aumenta à medida que as Associações de Pais se vão criando, na medida em que só podem intervir na escola se pertencerem a essas mesmas associações. Estas, de acordo com o autor referido anteriormente, formam um grupo de pressão quer nas escolas quer a nível político no intento de ser uma resposta à *“falta de poder estatal nas escolas e à desregulação das suas condições normais de funcionamento”* (Silva, 1994:322).

Verificámos assim que, após os primeiros anos de Revolução, a escola entrou num período de normalização.

## **2.6.- A Lei de Bases do Sistema Educativo e a reforma da educação**

A Lei nº46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) faz algumas referências acerca da necessidade de participação dos pais, como eixo central da orientação do sistema educativo. Por exemplo o artigo 43º, ponto 1 refere que “A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação (...); o ponto 2 prevê que “O sistema administrativo deve ser dotado de estruturas administrativas (...) que asseguram a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação (...)”. Igualmente, o artigo 45º no ponto 2 salienta que “Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orienta-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os agentes no processo educativo, tendo em atenção as características de cada nível de educação e ensino.” A direcção das escolas é assegurada por órgãos próprios para os quais são democraticamente eleitos os representantes dos professores, alunos e pessoal não docente e apoiada por órgãos consultivos e serviços especializados (art. nº45.4).

Ainda, a LBSE, mostra uma preocupação pela criação de uma mentalidade e de uma comunidade baseada na participação, por exemplo o artigo 7º alínea h) fala de proporcionar “ (...) atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação” e a alínea i) menciona a “ (...) formação de cidadãos (...) democraticamente intervenientes na vida comunitária”, o artigo 8º, nº3, alínea b) refere a “ (...) formação (...) de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas (...)”, o artigo 15º, nº5 enfatiza “(...) a colaboração entre as entidades (...) tendo particularmente em vista os interesses da colectividade”, o artigo 30º alínea f) salienta a “formação que, em referência à realidade social, estimula uma atitude simultaneamente crítica e actuante”, o artigo 45º, nº1 fala que o “funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, (...) orienta-se por uma perspectiva de integração comunitária”. Daqui se pode depreender que a LBSE incentiva, proporciona e estimula um espírito de participação na política educativa de cada escola, de todos os que nela estão implicados e consagrando a abertura das escolas às famílias.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, promulgada em 14 de Outubro de 1986 e a Reforma do Sistema Educativo têm a pretensão de estabelecer uma parceria entre a escola, a família e a comunidade. Esta veio tentar suprir uma necessidade profunda da sociedade. A Escola estava longe de corresponder às expectativas das pessoas, na



medida em que era orientada por um sistema desordenado e por vezes incoerente. Permanecia “*o aspecto antiquado e obsoleto do saber inútil, desligado dos problemas reais das pessoas que a povoam e justificam*” (Comissão de Reforma do Sistema Educativo, 1987, p.70). Havia a necessidade da escola responder aos desafios postos a Portugal de uma maneira oportuna e eficaz, pressupondo eliminar as profundas insuficiências educativas e sociais, através de uma Reforma que satisfizesse o maior número possível de portugueses.

## **2.7.- A Comissão de Reforma do Sistema Educativo e a sua participação na reforma escolar**

A Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CRSE) esforçou-se para que houvesse uma atitude de diálogo e para que fosse criada uma atmosfera social favorável à dinâmica da Reforma Educativa, constituindo uma referência fundamental no processo de construção sociopolítica de intervenção dos pais na escola. A sua missão era a de apresentar uma proposta de reorganização e gestão das escolas. Como tal, elegeu como fundamental o princípio de participação nas escolas, baseando-se na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Foi feita uma discussão pública com seminários, encontros e colóquios, por todo o país, para que fosse debatida a reforma. Foram preparados documentos que levaram a uma discussão intensa sobre este assunto. Estas discussões foram participadas, aderiram Sindicatos, Federação Nacional de Professores, Confederação Nacional das Associações de Pais, o Conselho Consultivo da Juventude entre outras, na necessidade de mobilizar os cidadãos para uma mudança a nível educacional.

A documentação emanada pela CRSE centra-se na problemática da direcção e gestão das escolas e representa um marco fundamental no processo de construção social de uma nova imagem de escola, em que os valores participativos e democráticos são assumidos como vectores estruturantes da organização social e organizacional da escola. Era pretensão, com a Reforma do Sistema Educativo, não ocorrer apenas uma renovação, mas também adaptar a educação às mudanças já operadas e algumas a decorrer na sociedade. As alterações perpetradas nas últimas décadas no aspecto sociopolítico, económico e científico-tecnológico obrigavam a uma renovação nas mentalidades e a um despertar de forças e potencialidades. “É por isso que é necessário promover e fortalecer as forças de inovação e criatividade. Para uma sociedade mais

aberta e dinâmica, precisamos de uma escola criativa, inovadora e activa”. (C.R.S.E., 1998).

Portugal para fazer face aos desafios que lhe são propostos tinha que optar por uma escola que desse primazia à liberdade e à contínua construção do saber. Uma escola em constante renovação pluridimensional e em permanente cooperação com o meio. Uma escola que contemplasse todas as formas do saber, que se abrisse ao desenvolvimento afectivo, social, cultural e não privilegiasse somente o desenvolvimento cognitivo. A Lei de Bases do Sistema Educativo, nos seus artigos 47º e 48º orientam-nos para uma escola cultural. A comunidade tem, nesta altura, um papel fundamental na criação de uma nova escola.

A escola não pode continuar a ser uma instituição despida de ligação à comunidade que a rodeia, não pode ser uma escola abstracta, tem de ser concreta e estar em íntima comunhão com a comunidade. Para que este facto seja uma realidade tem que haver um desenvolvimento social da escola. Contudo, se há a aspiração a uma escola aberta e virada para a comunidade, também esta tem de estar mentalizada da sua importância. Todos os intervenientes do processo educativo têm que colaborar e se responsabilizar na educação das crianças. Os pais e encarregados de educação têm de ser os primeiros colaboradores da escola como ressalta das citações que se seguem: “Deseja-se uma Escola que mobilize e co-responsabilize mais intensa e eficazmente os pais e encarregados de educação no processo educativo dos seus filhos e educandos. Os pais e encarregados de educação são, com efeito, parceiros indispensáveis e indispensáveis cooperantes nesse processo educativo”. (C.R.S.E., 1998:149).

Também na Lei de Bases, no artigo 7º, alínea m), diz-se ser objectivo do ensino básico participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias.

Então, tanto a Lei de Bases do Sistema Educativo como a Reforma do Sistema Educativo pretenderam criar uma escola mais aberta e contemplam insistentemente a parceria entre a escola, a família e a comunidade.

## **2.8.- A participação das Associações de Pais na política educativa**

Em 2 de Abril de 1976 publica-se a Constituição da República Portuguesa, que assegura a cooperação, por parte do Estado, com a família, na educação dos filhos e estabelece o Ensino Básico como universal, obrigatório e gratuito. Nos dias 3 e 4 do

mesmo mês realiza-se o I Encontro Nacional das associações de pais da Cruz da Areia, em Leiria. A 23 de Outubro surge, como já referimos, a primeira referência a Associações de Pais na legislação com o Decreto-Lei nº769/76 que refere a participação dos pais nos Conselhos de Turma para efeitos disciplinares. Este aspecto não é propriamente uma novidade na medida em que “não é a primeira vez que os pais têm assento numa estrutura de orientação educativa” (Lima e Sá, 2002:50), uma vez que o Decreto-Lei nº48572, de 9 de Setembro de 1968, que aprova o Estatuto dos Ensinos Básico e Secundário, que previa que, para determinadas reuniões do Conselho de Orientação Escolar, fosse convocado o representante dos pais dos alunos, não se excluindo a possibilidade de este ter direito a voto nas deliberações tomadas. Contudo, o representante tinha de ser eleito pela associação de Pais, havendo nesta altura um número muito reduzido destas associações. Assim, muito poucas escolas tinham representantes dos pais nos referidos órgãos.

Em 1977 a Assembleia da República aprova, a 1 de Fevereiro a Lei 7/77 sendo assim reconhecida a existência das Associações de Pais e a sua possibilidade na definição da política educativa. A estas é-lhes concedido o direito de dar parecer sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino e também sobre orientações gerais da política educativa do país. É criado neste mesmo ano o Secretariado Nacional das Associações de Pais, o SNAP.

No ano de 1979 o Despacho Normativo 122/79 de 1 de Junho, que regulamenta a Lei 7/77, define a forma de participação das Associações de Pais na vida da escola. Além de confirmar o direito de participação de um representante da associação de pais nos conselhos de turma de natureza disciplinar, apresenta como novidade maior, a participação de um representante da Associação de Pais, sem direito a voto, nas três reuniões anuais do Conselho Pedagógico, devendo ausentar-se das reuniões que tratem assuntos sigilosos, nomeadamente os relacionados com a avaliação dos alunos. Mantém ainda a obrigatoriedade de as associações darem pareceres no que respeita a legislação futura e aponta para a organização dos pais na escola regulando aspectos da relação entre a Associação e o Conselho Directivo. Há a partir desta altura uma aceitação dos pais na escola e exige-se a existência de associações de Pais legalizadas para que seja possível haver um representante formal na escola. Contudo, esta situação apenas abrange as escolas do Segundo Ciclo e Secundário, pelo que, a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo não se encontram ainda no movimento associativo.

No último dia do ano de 1979 é publicado o Decreto-Lei nº542/79 sobre o estatuto dos Jardins de Infância do sistema público onde se refere na alínea a) a importância da família como “agente interventor fundamental no processo educativo” e prevê na alínea c) “a criação de condições efectivas de apoio e suporte a uma participação activa das populações (...)”. De acordo com o artigo 40º, no ponto 2, “do conselho consultivo farão parte, além do director (...) dois representante dos pais”.

No ano de 1980 com o Decreto-Lei nº376/80, de 12 de Setembro ocorreu um retrocesso em relação ao que tinha sido legislado, uma vez que o referido decreto, que introduzia algumas alterações ao Decreto-Lei nº769-A/76, mencionava que o Conselho Pedagógico passa a ter um representante dos pais, apenas, se para tal, for convocado. No entanto, passa a ter o estatuto de participante de pleno direito nos Conselhos de Turma Disciplinares, mas para tal esta participação só é possível se houver associação de Pais na escola, limitando deste modo os direitos dos encarregados de educação.

O Decreto-Lei nº553/80, de 21 de Novembro, cria o Conselho Consultivo do Ensino Particular e Cooperativo integrando dois representantes do SNAP e reconhece o direito aos pais à escolha e orientação do processo educativo dos filhos. Este decreto pretende estabelecer do número de pais e professores nos órgãos de âmbito nacional.

O Decreto-Lei nº125/82, de 22 de Abril, estabelece a criação do Conselho Nacional de Educação, com cerca de 20 elementos, sendo um, representante do SNAP. A 30 de Setembro, a Lei Constitucional nº1/82, aprova a revisão da Constituição da República Portuguesa, o artigo 77º, refere-se à participação democrática do ensino e regula as formas de participação dos alunos, dos professores, dos pais, entre outros, na definição da política de ensino.

É com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº315/84, de 28 de Setembro, que se torna realizável a todos os pais e encarregados de educação a possibilidade de se organizarem em associações, independentemente do grau ou modalidade de ensino frequentado pelos seus filhos ou educandos.

Para Lima (1992:30), até meados da década de 80, *“a participação dos pais nos órgãos do governo da escola, caracterizar-se-á ou pela excentricidade, ou mesmo pela não participação”*.

## **2.9.- A Confederação Nacional das Associações de Pais - uma parceria na educação**

Em 1985 nasce no Porto a Confederação Nacional das Associações de Pais CONFAP (aprovação do nome). Os estatutos são aprovados em Coimbra, na Assembleia – Geral Extraordinária, de 7 de Dezembro. Pouco tempo depois, em 10 de Abril de 1986 são publicados, em Diário da República, os Estatutos da Confederação Nacional das Associações de Pais que, “tem por objectivo congregar, coordenar, dinamizar, defender e representar, a nível nacional, as Associações de Pais e Encarregados de Educação e suas estruturas federadas” (art.2º, nº1), intervindo, “como parceiro social, junto dos órgãos de soberania, autoridades e instituições, de modo a possibilitar e facilitar o exercício do direito e o cumprimento dos deveres que cabem aos Pais e Encarregados de Educação de, como principais responsáveis, orientarem e participarem activamente na educação integral dos seus filhos e educandos” (art. 2º, nº2). O SNAP converte-se, legalmente, na Confederação Nacional das Associações de Pais. A 21 de Abril a Confederação adere à European Parents Association (EPA), e à Union Internationale des Organismes Familiaux (UIOF). Realiza-se em Lisboa nos dias 20 e 21 de Abril o I Seminário Europeu das Associações de Pais.

Com o Decreto-Lei nº211-B/86, de 31 de Julho, é criado o Conselho Consultivo do Conselho Pedagógico, das Escolas Preparatórias, C+S e Secundárias, com a presença de um representante das Associações de Pais. É presidido pelo Presidente do Conselho Pedagógico e são-lhes atribuídas responsabilidades específicas na “promoção de uma eficaz interacção da escola e da comunidade” (ponto 94.3). No entanto, esta imposição legal de Associação de Pais continua a restringir o número de escolas com representante dos pais no Conselho Consultivo.

O Despacho de 19/11/86, do Ministro da Educação, reconhece a qualidade de Parceiro Social à Confederação Nacional das Associações de Pais.

O Despacho de 9 de Fevereiro, do Primeiro-ministro (D.R., 2ª Série, de 24 de Fevereiro de 1987) declara de Utilidade Pública a Confederação Nacional das Associações de Pais. A 5 de Abril a sigla CONFAP é aprovada em Assembleia-geral. A 19 de Maio é efectuado o registo de imprensa da revista “ A Voz dos Pais” e outras publicações avulsas. Em 1987 publica-se a Lei nº31, de 9 de Julho, onde é referido que o Conselho Nacional de Educação passa a ter dois representantes dos pais.

Em 1988 é publicado o Despacho nº87/ME, de 18 de Maio, que cria uma comissão de obras em cada escola com um representante da Associação de Pais.

O Decreto-Lei nº357/88, de 13 de Outubro cria um fundo de manutenção e conservação do património escolar do qual faz parte o Presidente da Associação de Pais.

Em 1989 o Decreto-Lei nº43/89, de 3 de Fevereiro, consagra a Autonomia das Escolas e reconhece aos pais o direito de reclamarem do processo de avaliação dos seus filhos; estabelece que aqueles devem ser ouvidos em caso de infracções disciplinares graves e informados acerca dos serviços de apoio socioeducativo; permite a cedência das instalações escolares à Comunidade, para realizações diversas.

Ainda no ano de 1989, o novo Regulamento do Conselho Pedagógico e seus órgãos de apoio - Despacho nº8/SERE/89, de 8 de Fevereiro (revoga o Decreto-Lei nº211-B/86) refere que aquele órgão passará a integrar um representante da Associação de Pais ou um pai eleito em Assembleia, caso não exista Associação. Quanto ao Conselho Consultivo, este passará a integrar um representante dos pais que, no caso de não haver Associações de Pais, será especialmente eleito para o efeito. Deste modo, podemos referir que o ano de 1989 é muito significativo. Com efeito, mesmo que não exista Associação de Pais, estes estarão representados nos órgãos mais importantes da escola. O Decreto-Lei nº286/89, de 29 de Agosto define os princípios gerais da reestruturação curricular prevista na LBSE.

A 27 de Outubro de 1990, por distinção no desempenho da sua actividade, contribuindo marcadamente para a melhoria da qualidade do Ensino e da Educação é atribuído à Confederação Nacional das Associações de Pais o Diploma de Mérito Pedagógico. A 27 de Novembro é publicado o Decreto-Lei nº372/90, a nova Lei das Associações de Pais, que revoga a Lei 7/77. A representação da CONFAP desenvolve-se nos campos nacional e internacional com a participação em múltiplos organismos e instituições. No plano Nacional, a CONFAP tem assento nos seguintes organismos e comissões: 2 representantes no Conselho Nacional de Educação; 3 representantes no Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo; 1 representante no Conselho Consultivo para o Ensino Tecnológico, Artístico e Profissional, no âmbito do GETAP; 1 representante na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Regime de Acesso ao Ensino Superior; 1 representante no Conselho Consultivo dos Assuntos da Família; representação em todos os distritos nos Conselhos Regionais do Instituto da Juventude; 1 representante no Conselho Nacional do Projecto VIDA; 1 representante no Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural; 1 representante no

Conselho de Acompanhamento e Avaliação do Novo Modelo de Direcção, Administração e Gestão das Escolas; 1 representante na Comissão de Avaliação e Classificação dos Espectáculos, entre outros.

### **2.10.- As Associações de Pais – Direitos e Deveres**

O Decreto-Lei nº53/90, de 4 de Setembro é implementado e confere personalidade jurídica às associações de pais e encarregados de educação bem como a participação no processo de definição das políticas educativas, autoriza o Governo a legislar sobre as Associações de Pais, pretendendo-se facilitar o seu exercício, melhorar as suas condições de funcionamento e reforçar o estatuto interventor das Associações e respectivas federações e confederações.

O Decreto-Lei nº372/90, de 27 de Novembro que define os direitos e deveres das associações de pais e encarregados de educação, alterado mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de Março e Lei n.º 29/2006, de 4 de Julho. Este decreto de Novembro altera e revoga significativamente a legislação anterior. Efectivamente, estabelecem-se os direitos e os deveres das Associações de Pais. Existe nesta altura uma vontade de dar alguma estabilidade às Associações, nomeadamente na sua constituição, ao tornar gratuito todo o processo, deixando de ser necessário o regime notarial e passando o próprio Ministério da Educação a assegurar a publicação gratuita dos Estatutos em Diário da República. Após a publicação dos estatutos atribui-se personalidade jurídica às Associações de Pais, permitindo-lhes, assim, atribuição de subsídios públicos através da celebração de contratos-programa.

O Despacho Conjunto nº60/SERE/SEAM/90, de 14 de Setembro vai dar mais autonomia na escolha das escolas para os seus filhos nas localidades não consideradas em regime de saturação ou ruptura escolar. O valor simbólico desta medida é relevante, porque se aproxima do regime da liberdade de escolha do estabelecimento de ensino.

### **2.11.- O modelo de direcção e gestão da escola de acordo com o Decreto-Lei nº172/91**

O Decreto-Lei nº172/91, de 10 de Maio, estabelece o novo sistema de direcção, administração e gestão das escolas e vai alterar o regime anterior. Este decreto tinha como premissa principal o respeito pelos princípios da democraticidade, participação e

descentralização. Na leitura do preâmbulo do normativo em causa, o princípio de descentralização fica bem evidenciado: «...a reforma do sistema educativo pressupõe uma inserção da escola na estrutura da administração educacional que obriga à transferência de poderes de decisão para o plano local.»; «O modelo agora instituído pretende assegurar à escola as condições que possibilitam a sua integração no meio em que se insere. Exige o apoio e a participação alargada da comunidade na vida da escola.» (ibidem). Este Decreto-Lei, não foi posto em prática em todas as escolas, mas sim a título experimental nos anos lectivos de 1992/1993 e 1993/1994 apenas em quarenta e nove escolas e cinco áreas escolares. Com este decreto o 1º Ciclo, pela primeira vez, apresenta a mesma estrutura organizacional que os restantes níveis de ensino, apesar de alguns pontos serem salvaguardados.

Com este normativo, foram introduzidas algumas mudanças do ponto de vista organizacional, numa vertente de agrupamento de escolas, em que as escolas do 1º ciclo começariam a estar agrupadas por áreas e a administração das mesmas eram asseguradas por um órgão de direcção. Esse órgão funcionava como um conselho escolar da área.

Com a introdução deste Decreto-Lei os pais passam a desdobrar a sua representatividade numa série de órgãos. Assim, o Conselho de Escola do Ensino Secundário passa a ter dois representantes; o Conselho de Escola do 1º, 2º e 3º Ciclos, três representantes; no Conselho Pedagógico estarão dois representantes. Na inexistência de Associação de Pais, integrarão representantes dos pais eleitos para o efeito. Quanto aos Conselhos de Turma, a lei permite dois representantes dos pais designados pela Associação, sendo um da direcção desta e outro da turma. Se não houver Associação, serão ambos da turma. Nas reuniões de avaliação não podem estar presentes. Os pais integram todos estes órgãos com direito a voto.

Como se pode verificar, com o Decreto-Lei nº172/91 de 10 de Maio, em escolas de elevado número de turmas, a participação dos encarregados de educação aumentará significativamente.

É, assim, a partir de 1991, que podemos verificar um avanço nítido da participação formal das famílias nas escolas. Em 1992, o Despacho Normativo nº98 – A de 20 de Junho define o novo sistema de avaliação dos alunos do ensino básico, salienta os professores, alunos e encarregados de educação como intervenientes no processo de avaliação e apela para um trabalho de equipa em condições a estabelecer no Regulamento Interno da Escola ou Área - Escolar. Define a avaliação formativa como



principal modalidade de avaliação no Ensino Básico, devendo-se articular com dispositivos de informação do aluno e do seu encarregado de educação. No caso da avaliação sumativa extraordinária deverão os alunos e encarregados de educação ser avisados com cinco dias de antecedência. Quanto à avaliação aferida, sendo da responsabilidade dos organismos competentes do Ministério da Educação, visa medir o grau de cumprimento dos objectivos curriculares mínimos não tendo efeitos sobre a progressão dos alunos. A avaliação especializada será feita com o conhecimento e acordo prévio dos encarregados de educação, contribuindo a informação prestada por estes para a elaboração de um programa individualizado; no que diz respeito à retenção repetida, também esta carece do parecer dos encarregados de educação, que poderão apelar ao Director Regional de Educação, em caso de discordância.

## **2.12.- A preparação do regime de autonomia das escolas**

Em 1993, surgem dois documentos, nomeadamente o Decreto-Lei nº301/93, de 31 de Agosto que estipula os direitos e deveres das famílias em relação à escolaridade obrigatória dos filhos e o Despacho nº239/ME/93, de 20 de Dezembro, que pretende actualizar a Lei das Associações de Pais (Decreto-Lei nº372/90) nas escolas onde ainda não está a funcionar o novo regime de gestão, isto é, o Decreto-Lei nº172/91. Deste modo, a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico passarão a ter um representante da Associação de Pais ou um pai eleito para o efeito, respectivamente no Conselho Pedagógico e Conselho Escolar, daqueles níveis de ensino. Os pais têm direito a voto em todos os órgãos em que participam. Ainda neste decreto determina-se a periodicidade mínima trimestral das reuniões entre as Associações de Pais e a Direcção do Estabelecimento de Ensino, bem como as regras de convívio entre os dois órgãos.

O Despacho nº37-A/SEEI/96, de 5 de Setembro, salienta a relevância dos órgãos de gestão intermédia das escolas desenvolvendo processos de liderança para que se estimule a participação social e a maximização das potencialidades dos diferentes sectores educativos e se favoreça uma ligação mais articulada entre a sala de aula, a escola e a comunidade.

O Despacho normativo nº27/97, de 2 de Junho que prepara o novo regime de autonomia das escolas. Regulamenta a participação dos órgãos de administração e gestão dos jardins-de-infância e dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário

no novo regime e gestão das escolas evocando a participação, o projecto educativo e a iniciativa. É a partir deste Despacho que surgem os primeiros agrupamentos de escolas verticais – constituídos por escolas dos 1º, 2º e 3º ciclos e jardins-de-infância – e os agrupamentos de escolas horizontais – que abarcam escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância. Ainda no âmbito deste Despacho, no ponto 3.3 se refere que na composição do Conselho Consultivo deve salvaguardar-se o princípio da paridade entre docentes e não docentes, designadamente os representantes dos pais, do pessoal não docente, da autarquia e outros.

### **2.13.- O modelo de direcção e gestão de acordo com o Decreto-Lei nº115/98**

Com a publicação em Diário da República do Decreto-Lei nº115/98, de 4 de Maio começou um novo Modelo de Gestão em que “é aprovado o regime de autonomia, administração e gestão de estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário” (art. 1º Aplicação). O presente decreto apesar de contemplar um período de transição trouxe para as escolas mudanças significativas, nas quais os estabelecimentos de ensino passam a ter margem de autonomia no que respeita à administração e à gestão dos mesmos, nomeadamente nas escolas do 1º ciclo do ensino básico. Aprova os agrupamentos de escola e, no art. 40º - Princípio geral – reconhece aos pais e alunos, o direito à participação na vida escolar. De acordo com o preâmbulo do Decreto-Lei em questão, «a autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais de uma nova organização da educação, com o objectivo de concretizar na vida da escola a democraticidade, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação.».

Para se conseguir pôr em prática esta autonomia foi necessário ter em conta a dimensão das escolas, as relações a nível das estruturas políticas, nomeadamente as locais e para além disso a necessidade de estabelecer parcerias com organismos representantes da sociedade civil. Tendo por base uma postura de apoio e regulação da administração local, regional e central os estabelecimentos de ensino dentro da comunidade criaram a sua autonomia, sem que se pensasse que era uma forma de o estado diminuir as suas responsabilidades mas, de acordo com o preâmbulo do mesmo decreto, fosse um “...reconhecimento de que, mediante certas condições, as escolas, podem gerir melhor os recursos educativos de forma consistente com o seu objectivo educativo...”

Foram introduzidas algumas mudanças do ponto de vista organizacional, com vista a uma maior qualidade da educação e através de uma cultura de responsabilidade participativa de modo a pôr em prática o presente normativo.

#### **2.14.- A mudança na organização**

A publicação do Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio, consagra a participação dos pais nos órgãos da escola, não representando, porém, nenhuma ruptura significativa em relação às propostas anteriores. No entanto, permite à escola definir em concreto as dimensões dessa participação. Em relação à Assembleia determina-se que, no que respeita aos professores o seu número não poderá ser superior a 50% da totalidade dos membros do órgão, já em relação aos pais e pessoal não docente, optou-se por definir o mínimo de 10%. Os representantes dos pais e encarregados de educação são designados pelas respectivas organizações representativas e, na falta das mesmas, aplicam-se as normas vigentes no regulamento interno.

O facto de se impor um limite de professores e, sobretudo, a garantia de uma representação mínima para os pais e funcionários, parece traduzir alguma desconfiança no princípio da democraticidade e participação de todos os intervenientes no processo educativo ou, pelo menos, considera que nem todos os intervenientes estão nas mesmas condições ou dispõem do mesmo poder para definir as regras do jogo democrático (Lima e Sá, 2002). Os mesmos autores defendem que este regime de autonomia “parece apostado em mudar a escola sem mudar o sistema, adiando mais uma vez a descentralização da administração educativa e transferindo para os municípios a responsabilidade de promover os Conselhos Locais de Educação (art. nº2), reconceptualizando-os como instâncias de harmonização (...) em vez de titulares de competências transferidas da administração central” (Lima e Sá, 2002, p.77).

Ainda no que respeita ao Decreto-Lei 115-A/98 em análise, o artigo 6º com nova redacção dada pela Lei nº24/99 de 22 de Abril considera que deve ser aprovado o Regulamento Interno, através da eleição de uma Assembleia Constituinte que terá obrigatoriamente a participação de representante dos pais.

O Decreto-Lei nº270/98, de 1 de Setembro define o estatuto dos alunos dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário, estabelecendo os respectivos direitos e deveres gerais e consagrando um código de conduta que

contempla regras de convivência e de disciplina que devem ser conhecidas e observadas por todos os elementos da comunidade educativa.

No ano seguinte, em 1999, o Governo publica o Decreto-Lei nº80/99, de 16 de Março, onde se aprova o regime que disciplina a constituição das Associações de Pais e encarregados de educação e define os direitos e deveres das referidas associações, bem como das suas confederações, reforçando os direitos e deveres das Associações de Pais e encarregados de educação, através do representante destes nas estruturas de gestão e de administração das escolas.

### **2.15.- As alterações ao modelo de gestão**

O Decreto-Lei nº24/99, de 22 de Abril prevê a redefinição da composição e representação do conselho executivo dos agrupamentos de escolas. O art. 12º refere que “os representantes dos pais e encarregados de educação são indicados em assembleia-geral de pais e encarregados de educação da escola, sob proposta das respectivas organizações representativas, e, na falta das mesmas, nos termos a definir no regulamento interno”. É nesta altura que se faz a primeira alteração ao Decreto-Lei nº115-A/98.

Em 2002, é publicada a Lei nº30/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o Estatuto dos alunos do Ensino não Superior. Apesar de ser um Decreto-Lei mais relacionado com os alunos, após uma leitura mais atenta prova-se que é um normativo que entre outros tem por objectivo responsabilizar os pais e encarregados de educação. Assim, no ponto 5 do art.19º, relativamente à justificação de faltas dos alunos, refere-se que “a justificação das faltas deve ser apresentada previamente sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao quinto dia subsequente à mesma”. Os pais passam a ter a responsabilidade de assumirem a justificação das faltas sem se propor, em primeiro lugar, no quadro de normas da escola, estratégias de identificação das causas que deram origem às faltas, para serem discutidas e encontradas soluções para os problemas, de forma a recuperar o aluno. Deste modo, esta lei limita-se a passar a responsabilidade legal para os pais, não prevendo acções prévias de informação/divulgação sobre o que é o regulamento interno e para que serve, tomando como adquirido que é fácil para a maioria dos pais estar a par sobre a importância do regulamento interno das escolas. A lei apenas exige que os pais assinem, demonstrando apenas preocupar-se com a questão normativa.

Estudos sobre a legislação publicada apontam várias críticas, apesar de reconhecerem os avanços verificados. Assim, “na própria organização escolar, o alargamento da participação formal não corresponde a um conteúdo real (...) pelo que o corpo docente continua a manter intacto o controlo da instituição.” (Villas-Boas, 2001:118). A tradição e os hábitos dos professores e famílias dificultam a relação entre as duas instituições.

É defendido que é a partir da escola que devem ser tomadas condições para uma real ligação entre a escola e a família, na medida em que se os professores manifestarem a necessidade de ouvir os pais, e estes sentirem que são desejados e indispensáveis ao bom funcionamento da mesma. Na verdade, apesar de todos estes esforços, as relações entre pais e professores sempre foram polémicas ao longo da história do sistema de ensino português.

Os pais e encarregados de educação passaram a ter assento nos órgãos mais importantes da direcção e gestão escolares e a sua responsabilidade aumenta. “*Os pais nunca sentiram, tão intensamente, a responsabilidade inerentes a um novo contexto que lhes pede muito mais do que lhes dá*” (Lima, 2002:8). Pelo lado dos docentes as coisas também não funcionam de acordo com o que se desejaria. Com efeito, os próprios professores “*não parecem admitir que o papel dos pais vá para além da participação e ajuda em tarefas consequentes de projectos concebidos e elaborados pelos próprios professores*” (Vieira, 1996:173). Portanto, a participação dos pais na escola, parece depender de quatro unidades fundamentais: da escola, dos professores, dos próprios pais e dos alunos.

## **2.16.- A participação da comunidade**

O Decreto-Lei nº7/03, de 15 de Janeiro estabelece a criação dos conselhos municipais de educação e da carta educativa, com vista a facilitar o trabalho das autarquias uma vez que neles está representada a comunidade com vista a, todos juntos, definirem a organização da rede escolar do seu concelho; a rede de transportes, segurança, etc.

O Decreto-Lei nº74/2004 de 26 de Março estabelece os princípios orientadores na organização e gestão curricular, bem como avaliação das aprendizagens, ao nível secundário de educação. Como se pode depreender pela leitura do preâmbulo pretende-se “*uma reforma que constitui componente estratégica nuclear no âmbito de uma*

*política de educação determinada em obter resultados, efectivos e sustentados, na formação e qualificação dos jovens portugueses para os desafios da contemporaneidade e para as exigências do desenvolvimento pessoal e social”.*

### **2.17.- A flexibilização das aprendizagens**

A Lei 49/05 de 30 de Agosto estabelece uma segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e a primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. O presente normativo procura promover no cidadão o interesse pelo ensino e a flexibilização das aprendizagens de acordo com as necessidades do indivíduo. Como tal, prevê no seu artigo 12º que têm “igualmente acesso ao ensino superior, nas condições a definir pelo Governo, através de Decreto-Lei, os maiores de 23 anos que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade para a sua frequência através da realização de provas especialmente adequadas, realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior; os titulares de qualificações pós-secundárias apropriadas e os trabalhadores-estudantes terão regimes especiais de acesso e ingresso e de frequência do ensino superior que garantam os objectivos da aprendizagem ao longo da vida e da flexibilidade e mobilidade dos percursos escolares.

O Decreto-Lei nº15/2007, de 19 de Janeiro que altera o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos ensinos básico e secundário, no artigo 90º estabelece o “Direito à consideração e à colaboração da comunidade educativa: 1- O direito à consideração exerce-se no plano da relação com os alunos, as suas famílias e os demais membros da comunidade educativa e exprime-se no reconhecimento da autoridade em que o docente está investido no exercício das suas funções.

### **2.18.- A Reforma de acordo com o modelo actual de Gestão**

O Decreto-Lei nº75/08 de 22 de Abril tem como principal intuito proporcionar condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível. O programa do XVII Governo Constitucional identificou ser necessário a revisão do regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas no sentido de reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino e no favorecimento da constituição de lideranças fortes.

O Ministério da Educação efectuou reuniões com os conselhos executivos, delegando-lhes competências da administração educativa e atribuiu -lhes funções no que diz respeito à contratação e à avaliação de desempenho do pessoal docente. Promoveu a celebração de contratos de autonomia, na sequência de um procedimento de avaliação externa das escolas, e instituiu um órgão de carácter consultivo para assegurar a sua representação junto do Ministério da Educação, o denominado Conselho das Escolas. Deste modo, era possível, dentro do quadro legal existente, criar um reforço na autonomia e na capacidade de intervenção dos órgãos de direcção das escolas para fortalecer a eficácia da execução das medidas de política educativa e da prestação do serviço público de educação.

O Governo, com a alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, teve como pretensão dotar cada estabelecimento de ensino público de um corpo de docentes, com mais experiência, autoridade e formação, que assegure em permanência funções de maior responsabilidade. A criação da categoria de professor titular, à qual são reservadas as actividades de coordenação e supervisão, tem como função, de acordo com o Governo, contribuir para a capacidade de organização das escolas em função da missão de serviço público que lhes está confiada. Como é do conhecimento público a criação desta categoria acarretou um coro de protestos e ainda hoje é alvo de contestação.

A partir deste ponto há a necessidade da introdução de alterações ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão escolar, de acordo com as necessidades identificadas e os objectivos definidos no programa do Governo. É o procurar reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino. Como tal, torna-se indispensável uma cultura de abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais. Deste modo, procura-se não apenas a participação do pessoal docente, mas também a intervenção de todos os que mantêm um interesse na vida de cada escola.

Estamos de acordo que é vital para o bom funcionamento do ensino a participação de todos e será sempre encarada como uma mais-valia, mas também convém referir que alguns, felizmente nem todos, pouco conhecimento têm do que é a vida na escola, no terreno, e as dificuldades por que passam alguns dos professores e educadores nos tempos que correm. Na sociedade de hoje, e aqui englobam-se os pais e encarregados de educação e se calhar, porque não, os professores, é cada vez mais difícil incutir nos jovens valores, princípios e o respeito pelo próprio e pelos outros. As

escolas, hoje em dia, além do carácter formativo, servem como “depósito de crianças” e a única preocupação de alguns encarregados de educação, felizmente ainda é uma minoria, não é saber como correu o dia, se respeitou colegas e professores, se almoçou uma refeição decente na cantina ou se comeu um chocolate e bebeu um sumo no bar, mas sim se as notas no fim do período são boas e se o seu filho ou filha são os melhores da turma. Uma intervenção eficaz além da que está a ser feita a nível educacional deveria ser precedida, se calhar, por uma ainda mais profunda reforma social.

O Decreto-Lei nº75/08 vem completar o quadro de mudanças introduzidas na organização e na autonomia dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Tem “...uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se activamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do país...”.

Este Decreto-Lei, tem como objectivo reforçar as lideranças das escolas, constituindo uma das medidas de reorganização do regime de administração escolar e é um dos mais importantes decretos no que respeita à aproximação da família à escola e no art.º 5 prevê a defesa dos “...valores fundamentais (...) da legalidade, justiça e imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa fé.”

O presente decreto prevê igualmente de forma inequívoca que “... é indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais. Para tanto, torna -se necessário assegurar não apenas os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente, mas também a efectiva capacidade de intervenção de todos os que mantêm um interesse legítimo na actividade e na vida de cada escola.” Essa intervenção é vista como uma prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve. A garantia para a participação de forma igualitária passa pelas condições de participação a todos os interessados. Deste modo, nenhum dos corpos ou grupos representados tem, por si mesmo, a maioria dos lugares. Nos termos do presente Decreto-Lei, uma vez observadas algumas regras elementares (todos os interessados devem estar representados e os corpos representativos dos profissionais que exercem a sua actividade na escola não podem, em conjunto, deter a maioria dos lugares no conselho), os estabelecimentos de ensino determinam a composição deste órgão.”



Do mesmo modo, é decretado a “instituição de um órgão de direcção estratégica em que têm representação o pessoal docente e não docente, os pais e encarregados de educação (e também os alunos, no caso dos adultos e do ensino secundário), as autarquias e a comunidade local, nomeadamente representantes de instituições, organizações e actividades económicas, sociais, culturais e científicas”. Contudo, após uma leitura mais atenta observa-se que no seu órgão de direcção estratégica, responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, terão assento diversos elementos não eleitos, uma vez que serão designados - os representantes das autarquias, os representantes dos pais e os representantes da comunidade. Apenas os professores e os representantes do pessoal não docente serão obrigatoriamente eleitos, já que no que respeita aos representantes dos alunos só haverá eleição no caso das escolas secundárias, não havendo representação de discentes nas escolas e agrupamentos que tenham apenas o ensino básico.

Na mesma senda, de falta de princípio pelo espírito democrático, a composição do conselho pedagógico inclui apenas membros designados, ou pelo director, ou pelas associações de pais. À parte de tudo é necessário criar condições para que se afirmem boas lideranças e lideranças eficazes, para que em cada escola exista um rosto, um primeiro responsável, dotado da autoridade necessária para desenvolver o projecto educativo da escola e executar localmente as medidas de política educativa. A esse primeiro responsável poderão assim ser assacadas as responsabilidades pela prestação do serviço público de educação e pela gestão dos recursos públicos postos à sua disposição.

O único membro eleito neste órgão será o próprio director, contudo, eleito por um colégio eleitoral restrito - o Conselho Geral - maioritariamente constituído por elementos designados.

É no Conselho Geral onde “cabe a aprovação das regras fundamentais de funcionamento da escola (regulamento interno), as decisões estratégicas e de planeamento (projecto educativo, plano de actividades) e o acompanhamento da sua concretização (relatório anual de actividades).” O Conselho Geral tem a capacidade de eleger e destituir o director, que lhe tem de prestar contas. A prestação de contas é elaborada, de forma mais imediata, tendo em conta dois factores: a participação determinante dos interessados e da comunidade no órgão de direcção estratégica e na escolha do director e o desenvolvimento de um sistema de auto-avaliação e avaliação externa.

A criação do cargo de director está directamente relacionada com o segundo objectivo, que consiste em reforçar a liderança das escolas, uma das medidas mais relevantes na reorganização do regime de administração escolar. O reforço da liderança das escolas pressupõe que em cada estabelecimento de ensino exista alguém, com a autoridade necessária para desenvolver o projecto educativo da escola e executar localmente as medidas de política educativa. O director é coadjuvado por um subdirector e por adjuntos. O cargo de director constitui-se, assim, como um órgão unipessoal e não como um órgão colegial. Cabe ao director assegurar a gestão administrativa, financeira e pedagógica, assumindo, para o efeito, a presidência do conselho pedagógico.

Por esse motivo, pensamos que o director terá de ser um professor do ensino público, particular ou cooperativo, qualificado para o exercício destas funções, seja pela formação ou pela experiência na administração e gestão escolar. A sua selecção é feita através de concurso, com critérios transparentes, para cumprir um mandato de quatro anos. É-lhe atribuído o poder de designar os responsáveis pelos departamentos curriculares, principais estruturas de coordenação e de supervisão pedagógica.

A necessidade de reforçar a autonomia das escolas é um assunto debatido e reclamado por vários sectores de opinião. Contudo, não têm correspondido propostas, principalmente no que se refere à identificação das competências da administração educativa que devem ser transferidas para as escolas. O reforço da autonomia das escolas, que constitui o terceiro objectivo deste regime jurídico, está estreitamente relacionado com a responsabilidade e com a prestação de contas e com a melhoria do serviço público de educação. A maior autonomia tem de corresponder maior responsabilidade. O presente Decreto-Lei estabelece um enquadramento legal, determinando a criação de algumas estruturas de coordenação com assento no conselho pedagógico e de acompanhamento aos alunos. As escolas têm com este modelo a possibilidade de se organizarem, de criarem estruturas e de as fazerem representar no conselho pedagógico, para o qual se estabelece, por razões de operacionalidade, um número limitado de membros.

A prestação de contas contempladas neste modelo educativo pressupõe, por um lado, a participação dos interessados e da comunidade no órgão de direcção estratégica e na escolha do director e, por outro lado, o desenvolvimento de um sistema de auto-avaliação e de avaliação externa das escolas. Mantém-se o princípio da contratualização da autonomia no que concerne à transferência de competências, flexibilizando e

deixando para regulamentação posterior os procedimentos administrativos necessários. Essa transferência de competências tem de estar sempre associado à avaliação externa, assente no princípio da responsabilidade e da prestação de contas pelos recursos utilizados no serviço público. A associação entre a transferência de competências e a avaliação do seu exercício constitui um princípio fundamental e é o garante da própria sustentabilidade da autonomia e do princípio da responsabilidade e da prestação de contas pelos recursos utilizados no serviço público, bem como de que este é efectivamente satisfeito em condições de equidade e qualidade.

Tendo em conta este controlo absoluto pela figura do director, a autonomia da escola depende necessariamente das relações políticas que se estabeleçam entre este e o poder autárquico, representado no conselho geral, ou o director regional de quem depende a homologação da eleição e a decisão da cessação da comissão de serviço.

### **Síntese**

O funcionamento do sistema educativo de um país é influenciado directamente pelo regime político que está instituído. Para Fernandes (1999, p.22), *“nos países latinos... o Estado concentrou em si todas as funções de educação e ensino”*.

Portugal, após ter um regime autoritário durante décadas, viveu um período em que não acompanhou as mudanças que o fim do regime de Salazar trouxe, mantendo-se a *“uniformidade curricular e pedagógica”* (Formosinho, 1992, p.24) durante alguns anos.

Com o 25 de Abril foram criadas as condições para que as escolas pudessem assumir a liderança e o poder no que concerne às tomadas das decisões, no entanto, apenas, durante certo tempo, se viveu um processo revolucionário (Stoer, 1986).

As mudanças a nível educacional tiveram mais ênfase a partir de meados da década de 80 a meados da década de 90 em que foram *“propostas várias políticas de modernização do ensino”* como referem Lima & Afonso (2002, p.8). A construção de uma autonomia de carácter institucional deve ser vista como um bem público e é imprescindível haver na escola formas diversificadas de liderança (individual e colectiva) sem as quais *“não é possível empreender os difíceis e complexos processos de coesão e de eficácia que a educação [...] exige”* (Barroso, 1998, p.13).

O Decreto-Lei nº115-A/98 regulamentou a autonomia das escolas, apesar de ter recebido algumas alterações, até entrar em vigor o actual, o Decreto-Lei 75/2008, que

regulamenta o regime de autonomia, administração e gestão das escolas, que visa reforçar a participação das famílias e das comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino, favorecer a constituição de lideranças fortes e reforçar a autonomia das escolas, vem completar o quadro de mudanças introduzidas na organização e na autonomia dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, com o objectivo de reforçar a participação das famílias e das comunidades, promovendo a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais.

## **II Parte**

### **Estudo**

## **Introdução**

Na segunda parte do estudo, vamos analisar o que pensam os agentes educativos (pais, professores e Associação de Pais) de forma a perceber se existe, realmente, um processo comunicacional entre a escola e a família. As vivências dos agentes, bem como as suas opiniões serão um contributo importante para que, de uma forma responsável, possamos contribuir para uma clarificação do tema. A recolha de dados dar-nos-á um importante conjunto de informações que, a par da investigação teórica e sociopolítica realizada, nos ajudará a entender como se processa, efectivamente, a relação entre a escola e a família. Assim, partimos para esta investigação na convicção de que a comunicação entre a escola e a família nem sempre é bem articulada, parecendo pertinente verificar se pais e professores têm percepção da importância de uma boa relação entre ambas as instituições.

A presença dos pais na escola foi aumentando ao longo dos tempos, quer pelo próprio desejo de pais e professores, quer por meios legislativos e, os pais passam, assumidamente, a ser parceiros na educação. No entanto, no que se refere ao acompanhamento dos pais na realização dos trabalhos de casa, com mais essa tarefa atribuída à escola, com a escola a tempo inteiro, que prevê que os alunos façam o trabalho na mesma com a presença do professor, o afastamento da família destas actividades poderá diminuir as oportunidades de contacto entre os pais e os professores, reduzindo os encontros a momentos formais onde não há oportunidade de uma verdadeira comunicação.

Assim, parece-nos importante verificar se pais e professores valorizam o contacto, para deste modo poderem trabalhar em conjunto para alcançarem o sucesso educativo das crianças pertencentes à escola.

Com o estudo que apresentamos, julgamos poder contribuir para o conhecimento do entendimento de pais e professores sobre a importância da relação entre a escola e a família.

### **1-Objectivos – Problemas/ Questões de investigação**

Tendo em conta o evoluir a nível de legislação escolar, ao longo dos anos, seria de supor que o papel de cada um dos agentes no sistema educativo estaria bem

delimitado, contudo, no ponto de vista pessoal e profissional, parece-nos que a relação escola/família apresenta-se pouco definida.

Estamos em crer que para uma aprendizagem ser eficaz e promotora do bem-estar pessoal e intelectual de uma criança é necessária uma boa relação entre o ambiente escolar e familiar. Deste modo, parece-nos de extrema importância um estudo que tenha em atenção a comunicação entre a instituição escola e a família, de modo a percebermos os resultados deste processo.

O nosso estudo teve como orientação as seguintes questões:

- Que papel tem a comunicação institucional na relação entre a escola do 1º ciclo e a família?
- Haverá uma comunicação efectiva entre a escola e a família?
- Como se processa essa comunicação?

É nossa intenção, com esta investigação, tentar compreender se a comunicação entre a escola e a família traz algum valor para a formação das crianças e, ao mesmo tempo, tentar perceber se de algum modo os contactos realizados entre pais e professores são um verdadeiro processo comunicacional onde os interlocutores se entendem e têm os mesmos objectivos. Deste modo, é nossa intenção procurar saber quais os meios utilizados para estabelecer comunicação entre a escola e a família; identificar quais são as funções da comunicação; analisar quais os conteúdos mais utilizados na conversação entre a organização escolar e a família; reconhecer quais os entraves a uma boa comunicação; entender a influência que a comunicação tem na relação entre pais e professores.

## **2- Opções de Metodologia**

Num estudo existem vários instrumentos de recolha de informação tais como: inquéritos, sob a forma de questionários ou entrevistas, que nos permitem uma procura sistemática de informação, enquanto técnicas de recolha de dados. Estes instrumentos de recolha de informação são usados quando um investigador necessita de respostas a questões que se encontram ou pouco documentadas ou quando elas, de facto, ainda não existem.

No que respeita ao Inquérito por questionário o investigador necessita mais rigor na sua elaboração e tem de sofrer uma estrutura mais elaborada não necessitando da presença directa do investigador; o Inquérito por entrevista não requer tanto rigor na sua elaboração e é menos estruturado no entanto, requer a presença directa do investigador. Tuckman (2002) refere que numa abordagem directa, o entrevistador solicita explicitamente determinada informação ao entrevistado, enquanto, numa abordagem indirecta, o entrevistador induz o entrevistado, sem que esteja explícito na pergunta, a responder mais franca e abertamente ao propósito do investigador.

No que se refere à entrevista há uma interacção entre entrevistado e entrevistador, em que o entrevistado é a fonte de informação para a investigação e desde que os objectivos estejam de acordo com aquilo que se pretende.

Podemos mencionar os testes sociométricos, que nos permitem efectuar uma recolha de informação relativa aos tipos de relação que se estabelecem num grupo, ou seja, sobre a vida em sociedade de um determinado grupo, tendo em conta o papel e a posição que cada um desempenha nesse mesmo grupo.

Além destes, temos as análises de conteúdo que, como técnica de investigação, permite a realização de uma descrição sistemática, objectiva e quantitativa do assunto expresso nos documentos que servem de base para a análise.

Decidimos escolher a entrevista semi-estruturada, pois pareceu o mais viável. O tipo de entrevista semi-estruturada permite aprofundar o assunto que se está a tratar e obter o maior número possível de informações sobre as opiniões e expectativas dos pais. Para Bell (2004, p.14) as entrevistas deste tipo realizam-se da seguinte maneira: “...são feitas determinadas perguntas, mas os entrevistados têm liberdade de falar sobre o assunto e de exprimirem as suas opiniões. O entrevistador limita-se a colocar habilmente as questões...”.

Pode-se definir entrevista como sendo uma conversa com um determinado intuito Gighlione e Matalon (2005, p.65). Na entrevista, a partir de um questionário, podemos obter de quem se está a entrevistar a informação pretendida. Procuramos aferir informações abertas e gerais sobre o tema em análise.

Há três formas mais usuais de recolher dados a partir de uma entrevista: o questionário pelo correio, a entrevista pelo telefone ou a entrevista pessoal. A entrevista pessoal, além de permitir um índice de resposta bastante elevado, permite a obtenção de mais informação, aumenta a abrangência dos dados e torna a sua recolha sistemática.



Na realização de uma entrevista é necessário ter em conta a influência social. É normalmente no entrevistado que são mais notadas as alterações a nível comportamental, uma vez que é a ele que se vai obter a informação. Há certos cuidados, muito importantes, que se devem ter em atenção, tais como: a postura, o conhecimento ou a linguagem de modo a serem atenuados o mais possível os comportamentos entre entrevistado e entrevistador, porque quanto maior for a clivagem a nível de linguagem ou cultural mais atenção se deve ter no processo comunicacional.

As entrevistas realizadas tiveram como objectivo a obtenção de dados que nos permitissem saber qual era afinal, a relação existente entre a escola e a família.

Como a análise pretendia obter informação da relação escola e família escolheram-se dois professores e dois encarregados de educação por escola, à excepção de uma que apenas foi escolhido um professor. Entrevistou-se também o presidente da Associação de Pais do Agrupamento por ser das pessoas que mais contacto tem com as escolas e com os encarregados de educação.

Nas entrevistas aos professores procurámos indagar as percepções que estes têm acerca das relações com a família e da família com a escola, quais as razões para a realização dos contactos, por que meio eram feitos; aos encarregados de educação procurou-se saber o que os leva a contactar os professores, quais os meio utilizados e tal como os professores, qual a importância da ligação entre a escola e a família e o papel dos pais na educação dos filhos.

O método para a recolha de dados foi a entrevista em registo áudio, com um guião, devidamente estruturado, destinado a cada um dos entrevistados e a posterior transcrição em folha de papel que se encontra em anexo. O entrevistador deve, com efeito, utilizar as gravações, uma vez que, para além de despender muito tempo a escrever notas no decurso da entrevista, reduz o espaço de conversação e inibe, porventura, a fluência do discurso do entrevistado.

As entrevistas tiveram como finalidade aprofundar a recolha de dados obtida da revisão da literatura e procurar deste modo colaborar para o enriquecimento do tema e para uma melhor compreensão do estudo.

É de referir que esta técnica permitiu-nos uma estrutura para o aprofundar do tema em questão e forneceu, igualmente, uma base para a interpretação dos factos observados.

Foram utilizadas no nosso estudo grelhas de contacto com os encarregados de educação. As grelhas de contactos com os encarregados de educação começaram a ser

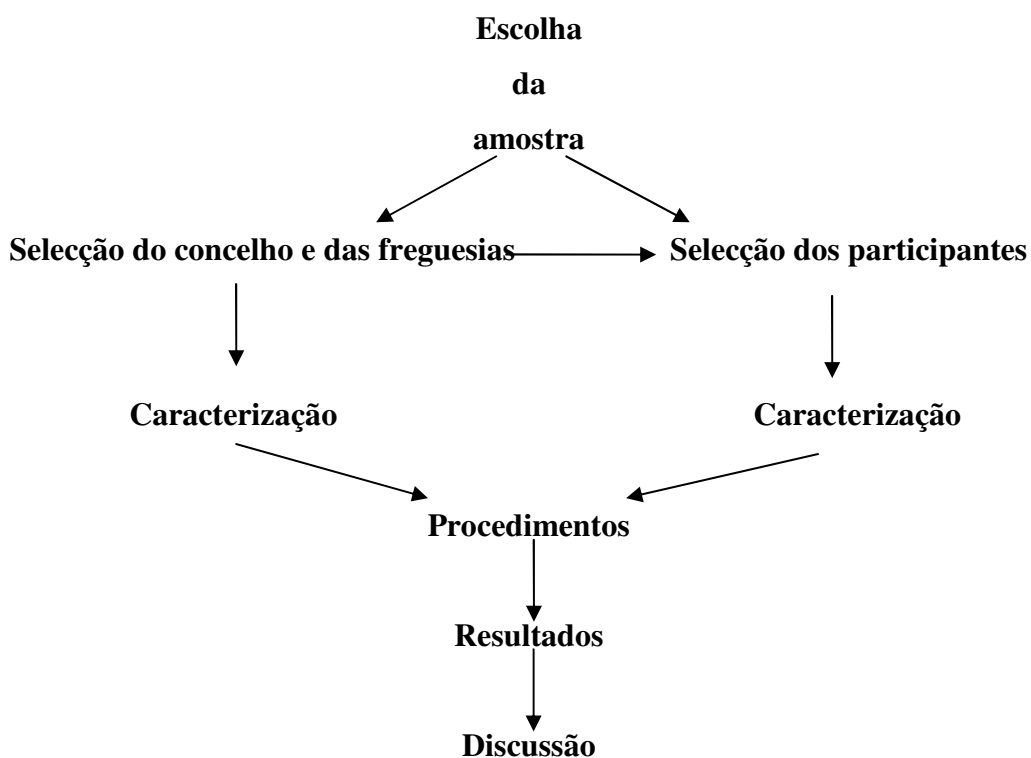
aplicadas a partir do início do mês de Março até ao último dia do ano lectivo, a 19 de Junho do presente ano. Pretendia-se com estas grelhas ter uma noção de quais eram os motivos que levavam os encarregados de educação e professores a estabelecerem contactos entre si, de quem, normalmente, partia a iniciativa para a realização dos mesmos, qual era o método de contacto mais utilizado e quais os assuntos abordados.

Os critérios de elaboração das mesmas visavam oferecer uma resposta simples ao serem analisadas, pretendiam-se respostas directas e concisas que permitissem uma leitura fácil dos dados de forma a obter uma visão clara da verdadeira relação escola/família. O seu preenchimento, por parte dos professores, deveria ser realizado sempre que houvesse contacto entre o professor da turma e o encarregado de educação, independentemente de quem partisse a intenção de comunicação.

### **3- Amostra**

O estudo para a sua realização seguiu determinadas directrizes. Propomos um esquema para tornar mais fácil a sua compreensão.

#### **Esquema1- Fases do estudo**

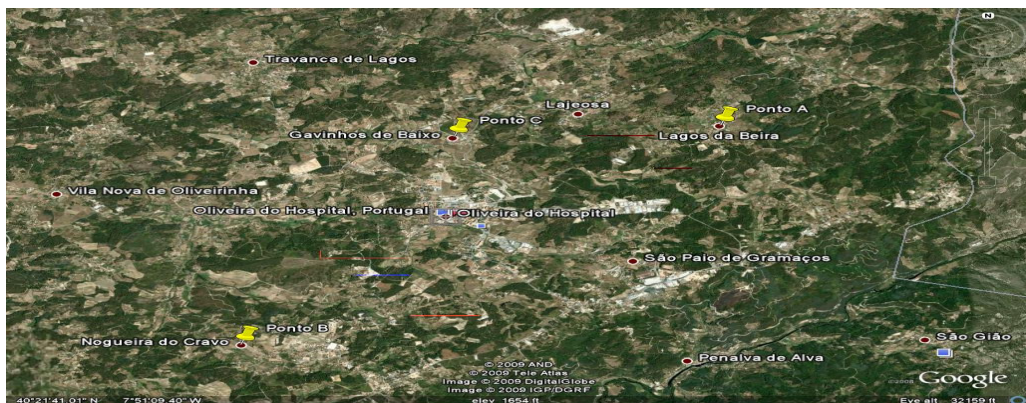


### 3.1- Selecção do concelho e das freguesias

O estudo incidiu no concelho de Oliveira do Hospital por dois factores essenciais: o primeiro, e mais lógico, tem a ver com o facto de me encontrar a trabalhar nele, o segundo devido às condições proporcionadas para a resolução do estudo, desde a disponibilidade dos elementos do agrupamento, aos pais e professores e à associação de pais.

Após um pedido de autorização ao Presidente do Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, que foi aceite, para a realização de entrevistas, de modo a podermos obter elementos para a realização do trabalho, foram escolhidas três escolas do Agrupamento com características similares: reduzidas dimensões e duas turmas por escola, de modo a poder haver uma certa paridade que serviria como termo de comparação. As escolas seleccionadas: uma a norte, outra a sul e outra a nordeste encontram-se afastadas, entre si, por outras aldeias e distam do centro alguns quilómetros.

### 3.2- Caracterização



#### 3.2.1.- Caracterização de Oliveira do Hospital – As origens <sup>1</sup>

Oliveira do Hospital é uma cidade e sede de concelho do distrito de Coimbra com uma população actual de 21 627<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Consultado em <http://www.freguesiadeoliveiradohospital.com/caracterizacao.html> em Março de 2009

<sup>2</sup> Consultado em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3) em Fevereiro de 2009

*O primitivo nome da povoação havia sido Ulvária, que significa terreno alagadiço onde há ulvas (plantas que se desenvolvem naquele ambiente); de Ulvária terá derivado para Ulveira ou Hulueira e daqui, por analogia, deturpação ou afinidade sónica, para Oliveira. O nome “do Hospital”, ou “do Espital” resulta exactamente da atribuição de uma Comenda à Ordem dos Monges de São João de Jerusalém, a Ordem dos Hospitalários.*

*(...) Foi assim que, no ano 1120 ou 1122, segundo referem alguns autores, a rainha D. Teresa, na menoridade de seu filho D. Afonso Henriques, fez doação de um povoado chamado Vlueyra do Spital aos cavaleiros da Ordem dos Hospitalários.*

*José Anastácio de Figueiredo, ilustre historiador do séc. XVIII, escreveu que no Antigo Repertório, Registro ou Inventário do Cartório de Leça, datado do reinado de D. Afonso IV, se achavam referências às primeiras doações feitas pela rainha D. Teresa à referida Ordem, e que, a fls. 13, vol. 2, n.º 189 desse Inventário se lê ter existido uma “Doação que fez a Rainha Dona Tareyia ao Spital derdade q auia ê ssea antre a bouedela & hulueira”.*

*Seja como for, essa herdade, sita a ocidente de Ulveira, mas no seu termo, foi o embrião que, desenvolvendo-se, veio a dar uma das mais importantes comendas que a Ordem dos Hospitalários possuiu em Portugal. E supõe-se mesmo que era exactamente em Oliveira do Hospital que a Ordem de Malta tinha a sua sede ou convento principal, implantado no local onde actualmente se encontram o edifício dos Paços do Município e a Igreja Matriz.*

*No decorrer dos tempos, Ulveira foi-se desenvolvendo, foi ganhando importância à sombra da grande, poderosa e gloriosíssima ordem de S. João de Jerusalém, e enxuta a grande ulveira, que dera o nome à povoação, e transformada em fertilíssimas propriedades, aumentou a produção de ervas para o gado, e de cereais, de hortaliças e frutas para alimentação dos seus habitantes.*

*Não se interrompeu o percurso inexorável do tempo, dos costumes e das ideias. A “História” continuou o seu percurso. Foi assim que a Carta de Sentença de D. Afonso IV, do ano de 1341, reconheceu à Ordem e Comenda de Oliveira toda a jurisdição civil e criminal. D. Manuel I concedeu-lhe foral novo em 27 de Fevereiro de 1514, e rubricado pelo cronista Fernão de Pina tem por título: “fforall dado ao lugar de oliu.ra dospital per forall da torre dotombo”. Segundo o Dr. Francisco Correia das Neves, Ilustre Oliveirense, “temos razões para admitir que Oliveira do Hospital já tinha*

*organização municipal, já era um concelho, ainda que rudimentar, quando D. Manuel lhe concedeu o Foral”. No «Cadastro da População do Reino», organizado em 1527, no reinado de D. João III, está registado o concelho de Oliveira do Hospital nos seguintes termos:*

*“Concelho de Oliveira do Hospital – No dito concelho vivem moradores 110.*

*Por Decreto de 12 de Novembro de 1875, no reinado de D. Luis, foi criada, juntamente com outras, a Comarca de Oliveira do Hospital, (que só se efectivou em 22 de Março de 1876), integrada por quatro (4) Julgados Ordinários – Avô, Lagares, Oliveira do Hospital e Sandomil, e com os Juizos de Paz de Avô, Penalva de Alva, Oliveira do Hospital, Ervedal e Sandomil. No plano administrativo deve dizer-se que no Séc. XVII já pertencia ao concelho de Oliveira do Hospital a paróquia da Lageosa. Depois, com as reformas administrativas e judiciais que se sucederam, a implicar a extinção dos pequenos concelhos vizinhos de Lagares, Lagos da Beira, Nogueira do Cravo e Bobadela, o concelho de Oliveira ficou com nove (9) freguesias e, mais tarde, pela extinção dos concelhos de Penalva de Alva, Ervedal da Beira, Avô e S. Gião passou a integrar um conjunto de vinte (20) freguesias. E assim se manteve até 1988, ano em que, por desanexação de um lugar da freguesia do Ervedal da Beira, foi criada a 21.ª Freguesia do concelho: Vila Franca da Beira.*

*Finalmente, em 2 de Julho de 1993 a vila de Oliveira do Hospital foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 23/93.*

### **3.2.2.- Caracterização de Lagos da Beira<sup>3</sup>**

É uma freguesia com uma área de 8,33 Km<sup>2</sup> e uma população de 912 habitantes segundo os “Censos” de 2001, que se reparte por três aglomerados urbanos: Lagos da Beira, Chamusca da Beira e Póvoa das Quartas, a que se anexam algumas quintas, sendo as mais significativas a do Soitinho e a do Valinho.

A freguesia situa-se a Este da de Oliveira do Hospital, de cuja sede dista apenas 4Km, confinando ainda com as de Lageosa, Meruge, S. Paio de Gramaços, Penalva de Alva e, a Este, com a de Folhadosa, no vizinho concelho de Seia e distrito da Guarda.

---

<sup>3</sup> Texto de caracterização cedido pelos professores Carlos Faria e Ana Sofia Lopes da Escola do 1º ciclo do Ensino Básico de Lagos da Beira (adaptado)

Os vestígios neolíticos encontrados na proximidade de Lagos da Beira, na zona da Mata do Paul, a maioria por inventariar e estudar, são testemunhos da antiguidade desta povoação, que remonta a 2000 A.C..

Aparece em 1258, nas Inquirições de D. Afonso III, com a designação de S. João de Lagos, com estatuto municipal. Teve foral novo dado por D. Manuel a 15 de Março de 1514. O concelho que englobava as freguesias de freguesia de Covas, Lagos da Beira e Travanca de Lagos, foi extinto em 6 de Novembro de 1836.

Na povoação encontra-se um cruzeiro do século passado, numa coluna dórica suportando pequena cruz e mostrando no pedestal motivos populares. Pode ainda observar o antigo edifício onde funcionou o tribunal e a cadeia do século XVI em razoável estado de conservação. Nas paredes da cadeia pode ver as correntes dos prisioneiros. O tribunal situava-se no primeiro andar e na fachada existiu, até à pouco tempo, o escudo da Monarquia, esculpido em granito.

O seu pelourinho, que o teve, e de cuja memória resta a travessa do Pelourinho, sabe-se apenas que levou sumiço, já no século XX.

Em Lagos da Beira pode merendar no parque constituído por uma zona de lazer devidamente arborizada, completada por um campo de futebol e ringue polivalente. Na Póvoa das Quartas há também um Parque Merendeiro de onde se desfruta de um magnífico panorama sobre a Serra da Estrela e Vale do Alva.

Em Lagos da Beira encontra-se em fase de recuperação a casa onde viveu um ilustre filho da terra, o historiador e poeta Tarquínio Hall, onde funcionará uma biblioteca e um espaço museológico dedicado ao benemérito.

Apesar do ambiente eminentemente rural da região, o modo de vida das suas gentes é bastante urbano. A generalidade da população está empregada na indústria, comércio e serviços. A feminina, nas fábricas de confecções e a masculina na construção civil e indústria. Na sede da freguesia, dada a sua proximidade com a sede do concelho, um número significativo trabalha no comércio e serviços. Poucos são os que se dedicam exclusivamente às actividades do sector primário. Alguns fazem alguma agricultura, como forma de complemento dos rendimentos e da ocupação profissional ou como forma de manter as suas propriedades nas devidas condições.

São várias as pequenas empresas que se dedicam ao comércio de carnes e derivados, que produzem de forma artesanal. Na freguesia também existe um matadouro industrial.

Existem alguns restaurantes, cafés e pequenos comércios locais.

Na hotelaria destaca-se a estalagem já referida.

As pessoas, na generalidade, são empreendedoras e dedicadas ao trabalho. Bairristas e amigas de conviver. Mantém relações cordiais.

Reflexo dos tempos, também nesta freguesia se observa uma inversão da pirâmide etária, em consequência de vários factores que se destacam: aumento da esperança de vida, adiamento da paternidade e maternidade e redução do número de filhos por casal.

A pouca oferta em termos habitacionais impede que muitos para aqui venham residir e impele alguns locais a procurar residência fora da freguesia.

A escola é um edifício do Plano dos Centenários que, na década de quarenta, substituiu um edifício que datava dos finais do século XIX, a Casa da Escola, onde hoje funciona a Junta de Freguesia e o Jardim de Infância.

Constituída por duas salas de aula, dois átrios onde foram construídas divisórias, uma para a caldeira outra, para o Centro de Recursos. Com a intervenção efectuada em 2006, os alpendres foram fechados obtendo-se assim duas salas: numa funciona o refeitório e a outra abriga as actividades de recreio das crianças e também as de educação física em tempo de chuva. Entre as duas salas ficam as casas de banho, com oito instalações sanitárias e uma arrecadação onde se arrumam a lenha e os produtos de limpeza.

O aquecimento é feito através de uma caldeira a lenha. Apenas as salas de aula são aquecidas.

A escola está apetrechada com 4 computadores e respectivas impressoras, vídeo, televisão, fotocopiadora, rádio-leitor de CD, biblioteca infantil com cerca de 500 títulos.

### **3.2.3.- Caracterização de Galizes – Nogueira do Cravo (freguesia)<sup>4</sup>**

Embora o primeiro povoamento remonte a épocas muito mais antigas, Nogueira do Cravo tem como primeira referência escrita um documento datado de 1049. Mas já antes dessa data a nossa vila existia como o prova, por exemplo, a terminologia usada na partilha da água de regadio. Como refere o abade João Domingos Arede "encontram-se aqui vestígios de dominação romana, cujo único relógio natural era o sol e que dividiam o dia em quatro partes, a que chamavam prima, terça, sexta e nona. No

---

<sup>4</sup> Consultado em [http://www.nogueiradocravo.pt/content/view/14/30/em Março de 2009](http://www.nogueiradocravo.pt/content/view/14/30/em_Março_de_2009)

sol-posto e na meia-noite, encontram-se referências à cruz do dinheiro, indicativo de um povo cristão, que se supõe terem sido os godos."

Há referências a Nogueira do Cravo na avaliação dos rendimentos das igrejas e mosteiros do País, ordenado por D. Dinis na sequência da Bula dada em Avinhão, a 23 de Maio de 1320, pelo Papa João XXII pela qual lhe concedeu, por três anos, para subsídio de guerra contra os mouros. Surgem referências também nas Inquirições Afonsinas na defesa do seu prestígio e do património que via diminuído. Por volta do século XV, tornou-se propriedade dos Coutinhos, Condes de Marialva, tendo assim iniciado o padroado laical desta freguesia.

Nogueira do Cravo pertenceu ao termo e condado da Feira até 1799, transitando depois para o Município de Oliveira de Azeméis.

De salientar que foi aqui que nasceu o poeta Manuel Godinho, autor de "Luar entre as Palmeiras".

Relativamente ao seu património, Nogueira do Cravo conta com a Igreja Matriz, do século XVIII, as Capelas de Santo Antão e de Nossa Senhora dos Prazeres, a Fonte, a Mina do Pintor e os Moinhos do Vale de D. Pedro entre outras relíquias patrimoniais de valor.

Em relação à economia da freguesia, Nogueira do Cravo teve outrora diversas actividades de grande impacto, nomeadamente os barros (jarros, panelas, pratos, copos e barros artísticos), que são referidos na lista dos jurados, fornecidas pelas Inquirições de 1288 às Terras de Santa Maria, onde figuram forneiros e barreiros em Nogueira do Cravo.

O desenvolvimento industrial desta vila terá sido fruto da exploração das Minas do Pintor, uma unidade industrial importante para a região e para o próprio Município, como já foi mencionado anteriormente.

É hoje em dia uma vila semi-urbana com 6,32 km<sup>2</sup> de área e 2852 habitantes (2001).

A Santa Casa da Misericórdia de Galizes é detentora de obras históricas de inigualável beleza e referência no Concelho e na Região.

A Igreja da Misericórdia, o Cruzeiro e o Campanário são algumas alusões ao património histórico existentes no adro da igreja na aldeia de Galizes. A Igreja da Misericórdia, construída em 1670, foi doada pelo Padre Dr. João Álvares Brandão, natural da povoação, vigário geral do bispado. O edifício conserva a frontaria primitiva, mas a torre, com o corpo e a capela-mor são, de uma reforma do princípio do século



XIX. Situa-se em Galizes. A Igreja Paroquial, com orago de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Expectação, foi reedificada no princípio do século XIX no típico estilo regional de transição dos séculos XVIII e XIX, com a persistência das tradições setecentistas, e possui estatuária do século XVI. Visita obrigatória. O Calvário, situado no ponto mais alto da aldeia, proporciona aos visitantes momentos de paz e de serenidade dos festejos de outrora, vincada pela beleza paisagística. O Cruzeiro construído em granito, situa-se no adro da Igreja, lateral ao Campanário e de frente para a Igreja da Misericórdia

A escola de Galizes é um edifício do Plano dos Centenários e fica situada na aldeia de Galizes. Tem duas salas e os alpendres são fechados abrigando as actividades de recreio das crianças e também as de educação física em tempo de chuva. Entre as duas salas ficam as casas de banho, e uma arrecadação onde se arrumam a lenha e os produtos de limpeza.

O aquecimento é feito através de uma caldeira a lenha.

No espaço ao funciona a pré-primária, que divide o recreio com a escola do primeiro ciclo.

### **3.2.4.- Caracterização de Gavinhos de Baixo<sup>5</sup>**

As aldeias de Gávios de Jussã (Gavinhos de Cima e Gavinhos de Baixo), que ainda conservam, com pequena alteração, o nome próprio pelo qual já então eram conhecidas. Gavinhos de Cima pertencia, em grande parte, aos descendentes de Dom Chavão, e Gavinhos de Baixo passou para as mãos dos Hospitalários. Esta Ordem adquiriu também uma importante herdade, sita entre Gavinhos de Baixo e Bobadela, denominada Castanheira, e ali fundou uma aldeia, conhecida por aquele nome, a qual fazia parte da paróquia de Ulveira, que assim ficou sendo constituída por cinco aldeias distintas e separadas, a última das quais, com o decorrer dos séculos, veio a desaparecer completamente.

Gavinhos de acordo com os dados obtidos no último inquérito nacional “CENSOS” de 2001, com uma área de 0,21 km<sup>2</sup> e uma população de 170 habitantes sendo 90 do sexo masculino e 80 do sexo feminino.

Em Gavinhos podemos encontrar comércio por grosso de produtos alimentares e uma fábrica de confecção de artigos de vestuário exterior.

---

<sup>5</sup> Texto cedido pela professora Belmira Campos da escola do 1<sup>o</sup>ceb de Gavinhos de Baixo

Em Gavinhos podemos ver a Capela de S. Sebastião (sécs. XVII-XVIII) que contém retábulo do final do século XVIII, e estatuária dos séculos XVI e XVII.

A população vive essencialmente da agricultura e de alguma pastorícia, a população mais nova está empregada, essencialmente, em fábricas e no comércio de Oliveira do Hospital.

A escola de Gavinhos é do Plano dos Centenários, com uma sala, um alpendre, que depois de fechado passou a funcionar como refeitório e ATL, tem três casas de banho. Possui um pequeno gabinete onde os professores podem preparar as suas aulas ou receber os encarregados de educação. O aquecimento é feito através de uma salamandra, a lenha é armazenada no espaço contíguo ao refeitório. No ano lectivo que agora terminou funcionavam duas turmas em regime de desdobramento. A partir do próximo ano e com a remodelação do mapa escolar foi abolida uma turma passando esta escola a funcionar só com uma turma em regime de horário normal.

### **3.3- Selecção dos Participantes**

Após a escolha das escolas – tipo pretendidas para o nosso estudo, estabeleceu-se contacto com professores que trabalhassem em escolas que possuíssem os requisitos desejados. Os primeiros professores contactados e que encaixavam no perfil exigido, responderam de pronto, de forma positiva, ao pedido que lhes foi feito. Os participantes teriam de preencher uma grelha, com os contactos que se iam realizando entre pais e professores, e disponibilizarem-se para a realização de uma entrevista. Os encarregados de educação foram indicados pelos professores para a realização das entrevistas e após contacto com os mesmos sobre o estudo em causa disponibilizaram-se sem levantar objecções.

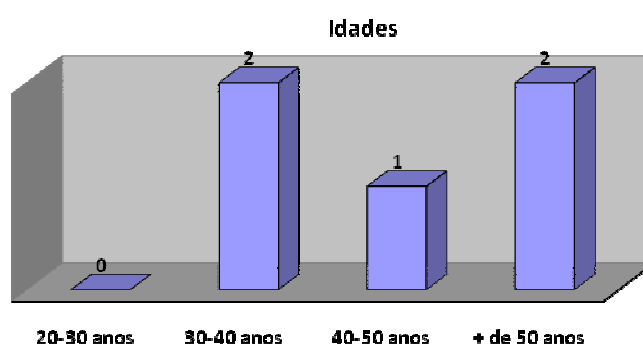
A colaboração por parte de todos foi bastante positiva e significativa. Houve o cuidado de falar com os entrevistados antes da realização das mesmas, por vezes mais do que uma vez, de modo a não se sentirem por algum motivo constrangidos, foi assegurado o anonimato e utilizou-se uma linguagem acessível.

### 3.4.- Caracterização dos Participantes

#### 3.4.1.- Professores

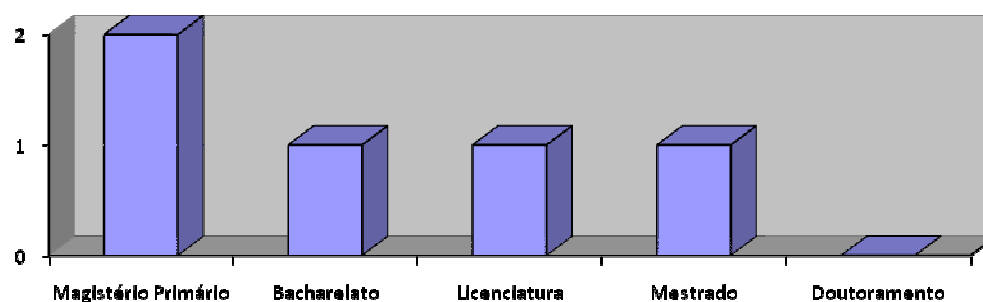
No que diz respeito aos professores, a idade varia entre os 32 e os 53 anos e o tempo de serviço entre 11 e 33 anos, no que respeita à formação há um docente com Bacharelato, outro com Licenciatura e ainda um outro com Mestrado, os restantes têm como formação o Magistério Primário. Quanto ao género, dois são do sexo masculino e três do sexo feminino.

**Gráfico 1 – Idades dos professores**



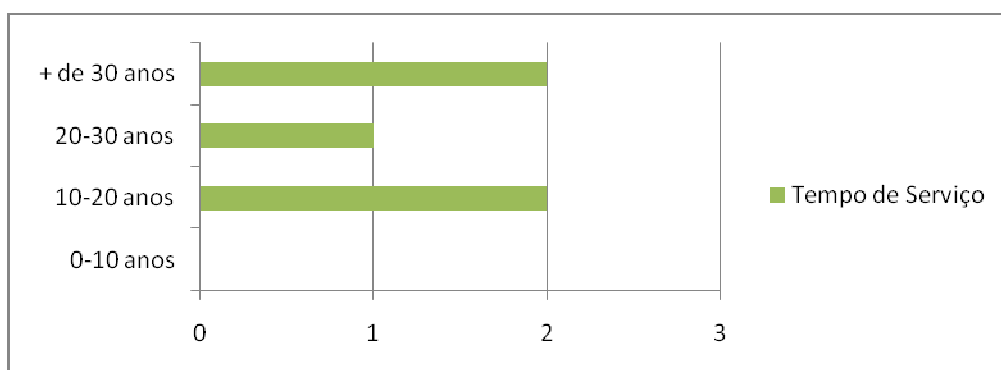
Ao observarmos o gráfico1 podemos constatar que os professores que participaram na entrevista encontram-se na faixa etária dos 40 ou mais de 50 anos, à excepção de dois que se situam entre os 30 e os 40 anos, não havendo nenhum com idade inferior a 30 anos.

**Gráfico 2 – Formação**



O nível de formação dos participantes na entrevista é maioritariamente o Magistério Primário, coincidente com a faixa etária mais elevada apresentada no gráfico anterior que para leccionar apenas necessitava este tipo de formação.

**Gráfico 3 – Tempo de Serviço**

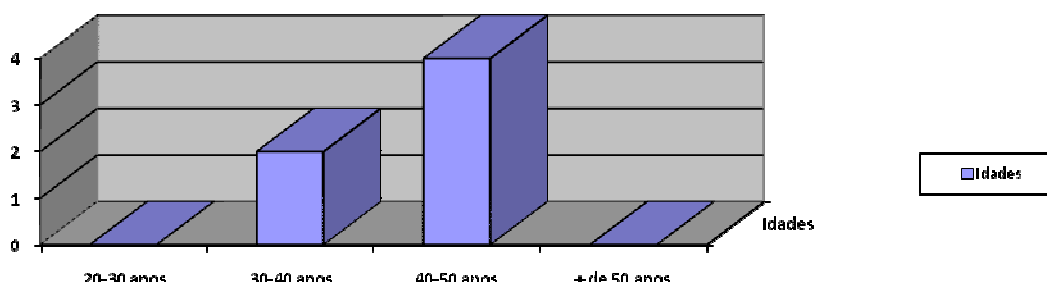


O tempo de serviço apresentado no gráfico 3 revela que a maioria dos participantes tem mais de 20 anos de serviço, dos quais 2 têm mais de 30 anos de serviço.

### 3.4.2.- Encarregados de Educação

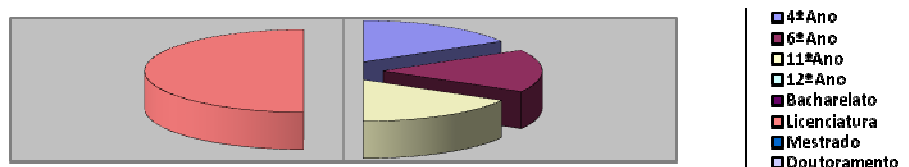
Foram entrevistados seis encarregados de educação das escolas referidas anteriormente: cinco mulheres e um homem com idades compreendidas entre os 37 e os 42 anos, no que respeita às habilitações literárias, três têm licenciatura, um tem a quarta classe, outro o sexto ano e outro, o 11º ano da escola pública. Todos têm ou um ou dois filhos e pelo menos um filho em idade escolar. Quanto ao género, cinco são do sexo feminino e um do sexo masculino.

**Gráfico 4 – Idades dos encarregados de educação**



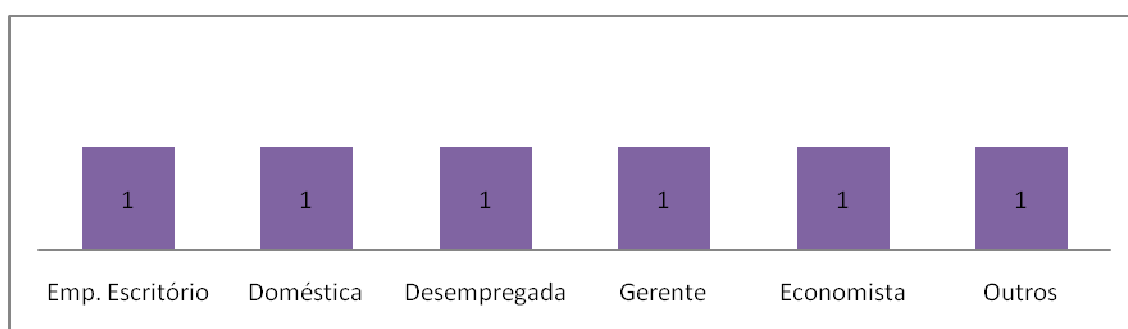
O gráfico 4 indica que as idades dos encarregados de educação se situam na faixa etária entre os 30 e 40 anos e 40 e 50 anos, da qual a última é a que tem mais participantes.

**Gráfico 5 – Formação Académica**



A nível académico 50% dos encarregados de educação são licenciados, os restantes têm o 4º, o 6º e o 11º ano.

**Gráfico 6 – Profissões dos encarregados de educação**



As profissões dos pais, de acordo com o gráfico 6 estão na sua maioria ligadas ao comércio e serviços, havendo um caso de desemprego e um que se encontra em formação.

### **3.5- Procedimentos**

Foram entrevistados uma professora e dois encarregados de educação na escola de Gavinhos de Baixo, nas escolas de Galizes e Lagos entrevistaram-se os professores das turmas, dois em cada escola, e dois encarregados de educação por estabelecimento de ensino. Entrevistou-se, igualmente, o presidente da Associação de Pais, representante dos pais das escolas do Agrupamento.

As entrevistas foram realizadas no final do terceiro período, bem como a recolha das grelhas de contacto aplicadas, após o encerramento do ano lectivo.

## **4- Resultados**

No que concerne às entrevistas de modo a tornar mais claro a interpretação das mesmas optou-se por tentar saber quais as opiniões dos entrevistados: primeiro as do presidente da Associação de Pais, depois as dos encarregados de educação e por fim a dos professores. No fim deste processo comparar-se-ão os dados de modo a perceber-se se a relação escola/família existe de forma efectiva e se pais e professores caminham em unísono no que respeita à educação.

### **4.1- Associação de Pais**

Na realização da entrevista ao presidente da Associação de Pais procurou-se saber, fundamentalmente, qual era o papel e as preocupações da associação na implementação das políticas educativas e na criação de condições para um bom funcionamento entre os agentes educativos.

O presidente da Associação de Pais começou por referir que os objectivos a que se propõe, além dos que são referidos no sítio da internet objectivos não são muitos e passam pela tentativa de com alguma verba que pudessem conseguir, implementar algum tipo de workshops no final do ano lectivo, participar activamente nas festas das escolas, comprar materiais, livros e materiais escolares sempre que fosse solicitado ou que conseguissem angariar esses materiais.

A Associação de Pais está representada com um elemento em cada Pedagógico, uma vez que a associação é simultaneamente do Agrupamento e da Escola Secundária. Portanto, tem um elemento na Escola Secundária e um elemento no Agrupamento, e também há representantes dos pais nos Conselhos Gerais Transitórios. As reuniões são uma vez por mês, na primeira terça-feira de cada mês, em que atende toda a comunidade escolar e até ao dia da entrevista não tinha tido qualquer problema em falar com quem fosse, quer que seja pai ou professor. A associação tenta fidelizar as pessoas anualmente com três euros de quota por agregado ou seja, mesmo que tenha dois, três ou mais educandos, a quota é sempre por agregado e foi afirmado que não foi conseguido cinco por cento no universo representado.

Como recursos, possuem um gabinete cedido pela Escola Secundária e algum mobiliário, um computador cuja internet usada é da Escola Secundária.

As principais preocupações que movem a associação, de acordo com o entrevistado são: resolver os problemas sempre que eles aparecem, optando por uma postura de diálogo e de tentativa de resolução sempre por bem, com abertura quer do Professor A (Agrupamento), como do professor B (Escola Secundária) para a resolução dos problemas que vão surgindo, tentando sempre ver todos os pontos de vista, tanto dos pais, dos educadores, das escolas, dos professores e chegar a um consenso. Considera que apesar de ser difícil sempre agradar a todos, há sempre prós e contras, mas a ideia é sempre minimizar os problemas, criar o menor impacto possível e resolver os problemas que vão aparecendo.

O papel da associação na implementação das políticas educativas passa pela participação em reuniões de Conselho Pedagógico onde surgem pedidos de opinião sobre determinados temas como: constituição de turmas, horários, transportes ou outros.

No que se refere às dificuldades, a presente direcção está há oito meses em actividade e não indica problemas nenhuns. Referiu igualmente que também não teve muitos casos para resolver porque por vezes os próprios pais passam por cima da Associação de Pais e tentam resolver as coisas, quando na opinião do presidente da Associação de Pais, o mais correcto é os pais falarem com os representantes dos pais de cada turma, falarem com os professores e depois irem até à Associação de Pais que de seguida encaminhará para as direcções das escolas mas, os pais ignoram a Associação de Pais e tentam resolver as coisas e por vezes, criam muitos atrito, muitas confusões e às vezes não resolvem da melhor maneira.

O presidente da associação considera importante o contributo em reuniões de carácter disciplinar, uma vez que existindo a Associação de Pais esta deve estar presente no maior número possível de órgãos e prestar a opinião desde que as coisas também funcionem ou seja, se os pais contactam, se têm confiança na Associação de Pais e se acham que há um órgão que os representa presidente acha que também deviam estar em todos os órgãos para representar os pais.

#### **4.2- Pais**

Nas entrevistas aos pais foi nossa intenção saber o porquê dos contactos que são realizados entre os pais e os professores, qual o método preferencial e com que periodicidade ocorre.

**Tabela 1- Métodos de contacto referido pelos pais**

<b>Método de contacto</b>	<b>Pais</b>
<b>Presencial</b>	5
<b>Caderneta</b>	3
<b>Telefone</b>	2
<b>Reunião</b>	0
<b>Atendimento mensal</b>	0
<b>Outro (mensagem pelo aluno)</b>	0

No que respeita ao método de contacto que utilizam para entrar em contacto com o professor, referiram que o método mais usado é o contacto pessoal, mas também utilizam o telefone ou a caderneta quando necessário. Os contactos devem-se essencialmente a razões de carácter comportamental, pedagógico, de saúde ou quando o respectivo educando vai faltar por um determinado motivo. Já no que se refere aos contactos que são feitos por parte dos professores normalmente são via caderneta ou telefone, mas também é usual o contacto pessoal quando os encarregados de educação vão levar ou buscar os filhos à escola. Os professores, segundo os entrevistados, dirigem-se a eles para, além de abordarem os mesmos temas que levam os encarregados a entrarem em contacto com a escola, também os contactam para lhes comunicarem da realização de reuniões. Geralmente, tem a ver com assuntos de visitas de estudo ou de distribuição de actividades durante o ano lectivo. Por vezes contactam, directamente os pais para avisar que o filho ou filha não está bem e que foi encaminhado para o centro de saúde.

No que respeita à periodicidade com que contactam o professor da turma mencionaram que, apesar de haver um dia por mês de recepção aos encarregados de educação, onde aproveitam para se inteirarem da situação dos filhos, de resto, raramente falam com o professor, só o fazendo se algo fora do normal acontece. Houve quem referisse que contacta diariamente com o professor da turma. Este caso especial, com o qual houve contacto directo, deve-se ao facto de a criança sofrer de diabetes e de necessitar se fazer o teste à glicémia duas ou três vezes durante o período escolar. O teste é feito pelo professor da turma que depois contacta a mãe via telemóvel, de modo a



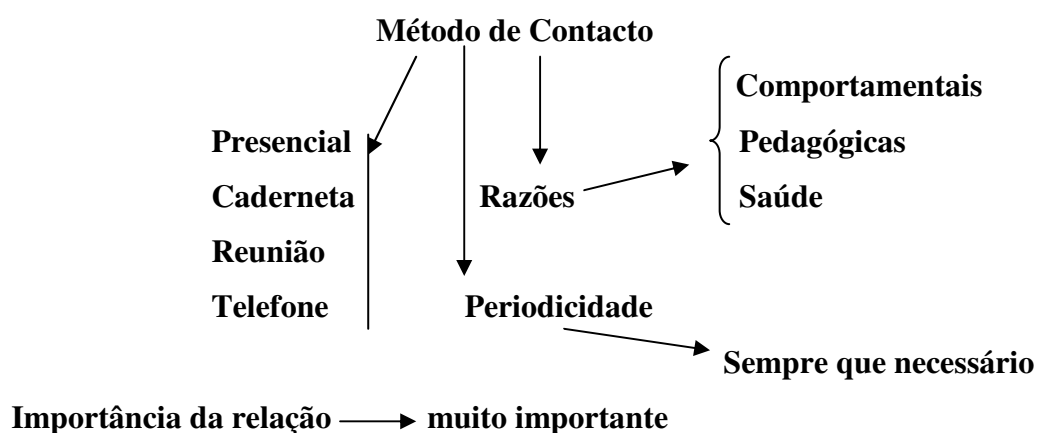
poder saber o que deve fazer, se dar de comer, se obrigar o aluno a beber água e a ir à casa de banho ou de deve administrar-lhe insulina.

Todos os encarregados de educação no decorrer da entrevista salientaram a extrema importância da ligação entre a escola e a família como elo importante para as aprendizagens das crianças dado que, cada vez mais, a família, por uma questão de necessidade, está mais ausente ou, aqueles que têm oportunidade de acompanhar os seus educandos mais de perto, estejam informados sobre tudo a tentar ao máximo ajudar naquilo que podem.

Os entrevistados consideram que os assuntos que devem ser decididos entre pais e professores, além dos casos de comportamento, devem ser assuntos que os professores considerem pertinente e importantes, de resto, como foi referenciado, não existem assuntos com carácter importante cuja resolução possa depender de decisão entre pais e professores. Exceptuando casos menos comuns relacionados mais a nível de estruturas exteriores.

Para a resolução de determinados casos é necessária a realização de reuniões. De acordo com os encarregados de educação, os temas prendem-se com a previsão das actividades para o ano lectivo nomeadamente o comportamento das crianças, as notas deles, passeios escolares ou quando há alterações a nível de escola, a nível de obras ou outras. Os encarregados costumam ser parte activa na resolução de problemas que eventualmente surjam efectuando reuniões através da Câmara, com o Agrupamento ou recorrem ao Director de Turma para se inteirarem a fundo do que é que se passa. Foi mencionado por um encarregado de educação que houve algumas falhas talvez da própria instituição, da Câmara, da Junta de Freguesia ou de decisões entre o Agrupamento e a Junta de Freguesia, em que este ano algumas coisas não correram bem. Houve alterações das pessoas (ATL), não foi constante, não foi muito coerente com aquilo que se quer passar ou com o ambiente que se quer criar. A participação da realização dos mesmos foi muito pequena porque o filho não teve, qualquer tipo de Actividades de Enriquecimento Curricular devido ao seu problema de saúde, porque não foi devidamente acompanhado. Considerou que se por vezes pressionam os professores para determinados resultados, há que dar, há que ter infra-estruturas, há que dar aquilo que é necessário para que realmente isso seja coerente, os resultados com aquilo que é realmente um facto.

## Esquema 2 – Síntese das entrevistas aos encarregados de educação



### 4.3- Professores

A realização das entrevistas aos professores teve como principal objectivo descobrir o porquê da realização dos contactos com os pais, bem como, o método preferencial e quais os temas normalmente abordados.

**Tabela 2- Métodos de contacto referido pelos professores**

<b>Método de contacto</b>	<b>Professores</b>
<b>Presencial</b>	3
<b>Caderneta</b>	4
<b>Telefone</b>	4
<b>Reunião</b>	1
<b>Atendimento mensal</b>	0
<b>Outro (mensagem pelo aluno)</b>	1

No caso dos professores, todos mencionaram que os contactos com os pais tanto podem partir do professor como dos pais e são feitos ou através da caderneta, ou via telefone, ou alguns, como foi referido, “fruto do acaso”, dialogando com os encarregados de educação quando estes levam ou vão buscar os filhos à escola. Há

igualmente contactos em reunião geral de pais, sendo estes de carácter mais formal. Os contactos realizados relacionam-se com formalidades, informar ou ser informado sobre uma determinada situação de algum aluno, dar orientações e pedir sugestões ou a colaboração por parte dos pais, muitas vezes pedir autorização para os alunos participarem em actividades que se realizem fora da escola e para as deslocações, problemas de saúde, faltas ou alguma dúvida que surja sobre determinado assunto. No que diz respeito à realização da reunião geral de pais normalmente, são feitas ao longo do período, pelo menos duas, numa das quais se procede à entrega das avaliações. Pode ocasionalmente, por iniciativa dos professores ou por iniciativa dos pais, ocorrer mais reuniões, desde que se julgue necessário.

A periodicidade com que ocorrem os contactos varia muito, não havendo uma regularidade, além das duas reuniões por período, referidas anteriormente.

Os assuntos abordados são os mais diversos desde o aproveitamento, comportamento, especificação de alguns assuntos como: saídas para visitas de estudo, intercâmbios com outras escolas, Projecto Educativo, Projecto Curricular de Turma, Regulamento Interno, Programas e Competências que os alunos têm que adquirir, regras de conduta, actividades a realizar, materiais que os alunos necessitam, que têm e que não têm, o subsídio, a saúde, a higiene necessária a um bom ambiente e também a higiene do sono, o ambiente familiar que às vezes afecta as crianças e o seu aproveitamento, os apoios a que os alunos têm direito e como os pedirem e os processos para os pedirem, a progressão escolar, qualquer assunto relacionado com o A.T.L., até pequenos problemas que acontecem. Em suma tudo o que seja relacionado com a própria escola e com os alunos.

Um dos pontos abordados nas entrevistas pretendia saber em que medida é que a escola devia ouvir os pais e a resposta foi praticamente unânime, em todos os aspectos relacionados com a própria escola e com os alunos e que têm interferência na educação das crianças e no seu sucesso, como o comportamento e o aproveitamento. Houve outros que acrescentaram algo mais, tal como o Projecto Educativo, o Regulamento Interno, os Programas, o Projecto Curricular de Turma e o Plano Anual de Actividades, alguns modos de actuação, apoio extraordinário e situações em dúvida na avaliação. Outros aspectos mencionados são os problemas familiares que possam existir e que muitas vezes os pais tentam ocultar, de alguma forma, aos professores, os quais se deparam depois com situações que não conseguem de facto lidar, porque não sabem o que está por trás de determinada situação: o dia-a-dia da escola, uma festa, saber quem é

que participa ou não, quem é que colabora, o que é que se faz. É de salientar que um dos entrevistados declarou que, de acordo com o que foi mencionado atrás, as grandes decisões não podem ser tomadas por pais e professores, há estruturas superiores que as tomam, em que já está tudo decidido, os professores apenas auscultam os pais e transmitem essas auscultações, essas opiniões. Os regulamentos estão estabelecidos e não se pode contornar esse regulamento. O papel do professor não pode ir muito além de ouvir e transmitir a essas entidades. Consideram que existem determinados aspectos que deveriam ser abordados entre pais e professores.

Um outro tema abordado relaciona-se com os assuntos que devem ser abordados entre pais e professores, aos quais responderam que além dos que estão relacionados com a parte escolar dos alunos, tais como o comportamento e o aproveitamento e que são importantes para o sucesso escolar, os pais podem ajudar no cumprimento dos trabalhos de casa ou nos hábitos de estudo, devem ser tidos em conta assuntos que estejam mais ligados à comunidade, certos aspectos que identificam a comunidade onde estão inseridos, um assunto também tido em conta é o facto de o professor e os encarregados de educação poderem muitas vezes resolver questões relacionadas com o aproveitamento. Há alunos que têm dificuldades de aprendizagem e se houver um diálogo entre o professor e o encarregado de educação e ele for parceiro do professor, alguns desses problemas podem ser resolvidos. Foi referido que alguns pais abordam temas relacionados com algumas situações que ocorrem no recreio e que acham que os seus meninos foram injustiçados.

É considerado pelos docentes que a ligação escola/família é muito importante, devendo ser um elo muito forte que procura a resolução dos problemas das crianças porque, quer uma quer outra, têm como função a educação. No entanto, refere-se que deveria ser mais efectiva.

Os pais são vistos como o elo mais importante na educação dos filhos tendo um papel, tanto ou mais relevante que o do professor, têm o dever de os estimular, de os incentivar, de lhes criar expectativas, de colaborar e dar apoio a quem co-educa, no continuar de muitas actividades e muitas matérias que são dadas na escola. Se em casa houver acompanhamento na realização dessas tarefas, da parte dos pais, sem interferir muito no trabalho do professor, mas havendo interesse, os resultados seriam muito melhores. Fomentar vivências para preparar para a vida e se a vida está fora da escola e se as crianças fora da escola não vivem, não contactam com a natureza, não brincam, não jogam, não convivem, a escola também não consegue sistematizar muitos dos

conhecimentos da vida. Os pais têm que abrir horizontes e sobretudo ajudar a tomar decisões em relação ao futuro. Devem estar sempre ao lado dos filhos e apoiarem-nos, sendo deste modo, sem dúvida, uma ligação ao trabalho desenvolvido pelos professores.

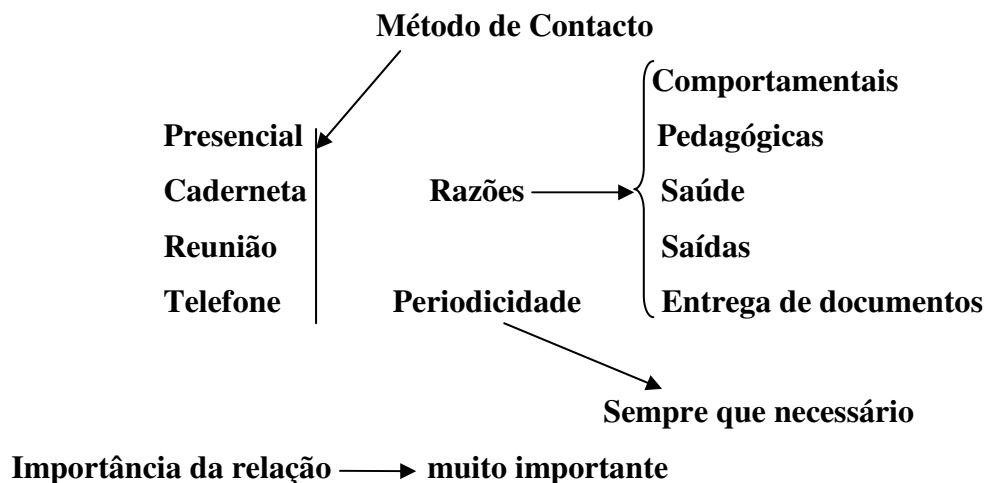
No que concerne às reuniões de pais fazem-se quando há necessidade de aprovar saídas, quando há necessidade de tomar decisões em que os pais têm que tomar conhecimento das mesmas, dar a conhecer actividades que se vão realizar ou problemas que têm de se resolver e a comunidade tem que dar a sua opinião na resolução dos mesmos. Para além disso dão-se orientações para que os alunos tenham mais sucesso, para os apoiar sobre a higiene do sono por exemplo, o cumprimento de horários e as regras que por muitas vezes têm que se cumprir na escola e não têm em casa.

Para finalizar as entrevistas falou-se de possíveis problemas que surgem nas escolas e como é que os pais se empenham na resolução dos mesmos. Os professores entrevistados mencionaram que, sempre que algo de fora do normal acontece, em geral, as crianças transmitem em casa aos pais e no dia seguinte, como a maioria dos pais vão pôr os filhos à escola têm conhecimento mais aprofundado dos mesmos, através dos professores, sabendo das coisas sem ser necessário convocar uma reunião. Dependendo do tipo de problema em si, se é geral ou se é mais específico para determinados alunos ou para um aluno, ou é realizada uma reunião geral abordando os problemas ou então conversa-se particularmente com o encarregado de educação. Normalmente, os pais comprometem-se e são mais ou menos activos na resolução dos mesmos.

Em Galizes criou-se uma comissão de pais que procurou tratar de assuntos relacionados com a escola, indo à Câmara e ao Agrupamento, acompanhando os professores e os filhos. Na escola de Gavinhos, foi considerado que os encarregados de educação, que não têm por hábito levantar problemas aos professores nas questões escolares mas, por outro lado, não ajudam muito na resolução de problemas, quer em relação ao edifício, quer em relação a outras situações, sendo por vezes necessário incentivá-los a que se movimentem e façam alguma coisa. Houve igualmente necessidade de reunir, reunião na qual como professor da escola estive presente, para informar os pais da alteração do mapa escolar, que afectou a referida escola com a não-aceitação de alunos para o primeiro ano, bem como a mudança dos alunos que vão frequentar o segundo ano para uma outra escola. É de referir que, após o primeiro impacto, da possibilidade de acontecer o que realmente se veio a confirmar, os pais e encarregados de educação manifestaram perante os professores o seu desagrado pela situação mas em reunião com a presença do Presidente e Vice-Presidente do

Agrupamento e com a presença do Presidente da Junta acataram o que já lhes parecia inevitável sem levantarem grande celeuma.

**Esquema 3- Síntese das entrevistas aos professores**



#### 4.3.1.-Análise das Grelhas de Contactos

Pela análise que se pode fazer constatou-se que a maior parte dos contactos são solicitados por parte dos professores e os assuntos principais visam o aproveitamento ou o comportamento. Foram abordados outros assuntos como, a não realização dos trabalhos de casa, a falta de material por parte dos alunos, marcar reuniões de pais, informar sobre visitas de estudo e actividades relacionadas com o encerramento do ano lectivo, solicitar a presença do encarregado de educação para dar a conhecer a avaliação do plano de Recuperação do educando, solicitar os boletins de subsídio, informar que o computador Magalhães está disponível para entrega ou, para escolas que receberam o computador há mais tempo, pedir aos encarregados de educação para os alunos levarem o computador, com a bateria carregada para poder ser utilizado em espaço de sala de aula.

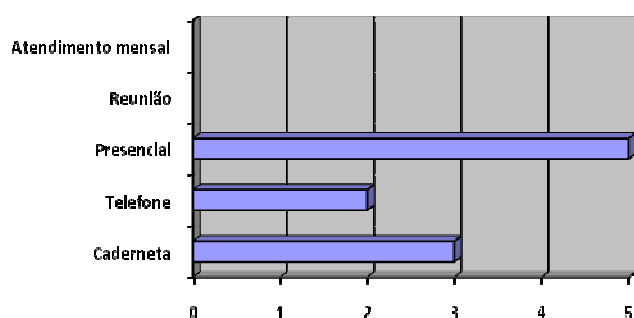
O método de contacto mais utilizado pelos professores foi ou a caderneta, ou o método presencial. Os contactos feitos pelos encarregados de educação foram, preferencialmente, pelo método pessoal ou presencial e visavam saber o aproveitamento e comportamento dos educandos, informar que o educando iria faltar e apresentar a respectiva justificação da falta.

Deste modo, a Grelha de Contactos vem reflectir o que já foi referenciado aquando da interpretação das entrevistas. Os contactos utilizando a caderneta são feitos

em maior número pelos professores e estão relacionados com o aproveitamento e comportamento dos alunos e reportam também diversas indicações, tais como, saídas das escolas para a realização de actividades fora da escola, visitas de estudo, marcação do dia e da hora de reuniões, faltas às actividades lectivas e, neste caso do primeiro ciclo, em que os professores da turma foram responsáveis pela inscrição dos alunos no sítio da internet que disponibilizava o computador Magalhães e pela sua distribuição aos encarregados de educação houve necessidade de contactar os encarregados de educação em alturas diferentes, porque os computadores não chegaram todos ao mesmo tempo.

A utilização da caderneta pelos encarregados de educação é feita, habitualmente para comunicar ou justificar faltas do educando.

**Gráfico 7 – Meios de contacto preferenciais utilizados pelos encarregados de educação<sup>6</sup>**

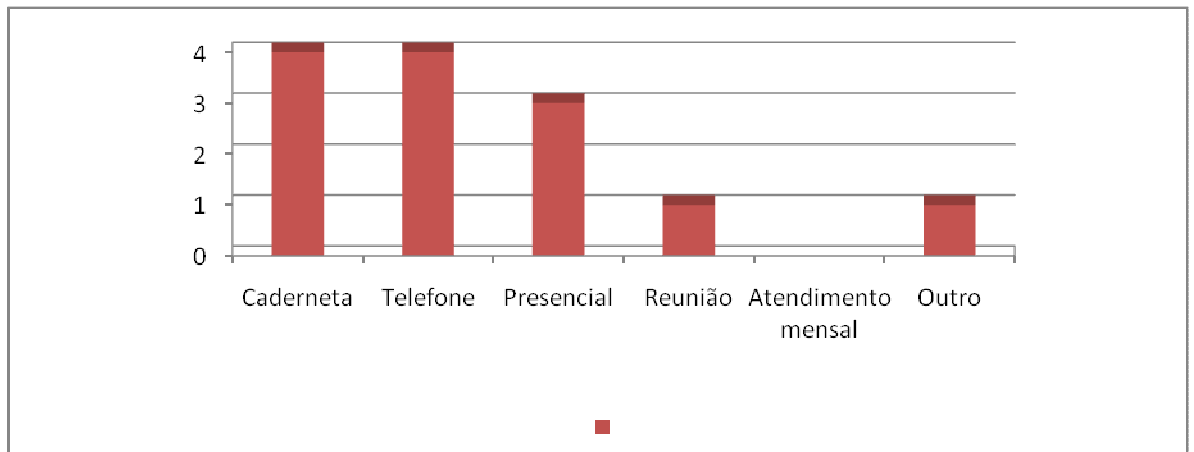


O gráfico 7 demonstra que, de acordo com o que foi referido anteriormente, os encarregados preferem o método presencial para comunicarem com os professores.

---

<sup>6</sup> Os dados neste gráfico excedem o número dos entrevistados em virtude de ter sido escolhida mais do que uma hipótese

**Gráfico 8 – Meios de contacto preferenciais utilizados pelos professores<sup>7</sup>**



Os professores, de acordo com o gráfico 8, dão mais importância ao uso do telefone e à informação escrita, utilizando a caderneta.

## **5- Discussão**

O estudo realizado partiu da premissa de que os entrevistados poderiam ser a base explicativa dos padrões de comunicação e de uma pragmática da comunicação escola/família. Deste modo, intentámos perceber quais os contextos, conteúdos e meios utilizados no processo de comunicação tendo em vista uma verdadeira construção da relação escola/família. Ao pretendermos descrever de uma forma fidedigna o processo de comunicação nestas escolas que referimos anteriormente e após a descrição da informação recolhida, cruzando as representações dos encarregados de educação, corpo docente e associação de pais com as observações e pesquisas no terreno, decidimos para objectivar e organizar a análise e discussão dos dados integrando os seguintes parâmetros:

- Meios de comunicação
- Intenções da comunicação
- Principais dificuldades à comunicação

---

<sup>7</sup> Os dados neste gráfico excedem o número dos entrevistados em virtude de ter sido escolhida mais do que uma hipótese



## 5.1.- Meios de comunicação

A forma como encarregados de educação e professores caracterizam os meios de comunicação parece não ser coincidente. Efectivamente, os encarregados de educação dão primazia ao contacto presencial como o meio principal para comunicarem, ao passo que os professores preferem a caderneta. Esses contactos ocorrem em muitos casos diariamente e são fruto de alguma disponibilidade por parte de todos antes ou depois das actividades lectivas. Os telefonemas, as mensagens na caderneta, as reuniões gerais de pais e o atendimento mensal são os outros métodos utilizados.

Tendo em conta os dados disponibilizados pelas entrevistas verifica-se uma distribuição no que respeita aos meios de comunicação, mas privilegiando-se a comunicação presencial de carácter, por vezes, um pouco informal, o telefone e a caderneta.

Esta constatação conduz, eventualmente, para uma construção da relação escola/família mais efectiva e mais distante dos meios escritos tradicionais e mais utilizados.

Pela leitura dos gráficos 7 e 8 nota-se uma ligeira diferença entre os meios de comunicação utilizados pelos encarregados de educação e pelos professores sempre que pretendem dar uma determinada informação. Por exemplo, as actividades realizadas nos dias festivos e outras actividades patentes no plano anual de actividades da escola são transmitidas via caderneta. Deste modo, a informação escrita é utilizada, na generalidade, para transmitir informações acerca das actividades relacionadas com a própria organização escolar e não como um meio primordial de comunicação professor/família. Os encarregados de educação apesar de utilizarem igualmente a caderneta e o telefone utilizam com mais frequência o método presencial. Este método ocorre, normalmente, antes ou depois do período escolar.

Com a informação passada pelos próprios professores e tendo em conta os próprios encarregados de educação, o dia de atendimento aos encarregados de educação é muito pouco usado. Note-se que apenas um mencionou que aproveitava esse dia para comunicar com o director da turma, no primeiro ciclo, o próprio professor da turma.

Pela análise das entrevistas constata-se que os docentes referem vários tipos de contactos e que o primordial é o escrito ao passo que os encarregados de educação têm preferência pelo contacto presencial, mesmo que seja num método menos formal.

Apurámos que os contactos utilizando a caderneta são feitos maioritariamente pelos professores e abordam conteúdos relacionados com comportamentos menos apropriados por parte dos alunos e diversas indicações, tais como, saídas das escolas para a realização de actividades fora da escola, visitas de estudo, marcação do dia e da hora de reuniões e faltas às actividades lectivas por parte dos professores.

A utilização da caderneta pelos encarregados de educação é feita, habitualmente para comunicar ou justificar faltas do educando. Muito raramente são questionados professores sobre a aprendizagem dos educandos.

Verificou-se igualmente que, quer pela parte dos professores, quer dos encarregados de educação, apenas assinam as cadernetas para tomar conhecimento das mensagens, mas não há resposta às mesmas. Ocorrem casos onde se toma conhecimento, mas não há assinatura a comprovar a recepção da mensagem. No que respeita ao modo como a comunicação é feita, apesar do aspecto formal da utilização da caderneta como meio veiculador da mensagem, foi referenciado que se utiliza também o telefone e, ainda mais, o meio presencial. Deste modo, será que começa realmente a existir, em especial, em escolas pequenas do primeiro ciclo do ensino básico o princípio de um efectivo processo de comunicação? Pensamos que não, pensamos que esse contacto se baseia fundamentalmente na informação de conteúdos, uma vez que, tal como foi referido por professores e encarregados de educação, as directrizes vêm de cima e apenas há lugar à transmissão e auscultação de informações. Contudo, um processo comunicacional directo permite o retorno imediato da informação, ou explicar no momento algo que não esteja a ser compreendido na sua totalidade, e tal como referenciou um encarregado de educação, “uma conversa... tranquilizar mais porque as coisas por escrito são menos pessoais.”<sup>8</sup>

Tendo em conta que as relações se baseiam no contacto, o contacto visual, o gesto e a própria postura do individuo são aspectos primordiais num processo comunicacional que vá um pouco mais além do que a simples transmissão de informações.

Um dos parceiros do processo ensino-aprendizagem que foi tida em conta a opinião é a Associação de Pais da escola, mas tal como encarregados de educação e professores os dispositivos de comunicação assentam na base escrita, como os objectivos a que se propõe que se encontram no sítio da internet da referida associação e

---

<sup>8</sup> Retirado de uma entrevista realizada a um Encarregado de educação

o panfleto que é distribuído no início do ano com os objectivos e com os contactos. Foi mencionado que uma vez por mês recebem toda a comunidade escolar disposta a apresentar dúvidas ou problemas, mas que infelizmente não tem muita participação chegando apenas a uma pequena franja do universo total dos alunos.

Deste modo, constatamos que os contactos entre a escola e a família são basicamente informacionais, havendo pouco espaço para a comunicação e o debate de ideias.

## **5.2.- Intenções de comunicação**

No que respeita ao processo comunicacional os professores e encarregados de educação dão uma grande relevância à regulação do ensino-aprendizagem, focando o comportamento como factor importante para o sucesso do mesmo.

Assim, podemos ter intenções de comunicação diferentes relacionadas com aspectos relativos à capacidade de atingir determinadas competências, com o pedido de colaboração por parte do professor da turma aos encarregados de educação de modo a suprir determinadas falhas. Uma outra função de comunicação passa pelo unir esforços, entre toda a comunidade educativa, no intuito de prolongar entre a escola e a família aspectos considerados importantes para um melhor desempenho por parte dos alunos na escola.

No que respeita à conceptualização que os actores têm sobre a comunicação na estruturação da relação entre a escola e a família, verificou-se que professores e encarregados de educação dão uma ênfase significativa a essa intervenção. A comunicação revela-se, num clima de abertura da escola à comunidade, uma estratégia na organização escolar. Apesar de ser referenciado que os encarregados de educação deveriam ser mais participativos na vida escolar, pensamos que a comunicação afecta de uma maneira positiva a relação escola/família. Assim, se pais e professores conseguirem encontrar mecanismos para poderem dinamizar sistemas e dispositivos de comunicação diversificados e participados por todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem as crianças de hoje, adultos de amanhã só terão a ganhar.

### **5.3.- Principais dificuldades na comunicação**

Pelo que foi dado a verificar com a realização das entrevistas, quer pais quer professores não manifestaram a existência de grandes entraves a uma comunicação efectiva entre a escola e a família. Foi referido que os pais ainda vão às reuniões e os próprios encarregados de educação afirmaram que se encontravam com os professores.

Com efeito, temos como resposta que todos conseguem de uma maneira ou de outra entrar em contacto, quer seja de maneira mais formal, quer seja menos informal. No entanto, mencionaram que por vezes se encontram para dar conhecimento que o educando vai faltar ou, no caso dos professores, para veicularem informação do Agrupamento ou pedirem autorização para uma saída da escola.

Assim, parece subjacente uma barreira à comunicação, o tempo. Então vejamos: de acordo com o que foi dito ocorrem encontros, por vezes, fruto do acaso, ou antes de a escola começar ou ao fim do dia, mas não serão esses encontros algo rápidos e superficiais pois, antes de começarem as aulas o professor ou o encarregado de educação certamente não terão muito tempo para discutir qualquer assunto por razões profissionais e ao fim do dia há viagens de regresso a casa a fazer ou então dar banho e o jantar às crianças. Temos ainda o dia mensal de recepção ao encarregado de educação, que apenas um encarregado de educação referiu, e tendo em conta que esse momento muito provavelmente coincidirá com o horário de trabalho de muitos encarregados de educação, não será muito frequentado a não ser quando é expressamente necessário e quando a entidade patronal o permitir, uma vez que com a crise instalada, certos empregadores não permitem aos encarregados de educação usufruir deste direito.

### **5.4.- Discussão de resultados e conclusão**

Tendo em conta o modo como a comunicação é realizada, apesar do aspecto formal da utilização da caderneta, constatou-se que se utiliza também o telefone e, ainda mais, o meio presencial. Daí voltarmos à questão formulada anteriormente: Será que começa realmente a existir, em especial, em escolas pequenas do primeiro ciclo do ensino básico o princípio de um efectivo processo de comunicação? Apesar dos esforços continuamos a pensar que não, uma vez que os contactos se baseiam, quase exclusivamente na informação de conteúdos, tal como foi referido por professores e encarregados de educação nas entrevistas, as directrizes vêm de cima e apenas há lugar

à transmissão e auscultação de informações. No entanto, não podemos deixar de sublinhar o esforço dos pais e dos professores no intuito de, ao procurarem estabelecer uma relação de mais proximidade, estarem a proporcionar um melhor ensino aos educandos.

O envolvimento dos encarregados de educação na escola é algo que, a nosso ver, não se consegue de uma forma imposta, mas através de mecanismos, de estratégias que procurem a realização de parcerias entre a escola e a família. Deve-se começar por proporcionar aos professores, formação adequada de modo a poderem ser os mediadores entre as duas instituições, bem como, aos encarregados de educação, de maneira a que possam perceber de forma mais correcta todo o sistema de ensino e por fim, esperar que este processo, que poderá levar algum tempo a ser assimilado produza os seus resultados.

## **Conclusão geral e implicações educativas**

Ao terminar este trabalho, foi nosso propósito contribuir na medida do possível para uma reflexão sobre a escola, assim como os pais e professores, que são elementos preponderantes no sucesso escolar e no desenvolvimento e formação da personalidade dos alunos e dar conta do valor da participação efectiva dos pais na instituição escolar.

A materialização de um estudo requer uma reflexão sobre o trabalho que foi desenvolvido. Cabe-nos agora reflectir sobre as dificuldades e condicionalismos com que nos deparámos ao longo do percurso até esta fase de modo a podermos retirar as respectivas ilações e que estas podem ser consideradas como pontos de partida para reflexões através de estudos posteriores que possam vir a ser realizados.

No que respeita às limitações podemos indicar a experiência em termos de investigação que poderá ter condicionado uma recolha de informação mais rica e esclarecedora; podemos ainda referir uma outra limitação relacionada com os participantes seleccionados nomeadamente, à pertinência da projecção dos dados recolhidos para a realidade total. Além disso, a quantidade de informação a que tivemos acesso poderia levar a uma dispersão. Contudo, pensamos que nos permitiu ter uma perspectiva da realidade da interacção entre a escola e a família nomeadamente, na participação desta, e na necessidade de se estabelecer uma colaboração entre os pais e a escola.

Na realização do estudo, pudemos constatar que o tema da relação escola/família era controverso e continha ideias que levavam a uma prática difícil entre as duas instituições, quando deveria ser exactamente o contrário uma vez que ambas almejam uma formação integral das crianças.

Nos dias que correm, em que a vida agitada dos pais e dos professores, devido às exigências de uma nova sociedade, é necessário encontrar e estabelecer metas que minorizem nas crianças os efeitos dessas exigências.

Para resolver tal situação, sem penalização para as crianças, a parte mais interessada neste processo, deverá existir uma estreita colaboração entre a escola e a família e o envolvimento parental e a sua interacção com a escola tem de ser efectivo. As dificuldades existentes passam, sobretudo, pela parte de formação inicial dos professores no que diz respeito às condutas apropriadas na relação escola/família. O professor é, desta maneira, um estratega que tem por missão, além do próprio ensino, dar o seguimento à realidade vivida pela criança no seio familiar.

Uma das razões mais apontadas para a aproximação entre a escola e a família prende-se com o insucesso escolar. Deste modo, a participação e parceria entre a escola e a família parece-nos fundamental para o desenvolvimento do trabalho escolar e para a melhoria do ensino e do aproveitamento escolar dos alunos.

Ambicionar a interacção entre pais e escola na preparação do futuro das crianças é algo desejado no entanto, de acordo com o que constatamos, os pais ainda são, em muitos casos, uma presença praticamente muda nas escolas. Verifica-se que há uma grande necessidade por parte dos pais de informação e conhecimento para poderem realizar de forma mais correcta os seus papéis de educadores.

Para uma reforma conseguida do ensino é necessária a intervenção e colaboração por parte dos pais. Importa proporcionar aos pais formação específica no sentido de lhes fazer acreditar que, o professor precisa dos pais (Enguita, 1995:97).

A colaboração entre a escola e a família tem-se limitado, salvo algumas excepções, e penso que estarão de acordo, à participação em reuniões agendadas pelos professores, em algumas actividades escolares principalmente, de encerramento de período e pela ajuda na realização dos trabalhos de casa. Têm de ser feitos esforços e criar condições para que os pais participem cada vez mais na vida escolar dos próprios filhos.

O trabalho de envolvimento entre a escola e a família pode ser difícil e penoso. Contudo, a escola e os professores não podem baixar os braços e devem acreditar que a participação dos pais é um sinal de confiança ao ensino e às próprias crianças que, com a participação da família se sentem mais integradas e conseqüentemente, mais felizes.

A legislação publicada prevê a participação cada vez mais efectiva dos pais e comunidade na educação, desde a criação das associações de pais, à confederação de pais à própria obrigatoriedade de representatividade nos órgãos escolares.

A escola tem como principal missão a formação dos alunos mas, se cada criança faz parte de uma determinada comunidade, a escola tem que criar relações com essa mesma comunidade, passando o papel de educar a ser pertença dessa mesma comunidade onde a criança está inserida. A legislação contempla a autonomia da escola e pretende desenvolver projectos, estratégias de acordo com a comunidade de modo a que esta participe mais activamente na vida da escola.

Os professores têm de ser a alavanca para o processo de transformação escolar, cabendo a estes profissionais um papel enérgico na aproximação da escola à família, porque são eles os maiores conhecedores da realidade escolar, aqueles que mais

deveriam estar atentos para os benefícios de uma cooperação entre a família e a escola para o aumento da qualidade de aprendizagem dos alunos.

Os programas de formação para pais e professores deveriam contemplar formação na temática aqui abordada, porque não é por imposição de um decreto que passa a haver mais participação, pois ela existe quando os intervenientes percebem o seu papel e têm a noção de que podem contribuir positivamente.

Com a preocupação de contribuímos para uma melhor relação escola/família e através do nosso modelo de análise, a entrevista, foi-nos possível recolher informação pertinente para a investigação. A nossa amostra é constituída por professores do 1º ciclo com idades compreendidas entre os 32 e os 53 anos cuja situação é de algum modo estável, uma vez que a maior parte dos participantes são efectivos nas escolas onde trabalham; e por encarregados de educação de alunos das mesmas escolas, com idades entre os 37 e os 42 anos; e pelo presidente da associação de pais, professor de matemática.

De acordo com os profissionais da educação, a presença dos pais nas escolas é vista como importante no processo educativo dos filhos. Os pais são da mesma opinião, considerando que podem e devem ser agentes activos no processo.

Numa perspectiva construtiva de escola os pais e os professores consideram que o envolvimento parental na escola e a presença dos pais não é considerado um obstáculo ao desenvolvimento. No entanto, por vezes os processos utilizados dificultam um pouco. Parece-nos que existem processos que não são potenciadores da participação e que levam a algum desinteresse por parte dos pais.

No que respeita ao tipo de comunicação temos duas perspectivas um pouco diferentes. Enquanto os pais, normalmente, utilizam mais a comunicação directa com o professor através do diálogo, os professores têm na caderneta o meio de comunicação mais utilizado. Este processo comunicacional utilizado pelos professores é baseado apenas em informação, muitas vezes reduzida, do aluno e não parece que por vezes seja suficiente, como também não parece suficiente o diálogo antes ou depois das aulas, uma vez que está limitado pelo factor tempo.

A experiência de ser professor-pai, apesar de não ser muito relevante na nossa investigação, é de certo modo enriquecedora e ajuda a clarificar e a evitar dúvidas e desentendimentos procurando soluções capazes, como foi referido pelo presidente da associação de pais.



Da perspectiva teórica podemos concluir que as famílias se sentem na necessidade de participarem mais activamente no processo de ensino dos filhos, quer administrativa quer educativamente.

O culminar de um trabalho não corresponde necessariamente ao encerrar de um ciclo, finalizamos a dissertação desejando que esta seja potenciadora de novos projectos neste trabalho de proporcionar mais e melhores maneiras de propiciar uma maior e melhor participação dos pais no meio escolar.

## Bibliografia

- Barroso, J. (1998). “Autonomia, para quê?”. Conferência do ProfMat 98, APM. pp. 1-14.
- Benavente, A. (1990). *Escola, Professores e Processos de Mudança*, Lisboa: Livros Horizonte
- Bell, Judith (2004). *Como realizar um projecto de investigação* (3ªed.). Lisboa: Gradiva
- CONFAP. (1987) *As Associações de Pais nos Países da CEE, Seminário Europeu das Associações de Pais, Abril de 1986*, Confederação Nacional das Associações de Pais, Lisboa
- CONFAP. (1987) *A voz dos Pais*, Revista Portuguesa, Lisboa
- C.R.S.E. (1987) *Da Escola Curricular à Escola Cultural*, Lisboa: Ministério da Educação;
- C.R.S.E. (1988) *Proposta Global de Reforma – Relatório Final*, Lisboa: Ministério da Educação;
- C.R.S.E. (1988) *A Gestão do Sistema Escolar*, Ministério da Educação;
- Demailly, L. (1995). *Modelos de Formação Contínua e Estratégias de Mudança*. In A. Nóvoa (Ed.). *Os Professores e a sua formação* (2ª ed.). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- DAVIES, Don; MARQUES, Ramiro e SILVA, Pedro (1993) *Os Professores e as Famílias - A Colaboração Possível*, Lisboa: Livros Horizonte [2ª edição: 1997].
- Diez, J. (1989). *Família – Escola, uma relação vital*. Porto: Porto Editora.
- Enguita, M. (1995), *La Profesión Docente y La Comunidad Escolar: crónica de un desencuentro*, Madrid, Ediciones Morata.
- Fernandes, A. S. (1999). “Descentralização educativa e intervenção municipal”, *Noesis*. n.º 50, pp. 21-25.
- Formosinho, J. (1992). “O dilema organizacional das escolas de massas”. in *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: UM. vol. 05, n.º 3, pp. 23-48.
- Formosinho, J. (1989), “De serviço de Estado a Comunidade Educativa: uma nova concepção para a escola portuguesa”, in *Revista Portuguesa de Educação*, 2(1), 53-86.

- Formosinho, J., Ferreira, F., e Machado, J. (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*, Porto: Asa
- Ghiglione, Rodolphe & Matalon, Benjamin (2005). *O inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Honoré, S. (1980). *Os Pais e a Escola*. Lisboa: Moraes Editores
- Horton, Paul B. (1981). *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill
- Lima, J.(2002). *Pais e Professores um Desafio à Cooperação*. Porto: Edições Asa.
- Lima, L.C. (1992). *A escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*, Braga: Universidade do Minho
- Lima, L.C. (1998). *A escola como Organização e a Participação na Organização Escolar (2ª ed.)*. Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L. e Sá, V. (2002). A participação dos Pais na Governação Democrática das Escolas, in *Pais & Professores: Um Desafio à Cooperação*, Porto: Edições Asa
- Lima, L. (2002). A Presença dos Pais na Escola: aprofundamento democrático ou perversão pedagógica? in *Pais e Professores, Um Desafio à Cooperação*, Porto: Asa
- Marc, E. Picard, E. (s/d), *A Interação Social*. Porto: Rés
- Marques, R.(1991). *A Escola e os Pais – Como Colaborar?* Lisboa: Texto Editora.
- Marques, R. (2001). *Educar com os Pais*. Coleção Ensinar e Aprender. Lisboa: Editorial Presença
- Perrenoud, P.(2001). *Entre Pais e Professores, Um Diálogo Impossível?* Oeiras: Celta Editora.
- Relvas, A.P. (1996). *O Ciclo Vital da Família, Perspectiva Sistémica*. Porto: Edições Afrontamento
- Silva, P.(1993). *A Formação dos Professores, a Relação Escola – Família e o Sucesso Educativo*. In D. Davies (Ed). *Os Professores e as Famílias. A colaboração possível*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva J. & Martins E., (2002). *Envolvimento Parental na Escola: Relato de uma Experiência*. Revista Aprender.26:79-88.
- Silva, P. (1994). *Relação Escola – Família em Portugal: 1974-1994 – Duas décadas em balanço*, in *Inovação*, Vol. 7, nº3:307-355

Silva P., (2002). *Escola – Família: Tensões e Potencialidades de uma Relação*. In Lima, J.Org. (2002). *Pais e Professores um Desafio à Cooperação*. Porto: Edições Asa.

Silva, P.(2006). *Pais Professores: Reflexões em Torno de um Estranho Objecto de Estudo*. Disponível em <http://nonio.eses.pt/interaccoes/artigos/B12%281%29.pdf>

Stoer, S. R. (1986). *Educação e mudança social em Portugal. 1970 - 1980, uma década de transição*. Porto: Edições Afrontamento.

Tavoillot, H. (1977). *Os Pais e o Trabalho Escolar*. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda.

Teixeira, M. (1995). *O Professor e a Escola- Perspectivas organizacionais*. Amadora: McGraw-Hill.

Teixeira, M. (1996). *Participação: Um Objectivo Estratégico*, in : Teodoro, A. (Org.) *Pacto Educativo*, Lisboa, Texto Editora, Colecção Educação Hoje

Tuckman, Bruce W. (2002). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

Vieira, R. (1996). *Comentários. Professores e Pais: Diálogo de Surdos e Relações de Poder na Comunicação*, in *Educação Sociedade & Culturas*, 5, 173-178

Villas-Boas, M. A. (2001). *Escola e Família – Uma relação produtiva de aprendizagem em sociedades multiculturais*, Lisboa, Escola Superior de Educação João de Deus

### **Legislação Consultada**

- Decreto-Lei nº22369 de 30 de Março
- Lei nº5/73 de 25 de Julho
- Despacho nº68/74
- Decreto-Lei nº 735-A/74 de 23 de Outubro
- Despacho nº40/75
- Decreto-Lei 769-A/76 de 23 de Outubro
- Lei 7/77 de 1 de Fevereiro

- Despacho Normativo 122/79 de 1 de Junho
- Decreto-Lei nº542/79 de 31 de Dezembro
- Decreto-Lei nº376/80 de 12 de Setembro
- Decreto-Lei nº553/80 de 21 de Novembro
- Decreto-Lei nº125/82 de 22 de Abril
- Lei Constitucional nº1/82 de 30 de Setembro
- Decreto-Lei nº315/84 de 28 de Setembro
- Decreto-Lei nº211-B/86 de 31 de Julho
- Lei nº46/86 de 14 de Outubro
- Despacho nº87/ME de 18 de Maio
- Lei nº31/87 de 9 de Julho
- Decreto-Lei nº357/88 de 13 de Outubro
- Decreto-Lei nº43/89 de 3 de Fevereiro
- Despacho nº8/SERE/89 de 8 de Fevereiro
- Decreto-Lei nº286/89 de 29 de Agosto
- Decreto-Lei nº53/90 de 4 de Setembro
- Decreto-Lei nº372/90 de 27 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 80/99 de 16 de Março
- Despacho Conjunto nº60/SERE/SEAM/90 de 14 de Setembro
- Decreto-Lei nº172/91 de 10 de Maio
- Normativo nº98 – A/92 de 20 de Junho
- Decreto-Lei nº301/93 de 31 de Agosto
- Despacho nº239/ME/93 de 20 de Dezembro

- Despacho nº37-A/SEEI/96 de 5 de Setembro
- Despacho normativo nº27/97 de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº115/98 de 4 de Maio
- Decreto-Lei nº270/98 de 1 de Setembro
- Decreto-Lei nº80/99 de 16 de Março
- Lei nº24/99 de 22 de Abril
- Lei nº30/2002 de 20 de Dezembro
- Decreto-Lei nº7/03 de 15 de Janeiro
- Decreto-Lei nº74/2004 de 26 de Março
- Lei n.º 29/2006 de 4 de Julho
- Lei 49/05 de 30 de Agosto
- Decreto-Lei nº15/2007 de 19 de Janeiro
- Decreto-Lei nº75/08 de 22 de Abril

<http://www.freguesiadeoliveiradohospital.com/caracterizacao.html> em Março de 2009

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3) em Fevereiro de 2009

# ANEXOS

## ANEXO 1

Exmo. Sr.

Presidente Do Conselho Executivo

do Agrupamento Brás Garcia de Mascarenhas

Assunto: Pedido de autorização para a aplicação de uma grelha de contactos com encarregados de educação e de entrevistas sobre a relação entre a Escola e a Família.

Eu, Custódio José Gomes Ribeiro, portador do BI nº 10766942 emitido em 02/01/2006 pelo Arquivo de Identificação de Viseu, residente na Rua Serpa - Pinto nº 67 H cave 1, professor do QZP de Coimbra a exercer funções docentes no Agrupamento e a frequentar o Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional na Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, vem, por este meio, solicitar que lhe seja dada autorização para a aplicação de uma grelha de contactos com encarregados de educação e de entrevistas, no Vosso Agrupamento. As últimas, junto do corpo docente, encarregados de educação e Associação de Pais.

O objectivo da grelha e das entrevistas surge no âmbito da dissertação que se encontra a desenvolver na área da relação Escola - Família.

Sem Outro Assunto

Pede deferimento

Oliveira do Hospital, 27 de Fevereiro de 09

---



## ANEXO 2

### Guião de Entrevista nº 1 – Professores

#### Identificação do entrevistado

Nome: Filomena Maria Costa Mendes

Idade: 53

Habilitações literárias: Magistério Primário

Área de ensino: 1º Ciclo

Tempo de serviço: 31 anos

Outros cargos desempenhados: -----

1- Como é que se realizam os contactos entre a Escola e os Encarregados de Educação?

Entrevistado: Via telefone ou via caderneta.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Cada vez que haja necessidade de se contactar os pais para se resolver algum problema relacionado com o seu educando e diversas coisas.

3- Com que periodicidade ocorrem esses contactos?

Entrevistado: Cada vez que seja necessário.

4- Que assuntos é que são tratados nesses encontros?

Entrevistado: Como se encontra a situação escolar do seu educando, qualquer assunto relacionado com o A.T.L., tudo o que seja de acordo com a parte escolar.

5- Quais os aspectos em que a escola devia ouvir os pais?

Entrevistado: Projecto Curricular de Turma,...PAA (Plano Anual de Actividades) entre outras coisas.

6- Que tipo de assuntos devem ser decididos em conjunto entre pais e professores?

Entrevistado: Comportamento dos filhos, a par do seu percurso escolar, tudo o que esteja relacionado com a parte escolar do seu educando.

7- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: A escola e a família têm que ser um elo de ligação em que os problemas devem ser tratados conjuntamente.

8- Sempre que os Encarregados de Educação têm necessidade de entrar em contacto com os professores, como é feito esse contacto?

Entrevistado: Via caderneta, via telefónica ou pessoalmente.

9- Normalmente quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Visitas de Estudo, saídas...

10- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Penso que os pais são o elo mais importante na educação dos filhos, devendo estar sempre em contacto com os professores.

11- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Os pais e os professores têm que ser um elo de ligação, mantenho a resposta que dei anteriormente, entre escola e família.

12- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: Percurso escolar dos filhos, principalmente, saídas, certas decisões que a escola terá que tomar, as quais os pais têm que tomar conhecimento e mais coisas.

13- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de

Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como transmitem aos Encarregados de Educação esse tipo de situações?

Entrevistado: Em geral, as crianças contam o que se passa em casa e, normalmente, logo de manhã como a maioria dos pais vão pôr os filhos na escola acabam por ter conhecimento dos mesmos.

14- Qual é a participação dos encarregados de Educação na resolução dos mesmos?

Entrevistado: Realização de reuniões e depois, existe a comissão de pais que tem a preocupação em tratar de assuntos relacionados com a escola, indo à Câmara e vindo ao Agrupamento.

Muito obrigado pela entrevista e bom dia.

Bom dia.

## Guião de Entrevista nº 2 – Professores

### Identificação do entrevistado

Nome: António Jorge Batista Cabral Marques

Idade: 33

Habilitações literárias: Licenciatura

Área de ensino: 1º Ciclo

Tempo de serviço: Cerca de doze anos

Outros cargos desempenhados: Director de Turma, Coordenador de Escola, diversos.

1- Como é que se realizam os contactos entre a Escola e os Encarregados de Educação?

Entrevistado: São contactos directos.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Muitas das vezes a pedido dos pais outras vezes a pedido meu.

3- Com que periodicidade ocorrem esses contactos?

Entrevistado: Grande parte dos contactos até é quase... fruto do acaso. Encontramo-nos sempre que é necessário, sem haver uma regularidade.

4- Que assuntos é que são tratados nesses encontros?

Entrevistado: Desde o aproveitamento dos alunos, até pequenos problemas que acontecem, problemas da escola, em geral.

5- Quais os aspectos em que a escola devia ouvir os pais?

Entrevistado: Em todos, em todos...relacionados com a própria escola e com os alunos.

6- Que tipo de assuntos devem ser decididos em conjunto entre pais e professores?

Entrevistado: Propriamente em conjunto deve ser decidido tudo, principalmente temas que sejam mais necessários ou que estejam mais ligados à comunidade, que sejam aspectos que identificam aquela comunidade, que sejam coisas mais específicas, acho que aí é muito bom.

7- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: A família e a escola devem estar sempre bem ligadas, porque tanto uma como a outra funcionam na educação dos filhos, filhos de uns no espaço dos outros.

8- Sempre que os Encarregados de Educação têm necessidade de entrar em contacto com os professores, como é feito esse contacto?

Entrevistado: Normalmente, ou é feito directamente, a título da deslocação deles à escola ou então se for do professor, por via telefone ou via caderneta.

9- Normalmente quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Mais uma vez, aproveitamento, comportamento dos alunos, pequenas coisas que vão acontecendo.

10- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Devia ser um papel fundamental mesmo, estar sempre ao lado dos filhos a apoiar, serem sem dúvida uma ligação do professor com eles.

11- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Todos os que envolvem a educação dos filhos, acima de tudo.

12- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: As reuniões normalmente...focam, sempre, temas essenciais naquele momento, como a decisão de certas actividades, dar a conhecerem outras

actividades que vão realizar ou problemas que temos de resolver com a colaboração de toda a comunidade.

13- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, sei que nesta escola houve, como transmitem aos Encarregados de Educação esse tipo de situações?

Entrevistado: Normalmente, em reunião com os pais e muitas das vezes até, os pais sabendo das coisas fazem quase uma abordagem informal aos professores e vão sabendo das coisas exactamente assim, sem ser necessário convocar uma reunião, é mais simples.

14- Qual é a participação dos encarregados de Educação na resolução dos mesmos?

Entrevistado: Eles envolvem-se principalmente nos problemas que temos na escola, participam muito activamente, havendo uma comissão que acompanha sempre os professores e os alunos.

Muito obrigado pela entrevista.

Boa tarde.

## Guião de Entrevista nº3 – Professores

### Identificação do entrevistado

Nome: Ana Sofia Lemos Lopes

Idade: 32

Habilitações literárias: Mestrado

Área de ensino: Professora do 1º Ciclo do Ensino Básico

Tempo de serviço: 11 anos

Outros cargos desempenhados: -----

1- Como é que se realizam os contactos entre a Escola e os Encarregados de Educação?

Entrevistado: Normalmente, é sempre via caderneta ou telefonicamente.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Formalidades obrigatórias ou então também necessidades que aparecem no decorrer do dia-a-dia e que me obrigam a fazer esse tipo de contactos com mais urgência.

3- Com que periodicidade ocorrem esses contactos?

Entrevistado: Geralmente costumo fazer sempre duas por período, duas reuniões gerais com os pais por período. Depois a periodicidade depende das situações que possam ocorrer.

4- Que assuntos é que são tratados nesses encontros?

Entrevistado: Portanto, de uma forma global, aproveitamento, comportamento, depois especificação de alguns assuntos como: saídas para visitas de estudo, intercâmbios com outras escolas e outros assuntos que possam surgir no momento.

5- Quais os aspectos em que a escola devia ouvir os pais?

Entrevistado: Em muitos, nomeadamente sobre todos os problemas familiares que possam existir, muitas vezes os pais tentam ocultá-los de alguma forma aos professores que depois se deparam com situações que não conseguem de facto lidar com elas, porque não sabem o que está por trás de determinado comportamento. Portanto, a vida familiar dentro do que seja possível, obviamente. O comportamento, o aproveitamento, de uma forma global.

6- Que tipo de assuntos devem ser decididos em conjunto entre pais e professores?

Entrevistado: Portanto, há um Projecto Curricular de Turma e no início do ano esse projecto é dado a conhecer aos encarregados de educação e mediante tudo o que esteja escrito nesse documento, os pais ficam a saber o que se passa ou o que se pretende que se vá passar durante o ano lectivo. Todos esses assuntos devem ser decididos com os encarregados de educação.

7- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: Considero-a muito importante, e repetindo, quase, o que disse atrás tem que haver um elo muito forte entre a ligação família-escola e escola-família.

8- Sempre que os Encarregados de Educação têm necessidade de entrar em contacto com os professores, como é feito esse contacto?

Entrevistado: Também da mesma maneira, ou via caderneta ou telefonicamente, também telefonam ou para a escola ou para o meu número de telemóvel pessoal.

9- Normalmente quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Comportamento, aproveitamento ou assuntos casuais que podem acontecer em determinado momento.

10- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?



Entrevistado: Tanto ou mais como o de um professor portanto, extrema. Não podem descartar-se de forma alguma da função de educar porque a escola não é educar, é ensinar e educar.

11- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Tudo o que seja importante para o sucesso individual do aluno, sucesso individual ou sucesso da turma.

12- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: Comportamento, aproveitamento, visitas de estudo, situações que ocorrem, também a nível de Agrupamento, não só da nossa escola que é uma escola da periferia, mas também do Agrupamento e festividades que vão acontecendo.

13- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como transmitem aos Encarregados de Educação esse tipo de situações?

Entrevistado: Geralmente depende do tipo de problema em si, se é geral ou se é mais específico para determinados alunos ou para um aluno. Normalmente faz-se uma reunião geral abordando os problemas que têm havido. São todos da minha responsabilidade evidentemente porque tenho que fazer uma supervisão de todos estes conjuntos que constituem em si, a escola, mas é sempre por reunião ou conversa particular com o encarregado de educação.

14- Qual é a participação dos encarregados de Educação na resolução dos mesmos?

Entrevistado: Até agora, nestes onze anos de serviço que tenho exercido, tem sido uma participação excelente, todos colaboram. A participação dos encarregados de educação é boa. Eles tentam vir ao encontro daquilo que eu pretendo combater.

Muito obrigado pela sua entrevista, até uma próxima.

De nada, muito obrigada.

## Guião de Entrevista nº 4 – Professores

### Identificação do entrevistado

Nome: Belmira Campos

Idade: 52

Habilitações literárias: Bacharelato

Área de ensino: 1º ciclo

Tempo de serviço: 33 anos e alguns meses

Outros cargos desempenhados: Coordenadora do 1º ciclo, Directora de Escola e Subdelegada escolar.

1- Como é que se realizam os contactos entre a Escola e os Encarregados de Educação?

Entrevistado: Via caderneta, por telefone ou directamente com o encarregado de educação

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Actividades a realizar pela escola, questões de comportamento, aproveitamento.

3- Com que periodicidade ocorrem esses contactos?

Entrevistado: Sempre que necessário.

4- Que assuntos é que são tratados nesses encontros?

Entrevistado: Se é um contacto directo, normalmente, questões de avaliação, questões em que os pais podem ajudar no cumprimento dos trabalhos de casa ou nos hábitos de estudo, melhoramento dos hábitos de estudo ou às vezes relacionados com algumas actividades que se vão realizar e que não houve oportunidade de falar por exemplo, nas reuniões de período com os encarregados de educação.

5- Que tipo de assuntos devem ser decididos em conjunto entre pais e professores?

Entrevistado: Questões de comportamento, eu acho que por vezes devem ser decididos de acordo com o encarregado de educação, embora às vezes alguns, não sejam muito bem aceites, porque muitos pais ainda acham que é obrigação da escola resolver essas situações, esses assuntos e outros que acho que também são muito importantes. É a forma da escola portanto, o professor e os encarregados de educação poderem muitas vezes resolver questões relacionadas com o aproveitamento. Há alunos que têm dificuldades de aprendizagem e se houver um diálogo entre o professor e o encarregado de educação e ele for parceiro do professor, alguns desses problemas podem ser resolvidos, penso que é muito importante haver esse equilíbrio e esse conjugar de forças.

6- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: Eu acho que é muito importante haver essa ligação entre a escola e a família, porque se não houver essa ligação é quase como o professor estar de um lado e o pai estar do outro. Se não forem conjugados esforços não vai resultar em nada de bom para o aluno nem a nível de aprendizagem nem a nível do seu crescimento como pessoa.

7- Sempre que os Encarregados de Educação têm necessidade de entrar em contacto com os professores, como é feito esse contacto?

Entrevistado: Directamente com o professor, via caderneta ou por telefone mas, dado que é uma escola pequenina normalmente funciona até mais e com mais frequência o contacto directo.

8- Normalmente quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Relacionados com o comportamento, o aproveitamento, e com algumas situações que ocorrem no recreio e os pais acham que os seus meninos foram injustiçados. Se calhar, ocorre mais nesse aspecto do que no aspecto do aproveitamento.

9- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Deve ser um papel muito importante, no apoio, no continuar de muitas actividades e muitas matérias que são dadas na escola. Se em casa houvesse acompanhamento na realização dessas tarefas, da parte dos pais, sem interferir muito no trabalho do professor, mas havendo mais interesse e dar continuidade àquilo que se fez, os resultados seriam muito melhores. Penso que cada vez mais os pais se demitem dessa função.

10- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Assuntos relacionados com a disciplina, volto a frisar o mesmo, e assuntos relacionados com os hábitos e métodos de estudo dos alunos.

11- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: Normalmente, actividades que vão ser desenvolvidas na escola, em relações a visitas de estudo, informações emanadas do Agrupamento e que nós temos de transmitir aos pais e deixar depois, também espaço aberto para os pais manifestarem as suas opiniões, sobre aquilo que acham importante em relação ao funcionamento da escola.

12- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como transmitem aos Encarregados de Educação esse tipo de situações?

Entrevistado: Normalmente, em conversa, em diálogo directo com o professor, outras vezes são expostos nas reuniões de pais, via caderneta normalmente este tipo de assuntos raramente aparece.

13- Qual é a participação dos encarregados de Educação na resolução dos mesmos?

Entrevistado: Às vezes poderia ser melhor, porque aqui nesta escola os pais não levantam muitos problemas aos professores, nas questões, digamos assim, escolares mas, por outro lado, não ajudam muito na resolução de problemas, quer

em relação ao edifício, quer em relação a outras situações. Acho que às vezes é preciso dar um empurrãozinho para que eles se movimentem e que façam.

Muito obrigado pela entrevista e boa tarde.

Boa tarde.

## Guião de Entrevista nº5 – Professores

### Identificação do entrevistado

Nome: Carlos Alberto da Silva Faria

Idade: 48

Habilitações literárias: Curso de Magistério Primário

Área de ensino: 1º CEB

Tempo de serviço: 27 a caminho dos 28 anos

Outros cargos desempenhados: Coordenação do 1º ciclo, serviços: PIPS, projectos do ICE e um cargo que as pessoas não reconhecem que é o de Director de Turma, que nós cumprimos sempre e ninguém reconhece.

1- Como é que se realizam os contactos entre a Escola e os Encarregados de Educação?

Entrevistado: Mais frequente é nas reuniões, ainda vão vindo a maior parte das pessoas, presencialmente, pela caderneta, através do telefone e também através do aluno.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Informar, ser informado, dar orientações, pedir sugestões, pedir a colaboração dos pais, muitas vezes pedir autorização para os alunos participarem em actividades que se realizem fora da escola e para as deslocações.

3- Com que periodicidade ocorrem esses contactos?

Entrevistado: Ao longo do período, pelo menos duas vezes, nós estamos com os pais todos numa reunião e na entrega das avaliações. Depois, ocasionalmente, por iniciativa nossa ou por iniciativa dos pais quando se julga necessário.

4- Que assuntos é que são tratados nesses encontros?

Entrevistado: São variados, depende do tipo de contacto mas ...as reuniões, habitualmente, Projecto Educativo, Projecto Curricular de Turma, Regulamento Interno, Programas e Competências que os alunos têm que adquirir, regras de

conduta, actividades a realizar, materiais que os alunos necessitam, que têm e que não têm, o subsídio, a saúde, a higiene necessária a um bom ambiente e também a higiene do sono, ambiente familiar que às vezes afecta as crianças e o seu aproveitamento, apoios a que os alunos têm direito e como os pedirem e os processos para os pedir, o aproveitamento dos alunos e a sua progressão escolar, o que pensam, se seguem se não seguem.

5- Quais os aspectos em que a escola devia ouvir os pais?

Entrevistado: Já disse em questões anteriores, deveria ser em todos os aspectos que têm interferência na educação das crianças e no seu sucesso, Projecto Educativo, Regulamento Interno, os Programas, tudo isso, o dia-a-dia da escola, pequenas coisas, uma festinha, quem é que participa, quem é que não participa, quem é que colabora, quem é que não colabora, o que é que se faz, o que é que não se faz, mas isso não são as grandes decisões, as grandes decisões não as podemos tomar, há estruturas superiores que as tomam por nós e pelos pais e já está tudo decidido. Nós muitas vezes apenas auscultamos os pais e transmitimos essas auscultações, essas opiniões. Digamos que os regulamentos estão estabelecidos e nós não podemos fugir a esse regulamento. O papel do professor não pode ir muito além de ouvir e transmitir a essas entidades.

6- Que tipo de assuntos devem ser decididos em conjunto entre pais e professores?

Entrevistado: Todos, todos os que constituam a vida escolar ou interfiram nela e sirvam para promover o sucesso dos alunos.

7- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: A ligação entre a escola e a família que deveria ser mais efectiva é fundamental para o sucesso dos alunos. Ela não é tão efectiva porque nós sentimos que hoje em dia a vida dos pais obriga a isso, eles não têm tempo, mas os pais são os principais interessados na educação dos filhos e como tal, deveriam preocupar-se mais com essa ligação à escola mais amiúde.

8- Sempre que os Encarregados de Educação têm necessidade de entrar em contacto com os professores, como é feito esse contacto?

Entrevistado: Contactos ocasionais por parte dos encarregados de educação geralmente, são presencialmente ou por telefone, mais raramente escrevem na caderneta, nomeadamente aqueles que moram mais longe, nós temos aqui crianças que vêm deslocadas de outras localidades e os pais escrevem na caderneta.

9- Normalmente quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Quando parte da iniciativa dos pais é problemas de saúde, faltas eventualmente, alguma dúvida que surja sobre este ou aquele assunto, não é assim nada de especial.

10- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Como já disse os principais interessados e os principais responsáveis pela educação dos filhos são os pais como tal, têm o dever de os estimular, de os incentivar, de lhes criar expectativas, de colaborar e dar apoio a quem co-educa, fomentar vivências porque na escola não se aprende, não há nada para aprender e depois há que preparar para a vida e a vida está fora da escola. Se os miúdos, fora da escola não vivem, aqui também não podemos sistematizar muitas das coisas, muitos dos conhecimentos da vida. Os pais têm que lhes abrir horizontes e serão os pais sobretudo a ter que os ajudar a tomar decisões em relação ao seu futuro.

11- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Algumas actividades do Projecto Curricular de Turma, alguns modos de actuação, apoio extraordinário, situações em dúvida na avaliação. É claro que não é fácil, mesmo nós, não temos grande poder de decisão, as entidades, as estruturas superiores dizem tudo e não nos deixa grande margem de manobra e com os pais acontece a mesma coisa. Nós, podemos realmente auscultá-los mas muitas vezes não se pode decidir, nem o pai nem o professor, porque as coisas já estão decididas.



12- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: Aqueles que eu já referi. Tudo, tudo desde Projecto educativo, Projecto Curricular de Turma, as actividades e depois orientações para que os alunos tenham mais sucesso, para os apoiar sobre a higiene do sono por exemplo, o cumprimento de horários e as regras que por muitas vezes eles terão que cumprir na escola e não têm em casa nós orientamos os pais nesse sentido.

13- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como transmitem aos Encarregados de Educação esse tipo de situações?

Entrevistado: Não tenho tido muitas situações dessas, mas geralmente convoca-se uma reunião e conversa-se com os pais.

14- Qual é a participação dos encarregados de Educação na resolução dos mesmos?

Entrevistado: Se o assunto tem a ver com as estruturas de orientação educativa nós encaminhamos os pais, encaminhamos sugestões e procuramos soluções dentro da hierarquia, se são relacionadas com outras entidades da comunidade educativa como a Câmara Municipal, Junta de Freguesia os pais já vão ter com essas entidades para que resolvam os problemas.

Obrigadíssimo pela entrevista, muito boa tarde.

Igualmente

## Guião de entrevista nº 6 – Encarregados de Educação

### Identificação do entrevistado

Nome: Paula Brito

Idade: 37

Profissão: Empregada de escritório

Habilitações literárias: licenciatura

Número de filhos: 2, quantos em idade escolar: 1.

1- Quando tem necessidade de contactar a escola fá-lo de que maneira?

Entrevistado: Normalmente, por telefone ou caderneta.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Por vezes, alguma informação que eu precise, informar o professor que a minha filha vai faltar, porque razão, e nada mais em especial.

3- Com que periodicidade ocorre o contacto?

Entrevistado: Raramente, só mesmo quando é necessário ir a uma consulta, raramente.

4- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: É importante, porque para nós pais é importante sabermos de que forma é que o nosso filho está na escola, qual a sua ligação com os colegas, com o professor. Penso que é importante.

5- Sempre que os professores da turma têm necessidade de entrar em contacto com os encarregados de educação, como é que procedem?

Entrevistado: Normalmente por telefone ou caderneta.

6- Normalmente, quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Por vezes, quando ocorre algum problema de saúde, no meu caso já telefonaram duas vezes, ou quando há uma reunião. É mais esses temas.

7- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Penso que é importante estamos sempre... não estar a fazer os trabalhos por eles, mas estarmos por dentro do que eles estão a dar, tentar perceber se eles estão dentro das matérias. Penso que devemos estar atentos, para não deixar que eles percam um bocadinho a carruagem.

8- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Assuntos relacionados à escola em si, penso que não muito, talvez mais a nível de estruturas, exteriores. A nível do ensino penso que é uma função do professor e não dos pais.

9- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: Na nossa escola, os temas principais têm sido as estruturas da escola. Estão um bocado degradadas e tentamos melhorá-las. Tem sido o tema principal das reuniões.

10- Isso vai de encontro à minha última pergunta que fala problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, sei que nesta escola houve um problemazito. Como chega ao vosso conhecimento esse tipo de situações? Qual é a vossa participação na realização dos mesmos?

Entrevistado: Temos tentado com reuniões através da Câmara, com o Agrupamento, porque temos, infelizmente, uma cantina que fica bastante longe da escola, e no Inverno eles têm que ir a pé à chuva. Estamos a tentar que a escola o faça isto que até tem condições para poder ter uma cantina. As casas de banho, estão todas degradadas, é outro aspecto que tentamos melhorar, o que não tem sido fácil.

Muito obrigado pela sua entrevista. Bom dia.

Obrigado, também.

## Guião de entrevista nº 7 – Encarregados de Educação

### Identificação do entrevistado

Nome: Emília Trindade

Idade: 42

Profissão: Doméstica

Habilitações literárias: 6º ano

Número de filhos: \_1\_, quantos em idade escolar: \_1\_.

1- Quando tem necessidade de contactar a escola fá-lo de que maneira?

Entrevistado: Pessoalmente com o professor ou pelo telefone ou então mando recado pela caderneta.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Às vezes para perguntar informações sobre a filha e é basicamente essas coisas assim.

3- Com que periodicidade ocorre o contacto?

Entrevistado: Sempre que seja necessário.

4- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: Acho que é um elo importante para a aprendizagem das crianças.

5- Sempre que os professores da turma têm necessidade de entrar em contacto com os encarregados de educação, como é que procedem?

Entrevistado: Habitualmente, ou falam connosco de manhã ou então telefonam-nos ou mandam recado pela caderneta.

6- Normalmente, quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Comportamento das crianças, os passeios que às vezes têm que fazer, várias coisas.

7- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Acho que devem ajudar as crianças, acompanhá-las, que é muito importante e incentivá-las, também, para a aprendizagem.

8- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Comportamento dos alunos, algumas dificuldades, acho que é isso.

9- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: O comportamento das crianças, as notas deles, passeios e essas coisas assim.

10- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como chega ao vosso conhecimento esse tipo de situações? Qual é a vossa participação na resolução dos mesmos? Eu sei que esta escola foi um caso especial este ano.

Entrevistado: Exactamente, exactamente. Bem, nós sabemos logo pelos nossos filhos. Quando se passa alguma coisa, eles chegam a casa e contam-nos logo, mas o professor, ele, habitualmente contacta-nos e diz-nos o que se passa. Nós estamos sempre prontos a ajudar. Estamos sempre prontos a colaborar com tudo.

Obrigado pela sua entrevista e bom dia.

Bom dia.

## Guião de entrevista nº8 – Encarregados de Educação

### Identificação do entrevistado

Nome: Paula Cristina Duarte Alves

Idade: 41

Profissão: Tirar um curso profissional

Habilitações literárias: 11º ano da escola pública

Número de filhos: 2, quantos em idade escolar: 2, um com 9 e outro com 13.

1- Quando tem necessidade de contactar a escola fá-lo de que maneira?

Entrevistado: Depende do assunto, se for um assunto que eu consiga resolver através da caderneta eu envio uma mensagem para o Director de Turma ou para a pessoa em questão, se não eu dirijo-me pessoalmente à escola.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Pode ser por diversos motivos. No caso de a criança estar doente dirijo-me para comunicar ao professor, também há o caso de eu poder telefonar porque tenho os contactos dos respectivos professores de cada um.

3- Com que periodicidade ocorre o contacto?

Entrevistado: Normalmente, eu tenho como hábito fazer...o mais velho que está no ciclo, eu vou uma vez por mês e o que está na escola primária, também. Vou uma vez por mês ao atendimento para saber, para tomar conhecimento das coisas, apesar de eu estar sempre em cima e saber normalmente tudo o que se passa porque eles dizem-me, tanto faz para o bem como para o mal. Eles estão avisados, corra alguma coisa mal podem não dizer directamente tudo aquilo que foi mas dizem sempre, não tenho problemas com eles.

4- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: Eu acho que é uma importância muito grande, para mim é, porque eu tenho sempre estar informada de tudo e tento ao máximo ajudar naquilo que posso, tanto faz para os meus filhos directamente como indirectamente.

5- Sempre que os professores da turma têm necessidade de entrar em contacto com os encarregados de educação, como é que procedem?

Entrevistado: Telefona-me, tem o meu contacto telefónico ou se for uma coisa a nível de marcação de reuniões, ou isso assim, manda o recado pela caderneta.

6- Normalmente, quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Portanto, os assuntos abordados...quando são reuniões geralmente, tem a ver com assuntos de visitas de estudo, de distribuição de actividades durante o ano lectivo. Também já aconteceu o meu filho mais velho ficar doente, aleijou-se nas Actividades Físicas e nesse caso o professor ligou-me directamente para o meu número para avisar que ele ia para o centro de saúde.

7- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Deve ser muito importante, pelo menos tentar acompanhá-los ao máximo, pelo menos é o que eu faço e tomar conhecimento de tudo, tanto faz a nível de actividades curriculares como extra-curriculares, assuntos que estejam relacionados com cantina, como este ano aconteceu com o mais velho. Havia lá uns problemazitos na cantina e eu tomei conhecimento exterior e dirigi-me directamente ao Director de Turma para ele me explicar o que é que estava a passar. Ele nem tinha conhecimento e depois é que se foi informar e disse-me o que é que estava a ser feito.

8- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Todos os assuntos que tenham a ver com a comunidade escolar, com o aluno, tudo o que seja importante para o bom desenvolvimento das actividades e da relação entre pais e professores e alunos.

9- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: Reuniões, geralmente são para aquilo que eu disse no início. É para debater assuntos relacionados com as actividades lectivas e para falar sobre visitas de estudo e coisas do género.

10- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como chega ao vosso conhecimento esse tipo de situações? Qual é a vossa participação na realização dos mesmos?

Entrevistado: Geralmente não ocorre assim, nada fora do normal, pelo menos onde os meus filhos estão inseridos, ... tirando o assunto, este ano, da cantina.

- Para tentar resolver este assunto, foi quando recorreu ao Director de Turma?

Sim, recorri ao Director de Turma para me inteirar a fundo do que é que se estava a passar.

Obrigadíssimo pela sua entrevista e muito boa tarde.

De nada.



## **Guião de entrevista nº 9 – Encarregados de Educação**

### **Identificação do entrevistado**

Nome: Carla Maria Ferreira de Carvalho

Idade: 41

Profissão: Gerente

Habilitações literárias: Licenciatura em Comunicação

Número de filhos: 1 , quantos em idade escolar: 1 com 7 anos.

1- Quando tem necessidade de contactar a escola fá-lo de que maneira?

Entrevistado: De uma forma muito pessoal, normalmente directamente com o professor. Quando da parte da escola me contacta pronto, a nível de saídas ou de reuniões é através da caderneta. O contacto normalmente é directo.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Para saber como é que está o meu filho naturalmente, a adaptação dele à escola, se as coisas estão a correr bem ou não, mas principalmente é o factor da saúde.

3- Com que periodicidade ocorre o contacto?

Entrevistado: Diariamente, com muita frequência, duas, às vezes três vezes por dia.

4- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: Extremamente importante, cada vez mais a família por uma questão de necessidade está mais ausente. Acho que o papel da escola, cada vez mais deve ser importante, deve ter uma actuação mais próxima para que os resultados possam ser melhores para a criança.

5- Sempre que os professores da turma têm necessidade de entrar em contacto com os encarregados de educação, como é que procedem?

Entrevistado: Depende, normalmente utilizam a caderneta, quando se tornam em situações que tenham a ver com os outros encarregados de educação. Quando é a nível pessoal entra em contacto directo com os pais, pelo menos essa é a minha experiência.

6- Normalmente, quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Os mais diversos, por vezes, alguma situação com o aluno, que eles (professores) acham pertinente, saídas da escola ou algum outro tipo de comunicação. Normalmente está na caderneta, mas por vezes, ao final do dia procuram transmitir pessoalmente. Aguardam a recepção dos pais na altura em que vêm buscar os miúdos e tentam então ter uma conversa até, para se calhar, tranquilizar mais porque as coisas por escrito são mais...são menos pessoais.

7- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: O mais activo possível, um acompanhamento. Hoje cada vez mais as coisas tornam-se mais difíceis, sem dúvida.

8- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Eu acho que todos os assuntos que tenham a ver com a escola, quer pelas obras, quer pelo programa anual, quer ...tudo aquilo que eles considerem pertinentes deve ser comunicado aos pais e que os pais estejam em sintonia, no fundo é a escola, os pais e a comunidade.

9- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: São diversos, normalmente quando há alterações a nível de escola, a nível de obras, quer dizer, as reuniões decorridas até agora são de várias vertentes. Qualquer problema que tenha a ver com a escola, qualquer alteração normalmente é discutido com os pais. Há uma reunião de pais e é discutida com eles.

10- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como chega ao vosso conhecimento esse tipo de situações? Qual é a vossa participação na realização dos mesmos?

Entrevistado: Posso dizer que este ano a comunicação não foi a melhor. Este ano as coisas não decorreram da melhor maneira, a nível da transmissão deste tipo de situação até porque sou um bocadito diferente do comum e realmente se calhar aqui não serei a melhor pessoa para responder porque as coisas...Acho que este ano o ATL houve várias falhas da parte, não sei, da própria instituição, tem a ver com a Câmara, com a Junta de Freguesia, com decisões entre o Agrupamento e a Junta de Freguesia, mas realmente este ano não resultou muitíssimo bem. Houve alterações das pessoas, não foi constante, não foi muito coerente com aquilo que se quer passar ou com o ambiente que se quer criar, não foi, sem dúvida. A participação da realização dos mesmos, tenho pena de dizer que a minha participação foi muito pequena porque o meu filho não tem, não teve, qualquer tipo de Actividades de Enriquecimento Curricular devido ao seu problema de saúde, pois não foi devidamente acompanhado. Isto cada vez mais é um número e a qualidade do ensino, muito sinceramente deve-se unicamente não a uma estrutura de poder onde ele está, mas individualmente em cada professor e na forma como ele se dedica ou não à sua turma.

Muito obrigado por esta entrevista e obrigado.

Adeus, professor

.

## Guião de entrevista nº 10 – Encarregados de Educação

### Identificação do entrevistado

Nome: Lúcia Maria da Silva Gomes Madeira

Idade: 42

Profissão: Desempregada

Habilitações literárias: 4ª classe

Número de filhos: \_2\_, quantos em idade escolar: \_1\_.

1- Quando tem necessidade de contactar a escola fá-lo de que maneira?

Entrevistado: Venho à escola e falo directamente com o professor.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Às vezes, para saber como é que ele se porta na escola, quando eles às vezes fazem asneiras, também tenho que vir para resolver esses assuntos.

3- Com que periodicidade ocorre o contacto?

Entrevistado: Temos um dia por mês para fazer isso, para sabermos como é que ele se portam, mas se há, assim, alguma coisa mais grave eu venho directamente depois do horário escolar.

4- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: Acho que sim, que é importante. Acho que eles têm um desenvolvimento muito grande à vista de quando eu fiz a escola. É muito diferente.

5- Sempre que os professores da turma têm necessidade de entrar em contacto com os encarregados de educação, como é que procedem?

Entrevistado: Via caderneta, ... pela caderneta.

6- Normalmente, quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Qual é o comportamento, como é que eles estão a nível de conhecimentos, como é que estão a desenvolver a matéria.

7- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Eu acho que os pais têm que estar sempre por dentro e com conhecimento de tudo quanto se passa.

8- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Não sei, não sei... comportamento, acho que sim. Os pais em casa têm de dar o maior exemplo, não é?

9- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: Quando há algum passeio somos chamados para uma reunião com o professor, quando eles se portam mal somos chamados logo.

10- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como chega ao vosso conhecimento esse tipo de situações? Qual é a vossa participação na realização dos mesmos?

Entrevistado: Chegam ao nosso conhecimento por caderneta, outras vezes a professora diz verbalmente ao aluno.

Muito obrigado pela entrevista e boa tarde.

Boa tarde.

## Guião de entrevista nº 11 – Encarregados de Educação

### Identificação do entrevistado

Nome: Luís Miguel Lobo Garcia Marques

Idade: 38

Profissão: Economista

Habilitações literárias: Licenciatura

Número de filhos: 2, quantos em idade escolar: 2.

1- Quando tem necessidade de contactar a escola fá-lo de que maneira?

Entrevistado: Contacto directo e presencial.

2- Quais as razões que o levam a fazer esse contacto?

Entrevistado: Poderão ser razões de várias ordens, mas no essencial, tomar conhecimento sobre o comportamento e evolução do meu educando.

3- Com que periodicidade ocorre o contacto?

Entrevistado: Sensivelmente, a cada 2 ou 3 semanas

4- Como explica a importância da ligação entre a escola e a família?

Entrevistado: Para além de constituir um veículo de transmissão das matérias curriculares às crianças, a escola representa, obviamente, o segmento complementar da continuação da educação familiar, nomeadamente, entre inúmeros factores, na integração social como ser humano.

5- Sempre que os professores da turma têm necessidade de entrar em contacto com os encarregados de educação, como é que procedem?

Entrevistado: Procedem através de notas informativas dirigidas aos encarregados de educação, transportadas pelos alunos, ou redigidas nas respectivas cadernetas, e pessoalmente quando aqueles se deslocam à escola, seja para entrega

ou recolha das crianças. Em função da pertinência do assunto a ser abordado, são também convocadas reuniões com os encarregados de educação.

6- Normalmente, quais são os assuntos abordados?

Entrevistado: Em termos gerais, os assuntos abordados prendem-se com as actividades curriculares da escola.

7- Na sua opinião qual deve ser o papel dos pais na educação escolar dos filhos?

Entrevistado: Sendo de elevado importância, exceptuando situações particulares, defendendo que este papel deve ser desempenhado fora do contexto escolar, no seio da família, privilegiando aspectos como: percepção da motivação e interesse pela escola por parte do aluno, que deve passar por perguntas rotineiras sobre o dia de escola; o grau de conhecimentos adquirido sobre as diversas matérias leccionadas e respectivas dificuldades; aconselhamento sobre o método e a organização do trabalho da criança em casa; percepção sobre como a criança se relaciona com os colegas, professores e auxiliares, etc...

8- Que tipo de assuntos considera que devem ser decididos entre pais e professores?

Entrevistado: Penso, que verdadeiramente, não existem assuntos com carácter importante cuja resolução possa depender de decisão entre pais e professores. Exceptuam-se os assuntos eventualmente aberrantes e, em contraposição os mais triviais do dia a dia.

9- Por vezes há necessidade da realização de reuniões. Quais os temas abordados nas mesmas?

Entrevistado: Essencialmente, são abordados temas relacionados com a previsão das actividades para o período.

10- Tendo em conta que por vezes há problemas que ocorrem na escola, com alunos, com o funcionamento de A.T.L., com o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, problemas relativos ao edifício, como chega ao vosso

conhecimento esse tipo de situações? Qual é a vossa participação na realização dos mesmos?

Entrevistado: Este tipo de situações chega ao nosso conhecimento por intermédio dos processos descritos na resposta à questão 5. Pessoalmente, procuro sempre conferir toda a disponibilidade na minha participação na realização dos mesmos, sendo que, como referi na resposta à questão 8, os problemas mais importantes não são resolúveis pela simples decisão entre pais e professores e, acabam por esbarrar na desarticulação de competências dos organismos públicos responsáveis pela educação, nomeadamente agrupamento e câmara municipal.

Muito obrigado pela entrevista e boa tarde.

Boa tarde.



## Guião de entrevista nº12 – Associação de Pais

### Identificação do entrevistado

Nome: Pedro Miguel dos Santos Rodrigues da Silva

Idade: 39

Profissão: Professor

Habilitações literárias: Licenciatura em Matemática

Número de filhos: 2, quantos em idade escolar: 1.

1- Como e quando surgiu a Associação de Pais e quais os objectivos a que se propõe?

Entrevistado: A Associação de Pais surgiu na década de 70, depois foi tendo várias direcções e eu estou nesta direcção há oito meses sensivelmente. Os nossos objectivos não são muitos, temos no nosso site os objectivos, mas basicamente tentamos com alguma verba que pudéssemos conseguir, implementar algum tipo de workshops no final do ano lectivo, participar activamente nas festas das escolas, compra de materiais, livros e materiais escolares sempre que nos fosse solicitado ou que nós conseguíssemos angariar esses materiais.

2- Como se processa a, a nível da comunicação, ligação às escolas que representa?

Entrevistado: Ora bem, nós temos um elemento em cada Pedagógico, porque a Associação de Pais é do Agrupamento e da Escola Secundária. Portanto, temos um elemento na Escola Secundária e um elemento no Agrupamento, e também há representantes dos pais nos Conselhos Gerais Transitórios.

3- Há dificuldades, por parte da Associação de Pais, em ouvir os representantes dos pais das escolas do Agrupamento? São feitas reuniões?

Entrevistado: Nós temos um dia por mês em que atendemos toda a comunidade escolar, portanto até hoje não tivemos problemas a falar com quem fosse, quem quer que seja, pai, professor, sempre que solicitado conseguimos

sempre falar com quem nos solicita ou quem nós queremos falar. Nós fazemos então reuniões mensais. É sempre a primeira terça-feira de cada mês. Portanto, é nesse espaço que nós recebemos as pessoas.

4- Os associados participam com alguma coisa?

Entrevistado: Não muito, aí é que nós temos uma grande dificuldade em chegar aos pais porque não sei qual a imagem que têm da associação, não sei se será das melhores perante a sociedade escolar. No início do ano é distribuído um panfleto com os objectivos, os contactos e nós tentamos fidelizar as pessoas anualmente com três euros de quota por agregado, mas não conseguimos cinco por cento no universo que nós representamos. É uma coisa terrível. Vamos tentar implementar outro sistema a ver se conseguimos mais associados.

5- A nível de recursos, o que é que a Associação de Pais possui? Tem gabinete? Tem ligação à Internet?

Entrevistado: De recursos, nós temos um gabinete cedido pela Escola Secundária e temos algum mobiliário nosso, temos também um computador, relativamente à Internet usamos a da Escola Secundária.

6- Na participação em reuniões e encontros com a gestão da escola, quais são as principais preocupações?

Entrevistado: As principais preocupações são resolver os problemas sempre que eles aparecem. Talvez, pela postura de diálogo e de tentativa de resolução sempre por bem temos conseguido resolver as questões que nos têm surgido. Até hoje tenho tido sempre abertura quer do Professor Luís (Agrupamento), como do professor Albano (Escola Secundária) para a resolução dos problemas que vão surgindo. Portanto, a esse nível de encontros, de solicitações sempre que aparecem temos tentado sempre resolver.

7- Como entende o papel da Associação, deve ser de regulador/mediador da relação entre alunos, pais e professores. Quando algo não vos parece correcto por algumas das partes como procedem?

Entrevistado: Tentamos sempre ao máximo ver todos os pontos de vista, tanto dos pais, dos educadores, das escolas, dos professores e chegar a um consenso. Por

vezes, claro que é difícil sempre agradar a todos, há sempre prós e contras. Nunca se agrada sempre a toda a gente, mas a ideia é sempre minimizar os problemas, criar o menor impacto possível e...resolver os problemas que vão aparecendo.

8- Qual o papel da Associação de Pais na implementação das políticas educativas e na criação de condições para o bom funcionamento?

Entrevistado: Quando nós estamos nas reuniões de Conselho Pedagógico por vezes, surgem pedidos da nossa opinião sobre determinados temas, por exemplo, constituição de turmas, horários, transportes e no fundo é, pelo menos tenho notado isso, têm-nos pedido sempre alguma opinião sobre a implementação da vida escolar, dos alunos.

9- Quais as dificuldades que têm tido a nível da colaboração com as escolas?

Entrevistado: A minha direcção está há oito meses e não tive problemas nenhuns e sempre os consegui resolver. Possivelmente também não tive muitos casos para resolver porque uma das questões que se põe é que às vezes os pais passam por cima da Associação de Pais e tentam resolver, eles, à maneira deles e ir directos ao assunto. O mais correcto é os pais falarem com os representantes dos pais de cada turma, que por sua vez falam com os professores e com a Associação de Pais, depois nós encaminhamos para as direcções das escolas e por aí fora mas, por vezes, e é o que acontece na maior parte dos casos, os pais ignoram a Associação de Pais e tentam resolver as coisas criando muitos atritos, muitas confusões e às vezes não resolvem os problemas da melhor maneira.

10- Considera importante o vosso contributo em reuniões de carácter disciplinar, não só como defesa dos alunos, mas também como uma voz crítica de responsabilização dos Encarregados de Educação em relação ao comportamento dos alunos?

Entrevistado: Claro que sim, eu acho que existindo a Associação de Pais esta deve estar presente no maior número possível de órgãos e dar a opinião desde que as coisas também funcionem por trás ou seja, se os pais nos contactam, se têm confiança na Associação de Pais e se acham que há um órgão que os representa. Eu penso que nós também devíamos estar em todos os órgãos para representar os pais.

Muito obrigado pela entrevista e muito boa tarde.

Obrigado, boa tarde.

### ANEXO 3

#### Grelha de Contactos com Encarregados de Educação

<b>Data</b>	<b>Encarregados de Educação</b>	<b>Método de contacto</b>	<b>Contacto partiu de:</b>	<b>Assunto</b>

**Nota:** No método de contacto, indicar se foi através da caderneta, informação no caderno, contacto telefónico com a escola ou pessoalmente.